



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Psicologia

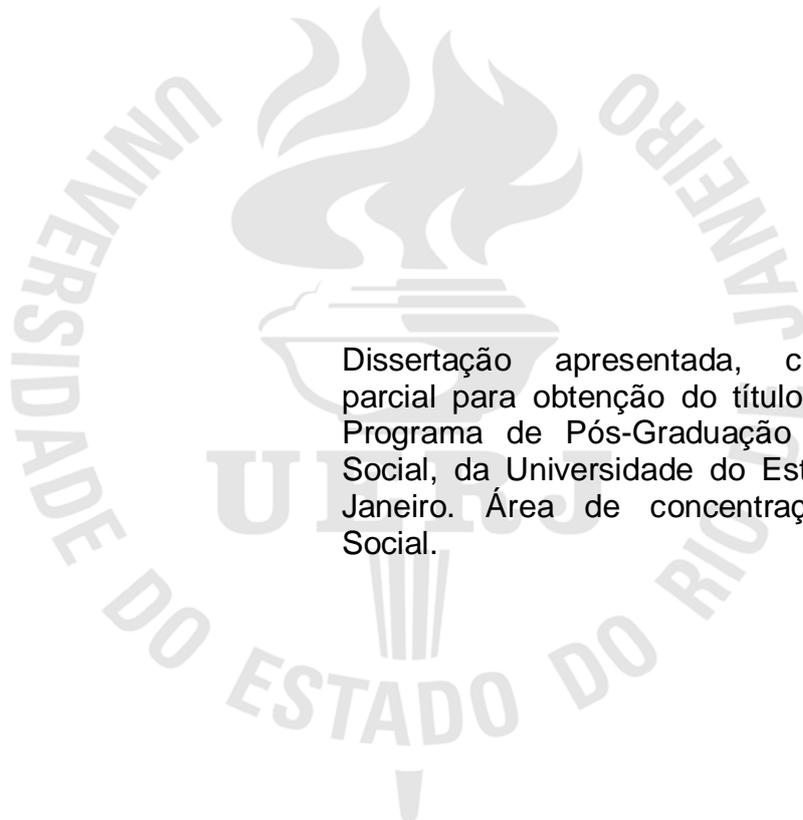
Adriano Otávio Lopes de Figueiredo

**Condição humana: rumo ao terrestre através de migração, cultura e  
vulnerabilidade**

Rio de Janeiro  
2022

Adriano Otávio Lopes de Figueiredo

Condição humana: rumo ao terrestre através de migração, cultura e vulnerabilidade



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Psicologia Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Regina Glória Nunes Andrade

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

F475 Figueiredo, Adriano Otávio Lopes de.  
Condição humana: rumo ao terrestre através de migração, cultura e vulnerabilidade/ Adriano Otávio Lopes de Figueiredo. – 2022.  
152 f.

Orientador: Regina Glória Nunes Andrade.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Instituto de Psicologia.

1. Condição humana – Teses. 2. Migração – Teses. 3. Cultura – Teses. I. Andrade, Regina Glória Nunes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

bs CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Adriano Otávio Lopes de Figueiredo

Condição humana: rumo ao terrestre através de migração, cultura e vulnerabilidade

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Psicologia Social.

Aprovado em 12 de maio de 2022

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Glória Nunes Andrade  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cibele Mariano Vaz de Macedo  
Universidade Ibirapuera – SP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloisa Helena Ferraz Ayres  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monique Araújo de Medeiros Brito  
Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB

Rio de Janeiro

2022

## AGRADECIMENTOS

Início o rito desta Dissertação pelo respeito ao luto daqueles que se foram pela pandemia (Covid-19), frisando meu agradecimento à dedicação humanizada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em manter-se operando de forma respeitosa, em período tão delicado ora vivido, que nos assolou desde o começo desta trajetória.

Professora Regina Glória Nunes Andrade, por sua determinação em direcionar-me sempre, mesmo com as adversidades enfrentadas pela restrição do campo de pesquisa. Sua orientação vigilante e pontual foi preciosa nessa caminhada.

Professoras Cibele Mariano Vaz de Macedo, Heloisa Helena Ferraz Ayres e Monique Araújo de Medeiros Brito, por se disponibilizarem, dando-me a honra de fazerem parte de minha Banca Examinadora. Suas contribuições para o enriquecimento e tecedura de costuras de ideias foram essenciais para atingir excelência no assunto.

Professores Alexandra Tsallis, Ronald Arendt e Rozana Rapizo, pela lindeza de ser tamanha, e empatia, nos ensinamentos experienciados no período de estágio docente. Algumas rotas imprevistas no caminho influenciaram os alunos de graduação, e a minha memória afetiva também. Não posso olvidar dos conteúdos e autores ali divididos.

Profissionais diretos e indiretos do IP e do PPGPS, com destaque Luciana e Lúcio, ambos da secretaria. Suas disponibilidades e carinho com os discentes foram imprescindíveis na rota deste processo.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por contribuírem financeiramente com os processos necessários à finalização desta pesquisa, mesmo que sob vulnerabilidade, com cortes financeiros e forte ameaça governamental de desmonte generalizado no País.

Colegas de profissão, equipes de que participei e professores, em particular “Tetea” e “Lindim”; sem o suporte e base de vocês, nada disto seria possível.

Familiares, amigos, humanos que estiveram em meu percurso de alguma forma agora ou no futuro, em especial “Seu Lindo” e “Musa”. Obrigado pela poética de vida, por fazerem parte dessa trajetória sentenciada, pelas alegrias e tristezas

encontradas pelo itinerário. Agradeço ao destino todo o privilégio de minhas bênçãos!

Bem-vindos vocês da espécie humana que aqui se localiza! Agradeço a sua chegada. Nossa viagem de ideias se oriunda a partir daqui!

## RESUMO

FIGUEIREDO, Adriano Otávio Lopes de. *Condição humana: rumo ao terrestre através de migração, cultura e vulnerabilidade*. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta Dissertação parte da visão ampla da condição humana (ARENDR, 1979, 2000), e dos conceitos de migração, cultura e vulnerabilidade, e seus desdobramentos. Dos estudos da migração, surgem temas como: regime climático, rumo ao terrestre (LATOIR, 2020a, 2020b; SILVA & SILVA, 2020), agenda para humanidade (OCHA, 2018), passaporte universal (HINDRIKS, 2021) e a neologia do termo proposto “desTERRAitorializar”. Através da cultura, elucidam-se os conteúdos sobre transgeracionalidade (REHBEIN; CHATELARD, 2013), identidade cultural, processos de subjetivação (HALL, 2003, 2006), território, desterritorialização, multiterritorialização (HAESBAERT, 2004, 2005, 2009, 2014), não lugar (AUGÉ, 1992). Da análise da vulnerabilidade, advêm tópicos como trajetórias sentenciadas, riscos existenciais (BOSTROM, 2002), interseccionalidades (CRENSHAW, 2002), poder biopolítico (FOUCAULT, 2005, 2006, 2010), racismo, intolerância, estereótipo, xenofobia (HARARI, 2015, 2018), genocídio (STANTON, 2016). Foi realizada uma pesquisa qualitativa com caráter metodológico de revisão de literatura narrativa, contemplando acervos variados. Ao final, como conjugação dos três temas centrais, destaca-se, na seara de acampamentos migratórios do planeta, um fenômeno atípico em plena vigência da Pandemia da Covid-19: o acampamento autodenominado “Campo de Refugiados 1º de Maio”. No solo do município fluminense de Itaguaí, o “local e o global” se encontraram numa versão diferente, desigual e desconectada (CANCLINI, 2005). Sua origem denuncia e acentua as condições precárias de três mil famílias, entre deslocados internos brasileiros, oriundos, na maioria, da Zona Oeste-RJ e de várias naturalidades, em conjunto com migrantes de nacionalidades diversas (angolanas, chilenas, haitianas, nigerianas, portuguesas e venezuelanas). Automeiam-se como refugiados, ainda que diferentes do conceito legislativo ONUcentrado, pois consideram que se refugiavam da pandemia, do genocídio, da fome, do desemprego e da miséria. Embora com apoio de movimentos popular e político, não obteve reconhecimento internacional e, mesmo exercendo forte resistência para virar assentamento, foi desterritorializado pelos mecanismos de políticas públicas brasileiras de acolhimento, sem abrangência de alcance de interseccionalidades vulneráveis. O elo entre os estudos recai sobre como o ambiente e os territórios interferem na reestruturação dos migrantes, considerando-se as necessidades primordiais de sobrevivência, por entre a formulação de novas identidades frente à cultura originária. Sentimentos como afeto, empatia e respeito, acompanhados de medidas de acolhimento, de inclusão e de formação de cidadania, bem como a necessidade de deslocar rumo a um terrestre comum, são tomados como provocadores de transformações e da manutenção da condição humana. Afinal, qual a futura rota geopolítica de cooperação em massa é necessária para atingir uma mobilidade ilimitada, universal e verdadeira?

Palavras-chave: Condição Humana; Migração; Cultura; Vulnerabilidade; Territorialidade.

## ABSTRACT

FIGUEIREDO, Adriano Otávio Lopes de. *Human condition: towards the terrestrial through migration, cultura, and vulnerability*. 2022. Dissertation (Master's in Social Psychology) – Psychology Institute, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This Dissertation begins from the broad view of the human condition (ARENDETT, 1979, 2000), and the concepts of migration, culture, vulnerability, and their consequences. From migration studies, themes such as climate regime, towards the terrestrial (LATOURE, 2020a, 2020b; SILVA & SILVA, 2020), agenda for humanity (OCHA, 2018), universal passport (HINDRIKS, 2021), and the new term proposed “deEARTHtorialize”. Through culture, content is elucidated transgenerationally (REHBEIN; CHATELARD, 2013), cultural identity, subjectivation processes (HALL, 2003, 2006), territory, deterritorialization, multiterritorialization (HAESBAERT, 2004, 2005, 2009, 2014), non-places (AUGE, 1992). From the analysis of the vulnerability, topics such as doomed trajectories, existential risks (BOSTROM, 2002), intersectionalities (CRENSHAW, 2002), biopolitical power (FOUCAULT, 2005, 2006, 2010), racism, intolerance, stereotypes, xenophobia (HARARI, 2015, 2018), genocide (STANTON, 2016). Qualitative research was carried out with a methodological character of narrative literature review, contemplating varied collections. In the end, as a conjunction of the three central themes, an atypical phenomenon during the Covid-19 Pandemic stands out, in the area of migratory camps on the planet: the self-named camp “Campo de Refugiados 1º de Maio”. On the soil of the city of Itaguaí, the “local and the global” met in a different, unequal, and disconnected version (CANCLINI, 2005). Its origin denounces and accentuates the precarious conditions of three thousand families, among Brazilian internally displaced people, coming mostly from the West Zone of Rio de Janeiro and various places of origin, together with migrants of different nationalities (Angolan, Chilean, Haitian, Nigerian, Portuguese and Venezuelans). They call themselves refugees, although different from the UN-centric legislative concept, as they consider that they were taking refuge from the pandemic, genocide, hunger, unemployment, and misery. Although with the support of popular and political movements, it did not obtain international recognition and, despite exerting strong resistance to become a settlement, it was deterritorialized by the mechanisms of Brazilian public policies of reception, without reaching the full coverage of the vulnerable intersectionalities. The link between the studies lies in how the environment and territories interfere in the restructuring of migrants, considering the primordial needs of survival, amid the formulation of new identities in the face of the original culture. Feelings such as affection, empathy, and respect, accompanied by measures of reception, inclusion, and citizenship formation, as well as the need to move towards a common land, are taken as provoking transformations and maintenance of the human condition. After all, what is the future geopolitical route of mass cooperation necessary to achieve unlimited, universal, and true mobility?

Keywords: Human Condition; Migration; Culture; Vulnerability; Territoriality

## LISTA DE FIGURAS:

Figura 01:	<i>In memoriam</i> Alan Kurdi (2012-2015), criança síria que faleceu com familiares (afogados) na tentativa perigosa de travessia do Mar Mediterrâneo .....	24
Figura 02:	Disciplinas ligadas ao tema migração.....	40
Figura 03	Quadro geral das migrações do <i>Homo Sapiens</i> , a partir das savanas africanas.....	46
Figura 04:	Quadro conceitual para avaliação de migração relacionada ao asilo.....	55
Figura 05:	Infográfico do relatório 2018 da OCHA.....	60
Figura 06	Compartimentos precários de um navio negreiro.....	62
Figura 07:	Gráfico das ondas migratórias, intervalos de dez anos.....	64
Figura 08:	Dados estatísticos da população deslocada.....	64
Figura 09:	Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - Brasil, 2020.....	67
Figura 10:	Diagrama Árvore da Vida.....	92
Figura 11	A Grécia abriu um novo campo de detenção para migrantes na ilha de Samos, perto da Turquia .....	134
Figura 12:	Acampamento de retenção dos EUA em Cuba, a chamada prisão de Guantánamo.....	134
Figura 13:	Protesto de migrantes presos pelas autoridades australianas, na ilha Manus, em Nova Guiné, Pacífico.....	134
Figura 14:	Barracas montadas pela empresa sueca Ikea, fotovoltaicas ao custo de 10 mil dólares cada uma, em Roraima.....	135
Figura 15:	Barracas feitas com sacos doados de lixo no acampamento de Itaguaí.....	135
Figura 16:	Crianças venezuelanas jogam bola no abrigo em Boa Vista ....	135
Figura 17:	Truculência na desterritorialização no acampamento de Itaguaí .....	135

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
1	<b>ARTICULAÇÕES INICIAIS ENTRE MIGRAÇÃO, CULTURA E VULNERABILIDADE</b> .....	19
1.1	<b>Conceitos fundamentais</b> .....	19
1.2	<b>Busca por um mundo comum: “rumo ao terrestre”</b> .....	27
2	<b>MIGRAÇÃO HUMANA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO TERRESTRE DA PRÉ-HISTÓRIA AO HODIERNO</b> .....	39
2.1	<b>Breve histórico de mobilidade e deslocamento</b> .....	41
2.2	<b>Olhar contemporâneo do fenômeno migratório</b> .....	49
2.3	<b>Crises humanitárias e emergências migratórias</b> .....	56
3	<b>IMAGEM DE SATÉLITE DA CULTURA, FOTO PANORÂMICA DO TERRITÓRIO, RETRATO DA IDENTIDADE CULTURAL E SELFIE DOS PROCESSOS DE SUBJETIVIDADE</b> .....	69
3.1	<b>Faceta(s) da(s) cultura(s) e perspectiva da transgeracionalidade</b> .....	74
3.2	<b>Identidade cultural e processo de subjetivação</b> .....	79
3.3	<b>Desterritorialização, multiterritorialidade, “não lugar”</b> .....	84
4	<b>VULNERABILIDADE: RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA EM PROL DE FRUTOS DE EQUANIMIDADE</b> .....	89
4.1	<b>Trajatórias sentenciadas: riscos existenciais da vulnerabilidade humana</b> .....	90
4.2	<b>Recortes interseccionais de vulnerabilidade migratória</b> .....	95
4.3	<b>Lições de intolerância: genocídio em corpos biopolíticos</b> .....	103
5	<b>DESDOBRAMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CASO DO “CAMPO DE REFUGIADOS 1º. DE MAIO”</b> .....	109
5.1	<b>Assistência social brasileira (SUAS/PNAS) e vulnerabilidades</b> .....	111
5.2	<b>“Campo de Refugiados 1º. de Maio”</b> .....	119
5.2.1	<u>Considerações iniciais</u> .....	119
5.2.2	<u>Diferente, desigual e desconectado</u> .....	119
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	134
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142

## INTRODUÇÃO

O desejo intrínseco de realizar esta pesquisa partiu de meu contato com o projeto CAPES-COFECUB Vidas Paralelas Migrantes – Perspectivas Brasil-França 2016-2022, uma parceria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com a Universidade de Brasília – UNB, a *Université Sorbone Paris Nord*, a *Université de Montpellier* e a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.

No Brasil desde novembro de 1956, essa Instituição possui chancela no tratamento com deslocados internos, refugiados, apátridas e retornados – população que vive dispersa pela cidade do Rio de Janeiro e que, juntamente com seus respectivos familiares, é atendida em sua sede, localizada no bairro carioca do Maracanã.

A Cáritas-Rio de Janeiro caracteriza-se por ser um organismo religioso (Católico) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), inserido nos trabalhos das pastorais da Arquidiocese do Rio de Janeiro, e por possuir em seu quadro um Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio (Pares Cáritas/RJ), cujos principais objetivos almejados são: “promover o acolhimento, assegurar que os direitos dos refugiados sejam respeitados e criar condições para que eles possam reconstruir a vida no Brasil de forma digna”, conforme as informações recolhidas e apresentadas na própria plataforma do site da Organização.

De início, minha atenção esteve orientada para as crianças refugiadas e submetidas à condição social e cognitiva de aquisição e uso de uma segunda língua (bilinguismo/multilinguismo), já que, uma vez matriculadas na rede municipal de escolas, elas necessitam aprender o português para comunicar-se e realizar as atividades escolares previstas (ANDRADE, FIGUEIREDO, MENDONÇA, MOTTA, 2020). Contudo, uma observação: com a suspensão das aulas presenciais e de todo atendimento efetuado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade do Rio de Janeiro, por conta exclusiva da Pandemia da Covid-19, o acesso aos ambientes onde elas se encontravam (escolas públicas) não mais foi permitido até a normalização das condições sanitárias, obrigando-me a imprimir um novo rumo no direcionamento deste trabalho.

Por isso, optei por construir uma revisão de literatura narrativa, com alguns autores clássicos e contemporâneos, mantendo da proposta inicial os aspectos mais abrangentes de migração, cultura e vulnerabilidade, sem perder de vista o humano.

Entendendo que os motivos para os deslocamentos não são iguais, nem, tampouco, distantes, a questão a ser respondida foi: Até que ponto seria viável a formação de uma futura rota geopolítica de cooperação em massa, necessária para atingir uma mobilidade ilimitada, universal e verdadeira?

Assim, o **Objetivo Geral** é, a partir dessa revisão de literatura narrativa, discorrer sobre os temas centrais, destacando-se alguns de seus desdobramentos que convergem à condição humana (ARENDR, 1979, 2000) e se entrelaçam. 1. Dos estudos da migração, surgem temas como: regime climático, rumo ao terrestre (LATOIR, 2020a, 2020b; SILVA & SILVA, 2020), agenda para humanidade (OCHA, 2018), passaporte universal (HINDRIKS, 2021) e a neologia do termo proposto “desTERRAitorializar<sup>1</sup>”. 2. Através da cultura, elucidam-se os conteúdos sobre transgeracionalidade (REHBEIN; CHATELARD, 2013), identidade cultural, processos de subjetivação (HALL, 2003, 2006), território, desterritorialização, multiterritorialização (HAESBAERT, 2004, 2005, 2009, 2014), não lugar (AUGÉ, 1992); e 3. Da análise da vulnerabilidade, advêm tópicos como trajetórias sentenciadas, riscos existenciais (BOSTROM, 2002), interseccionalidades (CRENSHAW, 2002), poder biopolítico (FOUCAULT, 2005, 2006, 2010), racismo, intolerância, estereótipo, xenofobia (HARARI, 2015, 2018), genocídio (STANTON, 2016).

Os **Objetivos Específicos** direcionam-se a:

- Promover uma discussão sobre as condições das pessoas que migram internamente ou para outros países e/ou continentes, e sobre os esforços empreendidos na aquisição de resiliências positivas, mesmo

---

<sup>1</sup> Neologismo criado para se referir ao processo migratório cósmico que a humanidade pode sofrer em futuro próximo ou distante e, por motivos de força maior, ser obrigado a deixar o planeta Terra. Termo desenvolvido através de ideias de desterritorialização, conforme Deleuze e Guattari. Em entrevista replicada no vídeo *Abecedário de Gilles Deleuze*, s/d, Deleuze explica: “Construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”. “*L’Abécédaire de Gilles Deleuze*” é um programa de televisão francês produzido por Pierre-André Boutang, entre 1988 e 1989, composto por uma série de oito horas de entrevistas entre Gilles Deleuze e Claire Parnet.

quando em situações agudas e crônicas, experienciadas em suas trajetórias;

- Levantar os programas de Políticas Públicas voltadas para inclusão social dos migrantes que vivem no Brasil e suas respectivas famílias;
- Explanar como certos aspectos geopolíticos, de interesses nacionais e intergovernamentais, podem levar à salvação ou à morte de grupos em vulnerabilidade;
- Exemplificar de que forma o Brasil e outros países lidam com seus migrantes, restringindo a abordagem via medidas de acolhimento ou de retenção.
- Apresentar o autointitulado “Campo de Refugiados 1º. de Maio”, montado em 2021, em Itaguaí-RJ, com o fim de refletir sobre os conceitos que envolvem a condição humana rumo ao terrestre, pelo viés da migração/cultura/vulnerabilidade.

O interesse pelas pessoas migrantes, em especial as que vivem no Brasil, deriva do meu trabalho com diversificadas minorias estigmatizadas e socialmente observadas no cotidiano dos serviços ofertados em clínicas, organizações não governamentais, escolas, hospitais, tribunais e comunidades onde trabalhei, no Rio de Janeiro.

Em minha trajetória acadêmica e profissional, tenho mantido permanente contato com o campo das neurociências, da saúde mental, dos direitos humanos e das interseccionalidades ligadas à vulnerabilidade humana. Iniciei concluindo a graduação de Psicologia, no Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação – IBMR, onde participei da clínica do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) e do Projeto IBMR e Saúde, no Aterro do Flamengo, com atendimentos de Atenção Primária aos transeuntes do bairro.

Durante o período, especializei-me em Hipnoterapia (Instituto Brasileiro de Hipnose, IBH) e em Terapia Cognitivo Comportamental (Centro de Psicologia Aplicada e Formação CPAF-RJ), ambas tendo contribuído na prática de meu trabalho clínico.

Contudo, a minha primeira paixão pelo social surgiu atrelada à entrada no Instituto de Pesquisas Neuropsiquiátricas SUAV – Superação um Abraço à Vida, uma organização não governamental de equipe multidisciplinar, que atua na pesquisa e no atendimento a crianças portadoras de Transtornos do

Neurodesenvolvimento e às suas respectivas famílias. Essa ONG até hoje permitiu-me experimentar duas parcerias, especificamente no campo da educação e de saúde: a da Fundação Técnica Educacional Souza Marques, através do trabalho comunitário com populações carentes no entorno das regiões da Zona Oeste, realizado no Ambulatório São João Batista; e o da ala de Psiquiatria do Hospital Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, onde prestei atendimento ao público infanto-juvenil de diagnósticos diversos, lugar este onde me formei como Neuropsicólogo (CESANTARJ).

Ainda na área da educação, fiz formação em Neurociências da Aprendizagem (Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro IPUB- UFRJ), e nos últimos anos venho participando como membro do quadro de palestrantes da Associação Beneficente dos Professores Públicos Ativos e Inativos do Estado do Rio de Janeiro – APPAI, e também do quadro de profissionais de outro projeto, o da Semana de Saúde Mental, no campus Humaitá, do Colégio Pedro II.

Outra instituição de importante menção para minha caminhada profissional é a ABENEPIRIO - Associação Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Profissões Afins, como membro da Diretoria (2017-2019), da comissão científica (2020-2022) e como organizador/palestrante do Congresso Nacional, em 2018.

A formação em Perícia em Psicologia, pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), permitiu-me trabalhar como psicólogo perito para os tribunais de justiça, levando-me a abraçar os estudos jurídicos para entender como funcionam seus mecanismos. Através do ativismo, tornei-me cofundador, em 2019, do Grupo de Apoio Psicológico Entendidxs, de atendimento a outro público também vulnerável: o da comunidade Lgbtpqia+.

No momento, como psicólogo social, optei por um percurso acadêmico voltado tanto para o campo do social, quanto para o dos Direitos Humanos, com a graduação em Direito (em curso), na tentativa de abranger duas áreas cujo cerne teórico é o mesmo: o homem e a gama de complexidades que dá sentido ao viver.

Tais escolhas advêm da afinidade que sinto com as temáticas que abarcam ressignificações subjetivas produzidas pelo viés simbólico do humano, do movimento, do afeto, do acolhimento, da resiliência e da cultura.

Esta pesquisa vincula-se ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro PPGPS-UERJ, com bolsa de estudo financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior – CAPES, e reflete também sobre a contemporaneidade do século XXI e os devidos processos de subjetivação desse público marginalizado, inserindo-se na linha de interesse da pesquisa escolhida: Contemporaneidade e Processos de Subjetivação, sob os cuidados da coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Glória Nunes Andrade.

Trata-se, portanto, de um estudo que abre diálogo intenso com as dinâmicas urbanas contemporâneas (sociais, culturais, comunicacionais, econômicas e políticas) e com as diversas maneiras pelas quais o processo de construção de valores ganham consistência, tendo por mediadora uma cultura de apoio na resolução de crises humanitárias e conflitos, com o suporte da promoção de empatia, respeito, inclusão e cidadania.

É preciso frisar que existe uma dimensionalidade traumática envolvida nos atos de migrações, principalmente quando os sujeitos se veem forçosamente obrigados a abandonarem seus locais natais ou países de origem ou regiões administrativas (em geral, por motivos ligados intimamente com violações graves aos Direitos Humanos fundamentais) e a buscarem refúgio/asilo/exílio em países vizinhos fronteiriços ou em outros continentes distantes, dispersos pelo globo. Por conta dessa condição de deslocamento forçado do ponto de partida, essas pessoas transmutam da condição ampla de “migrantes” para serem categorizadas em uma nova roupagem e inseridas em outras modalidades tipificadas de migração.

Esse tipo peculiar de violência gerada em face contra a Humanidade acompanha os grupos e as sociedades arcaicas humanas desde os seus primórdios, seguidos pelas diásporas bíblicas do povo hebreu, passando pela diáspora africana, que se acentua a partir do século XV, com o tráfico negreiro dos escravizados, e é reiteradamente atualizado ainda hoje aos moldes globais, durante este curioso e imprevisível século XXI.

Respeitando a proposta de iniciar do geral para o particular, num sobrevoo temático amplo para aterrissar em espécie de solo comum distinto, os capítulos a seguir orientam-se nas seguintes direções:

**O Capítulo 1, *Articulações iniciais entre migração, cultura e vulnerabilidade***, foi pensado para compor uma organização de todo o trabalho da pesquisa. Para isso, uma indagação projetou-se: Como relacionar com coerência e coesão a condição humana aos conceitos de migração, cultura e vulnerabilidade, na vigência do regime climático, com intuito de aterrar/aterrissar rumo ao terrestre, sem perder o

fio condutor nem, tampouco, a profundidade que tantas interligações e autores fazem emergir? (BAUMAN, 2012; CANÇADO; SOUZA; CARDOSO, 2014; CONCEIÇÃO, 2013; HALL, 2003; 2006; HARARI, 2015, 2018; LATOUR; 2020a; 2020b, e outros). Uma vez composto o capítulo, houve a preocupação de saber qual a melhor posição (início ou conclusão) para encaixá-lo. Por ser o capítulo de articulação dos temas, optei por trazê-lo para o início, mesmo considerando que alguns pontos estarão repetidos adiante, embora sob novos vieses, para dar prosseguimento à sequência de ideias explanadas.

**O Capítulo 2**, *Migração humana no espaço geográfico terrestre da pré-história ao hodierno*, conterà breve histórico evolutivo das grandes transformações da humanidade e das estratégias que se destacaram nos grupos de seres ancestrais, antes vulneráveis e fragilizados, em busca de melhores recursos e condições de sobrevivência na natureza. Expõe o modo como a espécie humana, portadora de natureza nômade instintiva (HARARI, 2015), seguiu para as primeiras grandes migrações oriundas do continente africano, objetivando a conquista de novos territórios com a expansão, colonização e domínio do globo, para, em etapa seguinte, caminhar para uma natureza sedentária, em evolução linear e desenvolvimentista do tempo – percurso capaz de explicar as contínuas degradações ambientais por que tem passado “(noss)o”<sup>2</sup> planeta.

Considerar-se-ão os dados de base atualizados e referentes à Organização Internacional de Migração, doravante OIM, que se utiliza do termo “guarda-chuva” para designar a “migração humana” (OIM, 2020), de modo a evitarem-se os estigmas das supostas classificações atuais e anteriores – ponto crucial quanto à diferença entre migrante e refugiado, ambos já conceituados e diferenciados<sup>3</sup>. Serão descritos, igualmente, os tipos de migração humanas existentes e as dimensões sociais que as acompanham, tendo por base inicial a pulsão e a busca instintiva incessante do *Homo Sapiens* por novos recursos para a sua sobrevivência, na barbárie e selvageria do dia a dia.

A migração humana é tomada em sua dimensão clássica e tradicional da modernidade, compreendida como um movimento de deslocamento realizado por

---

<sup>2</sup> O emprego do pronome na primeira pessoa do plural veio da tentativa de aproximação com o coletivo, com a cooperação em massa entre a espécie para um rumo unificado do todo.

<sup>3</sup> No Guia para comunicadores: migrações, refúgio e apatridia (2019), com o apoio do ACNUR, dentre outras instituições, existe um Glossário com tais explicações/especificações. Disponível em: <[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color\\_FINAL.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf)>.

homens, mulheres e crianças de saída de um espaço geográfico (país natal ou de origem) para entrada e fixação permanente ou não em outro espaço geográfico de diferente administração; é uma passagem não só de um país a outro, com características diversas das suas de origem, mas também de uma cultura a outra, o que agrega leis e autoridades nem sempre dispostas a os acolherem calorosamente e a confirmarem, com sucesso esses novos refúgios/asilos/exílios espalhados fronteiras afora (HARARI, 2015, 2018).

Também serão destacados alguns autores (ALMEIDA; BAENINGER, 2013; BETTS, 2016; DURANT, 1995; GEERTZ, 2008; MIRANDA, 2019; SILVA *et al.*, 2021; WEIZENMANN *et al.*, 2017, entre outros) e instituições (OIM, ACNUR), que reafirmam a compreensão de migração humana. O relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2020) reforça o quanto o Brasil recebeu de aumento exponencial de pedidos de refúgio relacionados antes ao Haiti, e agora à vizinha fronteira Venezuela, denotando o quanto as crises humanitárias e emergências migratórias recentes são de ordem ampla e diversificada.

O **Capítulo 3**, *Imagem de satélite da cultura, foto panorâmica do território, retrato da identidade cultural e selfie dos processos de subjetividade*, recorre à desconstrução do título, por conter o desafio de delinear o assunto da cultura sob uma perspectiva abrangente (imagem de satélite), bem como as fotos panorâmicas dos territórios (plano maior), os retratos das identidades culturais em uma moldura menor e de um maior estreitamento do objeto de estudo dos processos de subjetividade do indivíduo, voltado à particularidade do tipo de enquadre autorretrato (*selfie*).

O capítulo apresenta autores e pensadores dos fenômenos culturais, com suas definições e questões como transgeracionalidade, identidade cultural, subjetivação e a importância desse aporte para o resgate da humanização dos sujeitos em situação de vulnerabilidade latente, causada pelas migrações humanas. Os tópicos da territorialidade (desterritorialização, multiterritorialização e não lugar) são os responsáveis pelo elo de ligação entre o tema geral da migração e alguns dos desdobramentos que os estudos culturais comportam.

Assim, cito Andrade (2003), Macêdo e Nunes (2014), Augé (1992), Didi-Huberman (2017a, 2017b), Haesbaert (2004, 2005, 2009, 2014), Hall (2006);

Williams (2007), Yúdice (2004), entre outros, para referendar as questões e os tópicos com a condição humana de deslocamento.

O **Capítulo 4**, *Vulnerabilidade: resistência e resiliência em prol de frutos de equanimidade*, parte da relação entre a trajetória sentenciada de morte, inerente a todas as espécies viventes no planeta, e como essa condição aflora nos seres humanos a vontade de lutarem por condições básicas de vida. Indo além, tal esforço também os levam a criar formas altruístas mais equânimes de sobrevivência em massa, com mecanismos de resistência e resiliência frente os obstáculos engendrados nos percursos da vida.

Porque a vulnerabilidade, por si só, agrega uma gama de interseccionalidades, o termo diz respeito a uma conjunção de riscos, aqui especialmente orientada sob a condição humana de finitude. No caso do migrante, uma microesfera individual/social, interligada à intolerância, à xenofobia e ao racismo, e uma macroesfera, via biopoder, pelos ordenamentos geopolíticos do Regime Climático do planeta, em concomitância com escalas de vulnerabilidade de riscos existenciais globais – características indicativas de uma vulnerabilidade nos âmbitos individual, local e global e dentro de cenários de extinção humana e de genocídio. Os autores que disponibilizam tais teorias são: Arendt (1979; 2000), Bostrom (2002), Crenshaw (2002), Carmo e Guizardi (2018), Foucault (2005, 2006, 2010), Latour (2020a), Lussi e Marinucci (2018), Stanton (2016).

*Desdobramentos migratórios no Brasil: análise e discussão do caso do “Campo de Refugiados 1º. de Maio”* é o título escolhido para o **Capítulo 5**, cuja ênfase se volta para a dinâmica entre acolhimento e retenção por parte de órgãos internacionais/nacionais responsáveis por fazerem valer as políticas destinadas a esses grupos. Fica comprovado que as leis intergovernamentais e brasileiras (federais, estaduais e municipais) podem entrar em desacordo, dependendo do tipo de interferência política, quando são erguidos campos de refugiados em território nacional. O pensamento de Nestor Canclini (2005) converge com o alvo de contribuir para uma reflexão sobre diferenças, desigualdades, desconexões, relacionada aos excluídos, aos recursos alternativos e à cidadania, com intuito singelo de contextualizar/particularizar uma versão da realidade brasileira quanto às condições precárias das pessoas migrantes.

Apresentarei informações sobre o autodenominado “Campo de Refugiados 1º. de Maio”, montado em Itaguaí-RJ (2021). Oriundas de diferentes nacionalidades

e naturalidades, em condições de extrema vulnerabilidade, mais de três mil pessoas ocuparam o terreno privado de empresa estatal de petróleo (Petrobras), numa tentativa de formar um assentamento definitivo onde pudessem viver. Ressalto que, devido à precariedade das instalações e brevidade de sua existência, o acampamento sequer chegou a ser reconhecido, o que não apaga, em absoluto, sua importância como exemplo da interligação entre migração, cultura e vulnerabilidade.

A escolha recaiu nesse movimento já que acompanhei tanto a sua montagem quanto a desterritorialização a que foi submetido. Autores como Lussi e Marinucci (2018), Carmo e Guizardi (2018), Canclini (2005), Bauman, (2017, Madeira (2021) ajudam a entender as análises processadas e fazem contraponto com as leis de assistência social brasileira (SUAS/PNAS).

Quanto à **Metodologia**, este estudo é restritivamente de abordagem qualitativa. Minayo *et al.* (2002) alertam que “o objeto das Ciências Sociais é *essencialmente qualitativo*. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante” (MINAYO, 2002, p. 15). Mais adiante, os autores explicam que, por mais incompletos e insatisfatórios os seus instrumentos, as Ciências Sociais compõem “o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos nos sujeitos, nos significados e nas suas representações” (MINAYO, 2002, p. 15).

O passo consequente, posterior à escolha temática, foi definir qual proposta de ordem revisória eleger para o estudo. No caso, foi elencada a revisão de literatura narrativa, que prima por “leitura, questionamentos e interlocução crítica com o material bibliográfico” (LIMA; MIOTO, 2007). A consulta aos acervos dos autores foi facilitada na medida em que a literatura existente possui ricos materiais sobre os temas, permitindo-me um olhar integrado sobre eles.

Descartado o excesso de bagagem e escolhidos autores e obras, passei à fase da interpretação dos materiais selecionados, para fomentar uma discussão ampla e pertinente sobre as questões levantadas – estratégia que caracteriza a natureza subjetiva concernente à metodologia indicada.

A busca deste estudo deu-se em pesquisas de acervos diversificados, desde os impressos até os multimídias, abrangendo fontes científicas (Periódicos eletrônicos, Artigos, Dissertações e Teses, Livros, Publicações, Jornais e Revistas especializados, Relatórios Governamentais e Internacionais, Registros Históricos) e

consultas de fontes de divulgação de ideias (veículos de mídia, jornais, revistas, sites, vídeos, palestras, apresentações e entrevistas).

É preciso frisar que o percorrer desta jornada acadêmica inspirou-se, de certa forma, na obra imagética denominada *Cascas* (2017a), de Georges Didi-Huberman. Seu texto comenta o dilaceramento de essência humana, ocorrido nos campos de concentração nazistas de Auschwitz-Birkenau, por meio de narrativa surpreendente de ruínas históricas, construída com palavras singelas e carregada de efeito visual de imagem fotográfica. Dessa forma, fica evidente sua proposta de trabalho com o emprego de recursos linguísticos e enquadramentos de imagens.

Em concomitância à primeira inspiração, utilizei os ideais complementares advindos de Mitra LeBuhn (2018, tradução nossa, p.ii), para quem é urgente a necessidade de compreenderem-se “as barreiras à empatia no contexto de imagens humanitárias (efeito de choque, imagens positivas e narrativa digital)” – empatia facilitada quando se implementam dispositivos narrativos digitais, os quais geram campanhas de sensibilização migratória em prol dos refugiados. Muito embora o trazer à consciência e a resposta emocional não resolvam a raiz do problema, é crucial considerar a ética por trás das imagens e narrativas de migrantes e entender melhor o que acontece quando a “forma como a narrativa de um refugiado é compartilhada evoca empatia de um público distante e, em última análise, aumenta a motivação do espectador para agir” (ibidem).

## 1 ARTICULAÇÕES INICIAIS ENTRE MIGRAÇÃO, CULTURA E VULNERABILIDADE

Este capítulo caminha no sentido de lançar compreensão sobre os desafios que permeiam o futuro da migração como prática intrínseca à cultura e à busca incessante (interior e coletiva) dos seres humanos, por melhores condições de suporte de vida e de compartilhamento de ideias frutíferas e de desenvolvimento de bem-estar espalhados por todo “(noss)o” planeta.

A essência nômade da natureza humana, registrada nos primeiros colonizadores ancestrais e nos assentamentos primitivos indígenas encontrados em todas as biosferas do extenso território brasileiro, assinala-se, no final do século XV, pelas migrações impulsionadas pelos instrumentos tecnológicos da época (como as Caravelas, que permitiram navegar por grandes expansões marítimas) e pelas ambições aventureiras das invasões eurocêntricas (“descobertas”) de novas terras por “mercadores, conquistadores e profetas” (HARARI, 2015, p. 180). Nesses casos, em especial, invasões com usufruto do “*kit* padrão de ferramentas imperiais” que inclui “guerras, escravidão, deportação e genocídio”, de que fala o historiador Yuval Noah Harari (2015, p. 201).

Através de informações coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil registra, quanto à primeira onda de acolhimento de migrações humanas, resultantes do tráfico negreiro dos escravizados africanos, a construção da identidade demográfica do País desde “o início do século XVI até meados do século XIX” (IBGE, 2007, p. 81). Esse fluxo migratório avançou por mais de três séculos, até a Lei Aurea da Abolição (Lei nº. 3.353), assinada, em 1 de maio de 1888, pela filha do imperador Pedro II (1825-1891), Princesa Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bourbon-Duas Sicílias e Bragança (1846-1921) (BRASIL, 1888).

Paralela ao tráfico de escravizados, com a divisão das terras brasileiras em doze capitanias hereditárias, a migração estabeleceu-se por um sistema organizado de ocupação e exploração nos núcleos de sociais em ascensão. Europeus aportavam no Brasil em busca de riquezas, “num movimento simultâneo de colonização e de povoação” (ABREU, 2009, p. 35).

Outras ondas migratórias convergiram para o País a partir do final século do XVIII, perpassando os séculos XIX e XX (com maior assentamento de portugueses, italianos, espanhóis, japoneses e alemães) para eclodir no XXI, pelas vias dos pedidos de refúgio/asilo/exílio (africanos, haitianos, venezuelanos, sírios) (IBGE, 2007; ACNUR, 2020a; SILVA, CAVALCANTI, OLIVEIRA, MACEDO, 2021). O livro *Brasil: 500 anos de povoamento*, produzido pelo IBGE (2007), apresenta farta documentação. “Em nossa seleção das ‘nações’ que povoaram o Brasil, incluímos algumas que, imigrando entre os Séculos XIX e XX, deixaram marca profunda em vários aspectos”, ou seja, o Brasil foi formado por “*três grandes povos definidores da nossa Nação, a saber, os indígenas, portugueses e negros*”, a quem se juntaram, “*com o passar dos séculos, espanhóis, judeus, alemães, italianos, árabes e japoneses*” – *todos partícipes de culturas que “imprimiram - e ainda imprimem - a sua marca na formação de uma identidade nacional*”, caracterizada por pela unidade linguística e pela integridade territorial (IBGE, 2007, Apresentação).

Justificando necessidade de contextualizar o envolvimento do Brasil e dos brasileiros como anfitriões, a breve síntese supracitada remete às contradições das políticas públicas migratórias adotadas no país, em diferentes tempos: por um lado, o caráter desumano e dissonante, ao exercer pura e simplesmente o poder de dominação, e, de outro, o consoante, ao implantar, com o decorrer do tempo, leis de garantias sociais a todas as pessoas que pediram cidadania brasileira.

A linha de condução teórica neste Capítulo 1 coaduna-se com o objetivo respeitoso de humanizar a questão tão estigmatizada e prolongada da migração na história da humanidade. A escolha por essa ótica não implica o sentido de reforçarem-se estereótipos, mas, deu-se, justamente, por possibilitar modos de sair da cadeia de estigmatizações e estender, destarte, um novo olhar à formação de um mundo comum onde se possa partilhar “(noss)a” Terra como um espaço coletivo.

Compreende-se, assim, como crucial e irrevogável o devido acolhimento pleno, em conjunto com a promoção do bem-estar e a dignidade ética retomada desse sujeito, em consonância com o respeito aos direitos humanos, que supostamente devem ser garantidos pelas leis internacionais de cooperação intergovernamental vigentes e suas leis de âmbito nacionais/locais.

## 1.1 Conceitos fundamentais

O primeiro conceito a ser destacado é o de território, considerando-se que os migrantes se dirigem a um espaço físico.

Macêdo e Nunes (2014) trazem as descrições de Freitag (2006, *apud* MACÊDO; NUNES, 2014, p. 143) para fazerem um contraponto entre o sentido original e amplo de território, “como uma extensão apropriada e usada por homens e animais”, e o seu significado atual “enquanto espaço político e cultural de uma cidade, estado ou país”. A seguir, as autoras desenvolvem e ampliam o conceito, fundamentando-o nos aspectos culturais a ele inerentes:

Nesse sentido, o território funciona como um suporte, a base na qual a sociedade se ergue, sua condição de existência, e pressupõe um espaço geográfico que é apropriado através de processos dinâmicos e mutáveis que resultam em diversas configurações sociais (MACÊDO; NUNES, 2014, p. 143).

O território, uma vez apropriado, poderá vir a constituir-se por meio de “configurações de interação e sociabilidade que envolvem o sujeito e o tornam capaz de reconhecer-se diante do outro, do diferente, e de constituir um projeto individual e coletivo frente à sociedade multicultural na qual está inserido” (MACÊDO; NUNES, 2014, p. 144). A condição de existência, portanto, está atrelada a uma sociabilidade que não prescinde do outro.

As implicações territoriais da migração acompanham os deslocados em múltiplas escalas, no sentido de que o poder que atua sobre o território permite a mobilidade de acesso de chegada ou de saída desses sujeitos, conferindo-lhes, por acréscimo, categorias/classificações. De início, duas delas sobressaem e atuam concomitante: imigração e emigração.

O Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH, uma associação sem fins lucrativos, vinculada à Congregação das Irmãs Scalabrinianas, fundada em Brasília no ano de 1999 e agora de âmbito nacional, articulando a Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR), que agrega em torno de 60 instituições da sociedade civil de todas as regiões do Brasil, em seu Glossário de 2014, faz a distinção entre os dois tipos de movimento:

### **Emigração – Emigrar – Emigrante**

Emigração: movimento de saída de pessoas ou grupos humanos de uma região ou de um país, para estabelecer-se em outro, em caráter definitivo ou por período de tempo relativamente longo. Além das causas econômicas, outras podem influenciar no desencadeamento de movimentos emigratórios, tais como questões políticas, religiosas, raciais ou ambientais. Emigrar significa, pois, deixar um país para ir estabelecer-se em outro. Por emigrante entende-se a pessoa que deixa sua pátria e passa a residir em outro país. As regiões ou países fortemente marcados por emigração são também chamados países ou regiões de origem dos migrantes e, em certas circunstâncias, países de expulsão de migrantes.

### **Imigração – Imigrar – Imigrante**

Imigração: movimento de pessoas ou de grupos humanos, provenientes de outras áreas, que entram em determinado país, com o intuito de permanecer definitivamente ou por período de tempo relativamente longo. Se o fator econômico é preponderante na definição do país de destino, não devem ser esquecidos outros elementos que têm influência importante, quando não decisiva, na escolha do país em que pretende residir. Quando o fator de expulsão é criado por pressões políticas, perseguições religiosas, discriminações raciais, violação de direitos, torna-se importante ao imigrante encontrar o necessário clima de liberdade, segurança, de ausência de preconceitos e de melhores condições de vida. Literalmente, imigrar significa entrar num país estrangeiro para nele viver. Imigrante é o indivíduo que, deslocando-se de onde residia, ingressou em outra região, cidade ou país diferente do de sua nacionalidade, ali estabelecendo sua residência habitual, em definitivo ou por período relativamente longo (IMDH, 2014).

Os dois conceitos estão vinculados não apenas por seu caráter de proximidade, mas também porque a pessoa cumpre os dois papéis ao mesmo tempo.

Miranda (2019), em seu artigo denominado *O estudo das migrações a partir da psicologia social: uma perspectiva crítica*, descreve os tipos gerais de classificações migratórias de mobilidade humana:

Existem diversos termos específicos que são utilizados para classificar os processos migratórios, como a diferenciação entre migrações internas (ocorridas no interior de um mesmo país) e as migrações internacionais (que se caracterizam pela fixação em outros países), além da distinção no que diz respeito ao tempo envolvido, sendo caracterizadas como permanente, temporária ou sazonal. As migrações podem ainda ser denominadas como espontâneas ou forçadas, quando há causas alheias à vontade do migrante que o forcem a migrar, como ameaças à vida ou à subsistência por razões naturais ou humanas (Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2011 *apud* MIRANDA, 2019, p.567-568).

O entendimento das expressões migração espontânea (desejada) e migração forçada (originária de um processo de não escolha) tornou-se fundamental na compreensão do ato de abandono de regiões em direção a outras, as zonas

de transferência populacional, por comportarem, independente da organização social, um rearranjo geopolítico tanto por parte dos que fazem a migração quanto da sociedade que os recebe. Tal dinâmica, por si só, não ocorre apenas no assentamento em um novo espaço físico, mas no nível da economia e da liberdade das escolhas individuais, fortemente influenciado por aparatos estatais coercitivos.

A situação das migrações humanas ganhou mais uma vez proporções mundiais alarmantes quando, em 2015, é divulgado nos registros internacionais que 5.350 pessoas morreram de forma degradante e desesperadora no Mar Mediterrâneo, tentando atravessá-lo, ainda que de modo irregular, para atingir as fronteiras de países litorâneos europeus como Grécia, Itália e Hungria. Segundo o site da *Onu News*, em reportagem intitulada *Mais de 20 mil migrantes morreram em travessias no Mediterrâneo desde 2014* (06 de março de 2020), pela contagem dos dados feita pela OIM, 20.014 pessoas morreram na travessia do mar Mediterrâneo, desde 2014 (ONU News).

Antes, em 2015, um fato particular no mínimo chocante rodou os meios de comunicação, deixando os cidadãos do mundo inteiro perplexos ao se debruçarem sobre a foto de uma frágil criança pequena, encontrada morta de bruços na areia de uma praia da costa de Bodrum na Turquia, ao lado de autoridades paramilitares que tentavam, de alguma forma, socorrê-la, ainda que em vão (Figura 01).

A foto percorreu o mundo rapidamente, causando horror e questionamentos exacerbados a quem a olhasse. Dessa família destroçada pela travessia perigosa em busca de uma possível vida nova sobrou apenas um pai para lamuriar o luto da perda de sua esposa e de seus dois filhos, que ficaram sem concluir essa trajetória de vida. A tragédia desencadeou grande movimento social, inserido dentro das mídias sociais turcas, e também das internacionais, chamado em língua turca de *#KıyıyaVuranİnsanlık*, com o objetivo de lançar atenção para o valor moral dos destroços desumanizados, deixados para trás como “restos humanos” de naufrágios e que, ao contrário, deveriam ser observados com um olhar mais humano, empático e atencioso pelas autoridades públicas responsáveis.

Figura 01: *In memoriam* Alan Kurdi (2012-2015), criança síria que faleceu com familiares (afogados) na tentativa perigosa de travessia do mar Mediterrâneo.



Fotojornalista: Nilüfer Demir. Fonte: G1, em 03/05/2015.

Os fatos acima citados corroboram e provocam algumas observações a serem elucidadas com atenção: 1. A necessidade de deslocamento de determinada população ou grupo em busca de bem-estar e melhor qualidade de vida é deflagrada, em geral, por problemas no cenário de origem, ou seja, as causas norteadoras das migrações advêm invariavelmente de experiências traumáticas ou difíceis vividas por seus agentes dentro da própria terra natal; 2. Qualquer que seja a ordem dos problemas inerentes à migração continental ou intracontinente (desastres, política, de miserabilidade extrema, bélica, com guerras internas ou de fronteiras), a questão faz parte de um campo social amplo, em suas diferentes e múltiplas dimensionalidades de relações (BAUMAN, 2017; BETTS, 2016; HARARI, 2015, 2018; LATOUR, 2020a, 2020b).

Com base nos dados registrados e obtidos através do IDOS (Dossier Statistico Immigrazione, 2016), Weizenmann *et al.* (2017) apresentam com formato resumido as seguintes informações estatísticas globais sobre as migrações internacionais com uma perspectiva europeia:

Acredita-se que 4% da população mundial são migrantes internacionais. A média dos imigrantes nos países considerados de 'alto desenvolvimento', os do 'norte do mundo', é de 10,9% do total da população dos países, os do sul do mundo são de 1,6%. A maioria dos imigrantes é proveniente de países 'em vias de desenvolvimento' (172 milhões, 70% do total dos 244 milhões), desses, 96,5 milhões são provenientes da Ásia. Nos últimos anos têm crescido enormemente os imigrantes provenientes desse continente, bem como da África (WEIZENMANN *et al.*, 2017, p. 69).

Conceição (2013) examina de maneira aproximada e minuciosa a trajetória de grupos de sujeitos subalternos e os efeitos causados pela presença deles na formação multicultural das sociedades, em particular os efeitos relacionados pelas comunidades de matriz afro-brasileira, alertando para o seguinte ponto acerca dos aspectos de migrantes que chegam à Itália:

No passado, o foco era a obrigação moral da sociedade de acolhimento e do grupo majoritário de fazer reduzir ou evitar a discriminação; hoje mais frequentemente, a integração é tarefa dos imigrantes. São eles e seus filhos que devem desenvolver o *percorci di cittadinanza*, para demonstrar a sua vontade de integrar-se. Em outro nível, a cidadania não é concedida a todos os seres humanos, nem se baseia em um valor universal, porém é cada vez mais vista como uma recompensa por uma conduta correta (CONCEIÇÃO, 2013, p. 205).

Essa passagem do autor alerta para nova barreira simbólica e novo modo não acolhedor de conceber as relações de dominação, poder, direitos e deveres a serem estabelecidas entre o migrante e o país que o recebe. E não é somente uma questão de transferência de responsabilidades de todo sistema dominante para o mais vulnerável, mas também de desobrigação moral e ética que envolve tanto o território habitado, em particular, e o mundo global de forma expandida. Conceição (2013) aponta para extrapolação da política pública migratória em vigor, no sentido de que a lei do papel não equivale às ações de seus executores.

Conceição, quando na Itália, também observou o seguinte problema, e alertou sobre ele: a concessão da almejada cidadania não era o suficiente para promover a integração holística do migrante no novo continente, ou seja, no processo migratório, na etapa posterior à concessão da cidadania, o objeto da marginalização desses grupos se deslocava para outros elementos de intolerância como raça, dificuldades linguísticas etc.

Esse impulso por mudança, através da imigração, vai lentamente perdendo sua esperança no futuro e substituída por um sentimento de impossibilidade de uma nova territorialidade ou de retornar à situação anterior junto as suas origens. A nova situação é o presente vazio. Não há alternativa, e a saída é aderir à ideia de provisoriedade e de retorno em um movimento que aparenta acumular o máximo para retornar (CONCEIÇÃO, 2013, p. 182-183).

Tal característica particular acompanha os migrantes juntamente com todo o universo peculiar que os envolve: “Por um lado, desterritorialização, ruptura cultural, social e psíquica e, por outro, reconstrução da vida, novos hábitos socioculturais e,

sobretudo, a alteração dos códigos de orientação pessoal” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 142).

Assim, diante do fato de que o ser migrante é “submetido a uma dinâmica de mudanças, tanto objetivas como da própria subjetividade, que redefinem a sua própria história” (ibidem), pode-se afirmar que se instaura uma vulnerabilidade ainda por demais arraigada à condição dos deslocados.

Harari (2018), propõe que, ao tratar-se o tema migração, sejam considerados três termos significativos para debate.

Termo 1: O país anfitrião permite a entrada de imigrantes. Termo 2: Em troca, os imigrantes têm de adotar as normas e os valores centrais do país anfitrião, mesmo que isso signifique abrir mão de alguns de seus valores e normas tradicionais. Termo 3: Se os imigrantes se assimilarem num grau considerado suficiente, com o tempo tornam-se membros iguais e integrais do país anfitrião. ‘Eles’ passam a ser ‘nós’ (HARARI, 2018, p. 156).

Para Harari (2018, p. 156), é preciso entender o que significa o país anfitrião permitir a entrada de imigrantes, já que tal conduta traz consigo questões vitais: “Isso deve ser entendido como um dever ou como um favor? O país anfitrião é obrigado a abrir seus portões para todo mundo, ou tem o direito de escolher, e até mesmo de sustar totalmente a imigração?” (ibidem). Sem dúvida, são constatações seguidas de debates que estão longe de esgotarem-se; na verdade, tanto os argumentos dos pró-imigracionistas (pessoas têm o direito de imigrar para outro país se assim quiserem, e os países anfitriões têm o dever de absorvê-las) quanto os dos anti-imigracionistas (a imigração seria um privilégio, e a absorção, um favor) revelam impasses que neste início do século XXI têm fomentado mais perguntas que respostas afirmativas.

Um exemplo internacional a ser destacado é o da refugiada síria Nujeen Mustaffa, de 16 anos, que, para fugir da guerra civil em seu país, atravessou a Europa de cadeira de rodas, com a ajuda da irmã, até ser acolhida em Colônia, na Alemanha, onde seu irmão já morava. Pessoa com deficiência, no caso paralisia cerebral, Nujeen percorreu um total de 5.600km e ficou famosa ao ser entrevistada pela BBC, na fronteira da Hungria, pelo repórter Jonh Oliver, do programa de televisão *Last Week Tonight*. Oliver acompanhou a jornada de Nujeen e teve conversas com ela a cada etapa vencida. Hoje a adolescente frequenta normalmente a escola e teve sua história contada pela jornalista britânica Christina Lamb, cujo título, em português é

*Nujeen: A incrível jornada de uma garota que fugiu da guerra na Síria em uma cadeira de rodas.* O sonho de Nujeen é praticamente o mesmo de muitos outros migrantes: reunir a família, com a permissão de ter seus pais, refugiados na Turquia, perto dos filhos.

Em sua palestra no TEDxExeterde (2017)<sup>4</sup>, denominada “Eu não sou um número: um conto de refugiado” (tradução nossa), comenta uma realidade dura até quando se atinge, por exemplo, no final da jornada, o acolhimento por algum país europeu, no caso a Alemanha:

Mas nossa maior batalha ainda estava para ser travada, porque quando você chega na Europa, você chega à conclusão que você agora é o pesadelo que assombra todos os tomadores de decisão na Europa. E quanto às pessoas, tudo que você faz, tudo que você é, é estranho, estrangeiro e não muito familiar (MUSTAFA, 2017).

Essa história de tamanha resiliência retrata o quanto as pessoas que se deslocam em busca de condições mínimas de sobrevivência podem vir a transformar os parâmetros de preconceitos que, no geral, imperam quando se mencionam as palavras migrante/refugiado/exilado/estrangeiro. Em um dos seus discursos, por exemplo, o primeiro-ministro inglês, David Cameron, numa clara postura anti-imigração, prometeu “deportar clandestinos no Reino Unido para acabar com o ‘enxame de imigrantes’” (O GLOBO, 30/07/2015).

Ao negar-se a ser um número ou um ser que nasceu para “assombrar” a hegemonia europeia, Nujeen explicita seu desconforto frente a posturas que claramente expressam uma visão dos humanos como coisas, objetos a serem descartados. Suas resistência e resiliência apontam para um mundo comum.

## 1.2 Busca por um mundo comum: “rumo ao terrestre”

Em 2018, Latour lança o livro *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno* (2020a)<sup>5</sup> em que expõe de maneira contundente a sua crença de

<sup>4</sup> MUSTAFA, N. Eu não sou um número: um conto de refugiado, YouTube, 2017. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=R3r4gnSouqQ&t=116s>>.

<sup>5</sup> Latour, em francês, fala em “aterrissar”/“pousar”, ou seja, oriundo do processo de desterritorialização, intimamente ligado a isso, pois, ao desterritorializar, é preciso ir “rumo ao

que quatro marcos históricos principais vieram aferir diretamente sobre os processos dos caminhos percorridos da globalização, sendo eles: a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit); a eleição do Presidente Donald Trump, em 2016, nos Estados Unidos da América; a intensificação desenfreada dos processos migratórios; e, por fim, o Acordo de Paris de 2015, assinado por 195 países em prol da meta na redução da emissão de gases do efeito estufa e combate ao aquecimento global e à crise climática.

Os dois primeiros tipos de acontecimentos elegidos, conforme descrito por Latour (2020a), contribuem para o fortalecimento do ideal isolacionista e negacionista, enquanto os dois últimos colocariam no mesmo patamar as desigualdades sociais e a devastação ambiental. Os quatro marcos elegidos pelo autor, contudo, convergem para a visão de um planeta cujo solo precisa ser urgentemente organizado “para acolher os milhões de pessoas [...] em busca de um território habitável para elas e para seus filhos” (idem, p. 11), talvez cogitar por um terrestre comum a todos de fato em dimensões ainda não atingidas e equânimes, pela Humanidade comum. “A ausência de um mundo comum a compartilhar está nos enlouquecendo”, afirma o autor (idem, p. 9).

Latour completa: “A própria noção de solo está mudando. O solo tão sonhado da globalização está desaparecendo. É essa a novidade daquilo que, um tanto timidamente, chamamos de ‘crise migratória’” (idem, p. 11). Diante dessa constatação, o autor torna visível a seguinte contradição: como ter acesso a um “pedaço de chão” com o recrudescimento das fronteiras fechadas e com o reconhecimento, após o Acordo de Paris, de que os sonhos de modernização e de desenvolvimento das elites mundiais necessitam ser compatíveis com a sustentabilidade da Terra e com a globalização, sem o que o planeta não mais será habitável. “Ou bem negamos a existência do problema ou então tentamos aterrar. A partir de agora, é isso que nos divide, muito mais do que saber se somos de direita ou de esquerda” (LATOUR, 2020a, p. 12).

A questão do colapso climático e a geopolítica contemporânea na teoria do Novo Regime Climático proposto, com todos os vetores e suas consequências, em conjunto com a sua negação por algumas das elites mundiais é, para Latour, a centralidade do problema da Humanidade e da migração.

---

terrestre” e aterrissar/pousar em algum local do globo (LATOUR, 2020, p. 56); daí a necessidade de pensar o Antropoceno caracterizado por um mundo comum a todos.

Sem a consciência de que entramos em um Novo Regime Climático, não podemos compreender nem a explosão das desigualdades, nem a amplitude das desregulações, nem a crítica da globalização e nem, sobretudo, o desejo desesperado de regressar às velhas proteções do Estado nacional – o que se costuma chamar, um tanto erroneamente, de ‘ascensão do populismo’. Para resistir a essa perda de orientação comum, será preciso aterrar em algum lugar. Daí a importância de saber como se orientar, e para isso traçar uma espécie de mapa das posições ditadas por essa nova paisagem na qual são redefinidos não apenas os afetos da vida pública, mas também as suas bases (LATOURE, 2020a, p. 9).

Assim, uma nova realidade instaura-se, exigindo novas estratégias rumo ao único possível local da aterrissagem: o Terrestre. Latour (2020b) ressalta que se mover em direção ao Terrestre não é tarefa fácil; não existem mapas até lá, nem mesmo o compartilhamento de um chão comum com outros seres terrestres, pois que os Homens moram na Cultura.

Para devolver um sentido positivo às palavras ‘realismo’, ‘objetivo’, ‘eficácia’ e ‘racional’, é preciso direcioná-las não mais para o Global, onde elas claramente fracassaram, mas ao Terrestre.

Como podemos definir essa diferença de orientação? Os dois polos são quase os mesmos, mas com a diferença de que o Global apreende todas as coisas partindo do distante, como se elas fossem exteriores ao mundo social e completamente indiferentes às preocupações dos humanos. Já o Terrestre lida com os mesmos agenciamentos tomando-os de perto, como interiores aos coletivos e sensíveis à ação dos humanos, à qual reagem drasticamente. Temos aí duas maneiras muito diferentes de aquelas mesmas pessoas racionais fincarem, se assim podemos dizer, seus pés na terra. Essa diferença de perspectiva, portanto, suscita uma nova distribuição das metáforas, das sensibilidades, uma nova *libido sciendi*, fundamental tanto para a reorientação quanto para a reinvenção dos afetos políticos (LATOURE, 2020b, p. 107).

Versando sobre o fluxo migratório, Latour (2020b) caminha orientado na direção do geral para o específico e vice-versa, pois que ambos os pontos refletem o *modus operandi* da contemporaneidade, tomando o trato geopolítico que acaba por determinar onde é ou não permitido “fincar os pés na terra”.

Em artigo intitulado *As mudanças climáticas como arma de guerra*, o jornalista português Goulão (2020) expõe os conteúdos de alguns relatórios do governo americano sobre a manipulação do clima e da meteorologia como arma de guerra, no sentido de os Estados Unidos, com objetivos militares, terem desenvolvido, desde o início dos anos noventa do século XX, Técnicas de Modificação Ambiental (ENMOD) – sigla cujo significado é, em português, “Convenção de Modificação Ambiental”, elaborada pela Organização das Nações

Unidas com o propósito de explicitar a proibição do uso de técnicas de manipulação do clima através da tecnologia para fins belicosos e com objetivos militares ou qualquer outro uso hostil. O autor (2020) destaca a passagem de um relatório da Força Aérea dos Estados Unidos, de agosto de 1996, onde se lê que “alterações meteorológicas irão tornar-se parte da segurança nacional e internacional e podem ser produzidas de modo unilateral”. O título do relatório era “A meteorologia como um multiplicador de força. Ser dono do tempo em 2025”. Segundo ele, “a capacidade para gerar chuva, neblina e tempestades na Terra ou modificar a meteorologia no espaço (...) e a produção de condições meteorológicas são parte integrante das tecnologias militares” (GOULÃO, 2020).

O discurso do jornalista denuncia as conferências sobre as alterações climáticas das Nações Unidas (COP's) que nunca abordaram essa vertente do assunto, como se essa possibilidade não estivesse já em andamento como mecanismo geopolítico.

Costa, no posfácio do livro de Latour (2020a), ao escrever minuciosa reflexão crítica sobre o texto em questão, argumenta também sobre a pressão das orientações políticas:

Segundo Latour, podemos perceber o alcance dessa espécie de universalidade negativa, quando atentamos para as mobilizações políticas que ocorrem hoje por toda parte. Seja no avanço do neoliberalismo que marca o que podemos chamar (por falta de expressão melhor) de capitalismo tardio, assim como nos negacionismos, nacionalismos, autoritarismos, fascismos, conservadorismos, extremismos à direita que pretendem barrar os fluxos, as massas e os direitos; mas também nas lutas, protestos e resistências com vistas a expandir direitos, liberar os fluxos, reaver a liberdade de movimento, nas experimentações coletivas e nas reinvenções dos modos de constituir comunidade que proliferam hoje, todas essas posições carregam a marca de um pressentimento coletivo de que está em curso uma verdadeira pane nos ‘sistemas de geração’ – ainda que expressem discordâncias quanto à percepção do que precisamos fazer e com quem precisamos aprender a conviver para garantir nossa permanência e perpetuação (COSTA in LATOUR, 2020a, p. 117).

Ao tocar em tantos pontos cruciais, Costa permite que se compreenda a linha de raciocínio de autores como Latour (2020a) que consideram o Antropoceno como um novo e atual período ou era geológica que se está constituindo após o acúmulo exacerbado de atividades humanas sobre o ecossistema terrestre, de modo a gerar, nesta e nas gerações conseqüentes, a necessidade de deslocamento em

conjunto em direção a um terrestre comum, através de um processo inédito ainda por ser desvendado e experimentado pelos seres humanos.

Silva e Silva (2020), ao discorrer sobre essa obra latouriana, observa o quanto ainda são precárias as condições e capacidades coletivas de habitar a Terra, sem que sejam consideradas questões mais amplas. O autor parte da observação de Latour (2020a) sobre a dinâmica entre o Global e o Local – o primeiro como detentor do conhecimento que “permitiu cartografar a Terra e o cosmos, tornando-a um planeta entre outros”, e do avanço dos desenvolvimentos tecnológicos “possibilitados por essa invenção”; e o segundo como formado “como resto e negativo do Global, isto é, algo próximo, interno, interessado, incapaz de observar os verdadeiros encadeamentos de causa e consequência” (SILVA E SILVA, 2020) – para apontar a dinâmica que gera algumas determinações sobre o Terrestre a ser aterrado:

Primeiramente, a política exclusivamente humana, feita em e entre Sociedades, deve chegar ao fim: a afirmação de soberania dos Estados, a gestão das populações ou o bloqueio de fronteiras não podem mais se apresentar como a tarefa primeira da política. Isso deve nos levar, em segundo lugar, a transformar aquilo que se chamava Natureza — que, vista de infinitamente longe, só podia gerar afetos fracos quando falávamos em protegê-la ou preservá-la — em território. Não se trata do território como imaginado pelo Local, remanescente de um processo de Globalização que ainda está por acontecer, e nem o território mapeado pela Modernidade — a propriedade privada, o monopólio da terra, a exploração do solo —, mas sim um terreno de vida, aquilo de que um terrestre, humano ou não, depende para sobreviver. Essa nova forma, de que necessitamos urgentemente segundo Latour, é aquela talvez que as pessoas se sintam motivadas a proteger, um solo que cria, reproduz e amplia as condições de vida de um terrestre. Mas como identificar um terreno de vida? Como lutar por algo agora que as estratégias e direções comuns da modernidade perderam sua clareza? (SILVA E SILVA, 2020)

Esse novo pensar, que vê o território como fonte de vida coletiva, permite “maneiras de habitar a Terra, produzir terrenos de vida, cultivar vínculos que possam florescer e persistir” e, mais ainda, de “nossas condições de e capacidades coletivas de habitar a Terra, outramente” (SILVA E SILVA, 2020).

Essa linha de raciocínio segue dois panoramas de estudos evidenciados sobre o futuro das migrações humanas. Os pesquisadores preveem, em primeiro plano, cenários correlacionados às questões climáticas (HARARI, 2015, 2018; LATOUR 2020a, 2020b) e o arrefecimento da exclusão, com as fronteiras fechadas, caso a humanidade não assume uma nova forma de habitar o Planeta; e, em

segundo plano, contextos fictícios variados – possíveis, previsíveis ou não, e monitorados por determinados órgãos ou instituições nacionais ou internacionais da atualidade, considerando-se as pesquisas e os avanços tecnológicos que possibilitarão o avanço em rumo ao terrestre.

Pensando sobre o assunto em formato proativo, um grupo de cientistas com mais de 50 integrantes, por iniciativa da OIM, Friedrich-Ebert-Stiftung e do *Global Future*, elaborou o documento intitulado "Mundo de migração e mobilidade de amanhã" (2017) traduzido de *Tomorrow's World of Migration*, onde os estudiosos imaginaram quatro cenários migratórios humanos, previstos para o futuro no ano de 2030: no primeiro, um mundo não muito distante do atual, com fronteiras extensas erguidas e mobilidade drasticamente reduzida, onde cada habitante tem a "sensação" de que o seu país "vem em primeiro lugar"; no segundo, o cenário esperado está correlacionado à existência de um colapso catastrófico das nações, e a migração humana acontece por mera e pura sobrevivência; no terceiro, dá-se um processo com desenvolvimento inclusivo e sustentável, reconhecendo os benefícios da migração; no quarto, um mundo tecnológico, mais futurístico, planejado com maestria e controlado por tecnologias de informação ainda por se desenvolverem, com cada vez menor necessidade de migrantes laborais ou trabalhadores.

Caminhando em outra vertente e discutindo, com pioneirismo, sobre os efeitos da imposição de uma cultura dominante – e sua opção consciente por quebrar esse ciclo –, o migrante anglo-jamaicano Stuart Hall (1932-2014), ao experimentar a intolerância, a discriminação e o preconceito da cor por que passou desde muito cedo no seio da própria família (era o mais escuro entre eles)<sup>6</sup>, toma essa experiência não para descrevê-la como movimento social coletivamente vivido, mas como ferramenta para lidar com a construção de identidade e com a formação cultural:

Acho que a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de histórias e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um 'posicionamento', ao qual podemos chamar provisoriamente de identidade (HALL, 2003, p. 432-433).

---

<sup>6</sup> Entrevista cedida ao escritor e editor Kuan-Hsing Chen, no último capítulo *Da diáspora – identidades e mediações* (2003), na qual tratam temas como raça, trajetórias e posições políticas.

Com isso, Hall (2003) entrelaça a cultura a processos sociopolíticos que extrapolam o nível do individual para alcançar outros contextos epistêmicos.

Conceição (2013) chama atenção também para processos de fenômeno humano observado em categorias de mobilidade migratórias de deslocamentos internos brasileiros, com uma nova tendência adotada não só por estes migrantes, mas, sobretudo, pelos grupos que sofrem quaisquer tipos de desastres, violências ou de não reconhecimento de suas identidades, normalmente distinta das socialmente aceitas: a rejeição a denominações externas e, em contrapartida, a automeação, culminando num movimento de autogestão, isto é, no ato de incorporarem às suas identidades e aos projetos de vida aquilo que os representa. Assim, exemplifica ele, os moradores de Sobradinho, quando perderam suas casas e referências históricas com a construção da barragem, no interior da Bahia, rejeitaram as denominações externas de “sertanejos e camponeses” e passaram a autodenominar-se como “Movimento dos Atingidos pela Barragem” (MAB), numa evidente tentativa de administração da própria identidade:

O Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB)<sup>7</sup> tinha por objetivo exigir que as empresas e o governo cumprissem os acordos com as famílias desalojadas, para, em seguida e simultaneamente, cuidarem das alternativas de recomeço (CONCEIÇÃO, 2013, p. 119).

Houve, portanto, neste episódio de desastre ambiental, uma migração típica de deslocamento interno, e a construção de um modo de “posicionamento”, conforme Hall (2003), de uma simples mudança de perspectiva a partir não do ponto de vista do agressor, mas, no caso concreto, do atingido, que não se deixou paralisar abalado pelo sentimento doloroso, provido de desterro e pelo abandono ou negligência dos reais responsáveis nessa circunstância (Governo federal, estadual e/ou municipal, empresas de construção civil, administradores, técnicos). Indo além, formaram um movimento e o batizaram de maneira consciente com o nome que os representava simbolicamente: Atingidos!

Hall (2003) também se alinha a uma aproximação orientada com a reorganização do conceito de cultura inserido na esfera social, contribuindo, de

---

<sup>7</sup> O MAB foi a resposta dos agricultores à forma como foi executado o deslocamento das populações de atingidos pela barragem. Sua consolidação como movimento nacional ocorre em 2001, e está presente em dezessete estados e dez regiões do País.

forma relevante, para a delimitação concisa sobre os conceitos de multicultural e multiculturalismo:

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua 'identidade original...' –'multiculturalismo' é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas e multiplicidade gerados pelas sociedades múltiplas (HALL, 2003, p. 52).

Dentre os tipos de multiculturalismo existentes nessa linha de pensamento, Hall chama atenção para o fato de que o multiculturalismo crítico ou revolucionário “enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência, procura ser insurgente, polivocal, heteroglossa e antifundacional” (HALL, 2003, p. 53).

A partir daí, pode-se concluir que a construção da identidade cultural é particular e formada na hibridização das culturas e no decorrer de um movimento de articulação; assim, será sempre provisória, incompleta e permeável aos choques e entrechoques destas culturas, conforme Oberg (1960), que descreve os ajustamentos e adaptações ocorridas em um novo ambiente cultural para migrantes, criando a teoria do choque cultural em quatro estágios: fase da lua-de-mel ou turista, fase da crise ou choque cultural; fase do ajuste, reorientação e recuperação; e a última fase a atravessar, seria a de adaptação, resolução e aculturação – o que não implica um menor grau de importância à sua (re)estruturação no ambiente cultural novo, não original e, portanto, mutante em seu sentido de ser.

Bauman (2012, p. 6) afirma que a devida desconstrução do tradicional conceito clássico de cultura emergiu concomitante com o de “culturalização” das ciências sociais. Igualmente observa que, embora haja um só termo “cultura”, ele acaba sendo tomado por três universos do discurso – o conceito hierárquico, o conceito diferencial e o conceito genérico –, com classes de objetos e campos semânticos distintos, pondo em relevo, em cada um deles, “diferentes aspectos dos membros dessas classes” (BAUMAN, 2012, p. 69). Por isso, acaba por gerar três conceitos que coexistem e diferem em sua parte cognitivamente mais rica e abrangente.

Em sua tentativa de explicar a noção hierárquica de cultura sobre o homem, Bauman (2012, p. 71) destaca a segunda delas, que mais interessa, a princípio, a este trabalho:

Herdada ou adquirida, a cultura é parte do ser humano: partilha com a personalidade a qualidade de ser essência definidora e característica existencial. Todavia, a cultura, apesar de suas peculiaridades, é uma propriedade, conseqüentemente, pode ser adquirida, dissipada, manipulada, transformada, moldada e adaptada (BAUMAN, 2012, p. 70).

Sobre o conceito diferencial do termo cultura, o autor destaca ser ele “empregado para explicar as diferenças visíveis entre comunidades de pessoas (temporária, ecológica ou socialmente discriminadas)” (BAUMAN, 2012, p. 80).

Por sua vez, o terceiro e último conceito relacionado de cultura, o tipo genérico, emerge da dicotomia mundo-humano e mundo-natural, sob a ótica da diferença perceptível entre “o que acontece ao homem” e “o que o homem faz” (idem, p. 103).

Para Yúdice (2004), a cultura é, sobretudo, um recurso que gera e atrai investimentos financeiros para os mais diversos campos, o que não exclui o caráter múltiplo e diversificado de sua natureza.

Todo o debate gerado através da discussão dos conceitos supracitados está entrecruzado intimamente à ideia de impermanência e de movimento e, ao mesmo tempo, de conservação de certos traços que fazem da cultura e da identidade cultural produtos formados sob a égide do “múltiplo”, do “hibridismo”, capazes de representar certas expressões dos seus produtores, bem como de gerar renda.

Porque os migrantes precisam de um tempo considerável para adaptar-se ao novo território e à nova cultura, em geral, eles costumam estar expostos a situações desumanas e a múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício de sua construção do ser e da cidadania, iniciada antes do momento de seu desembarque; na verdade, esse estado interseccional de vulnerabilidade começa no país de origem, perpassa por todo o roteiro do trânsito internacional percorrido e culmina nas dificuldades encontradas no “novo mundo”. Em outras palavras, aquele que abandona sua pátria por problemas alheios ao desejo pura e simples de morar em outro lugar está sujeito não a um estado de vulnerabilidade gerado por uma circunstância, mas a “vulnerabilidades” que se modificam enquanto se dá o curso do processo de conquista de nova cidadania, ou seja, prolonga-se no período posterior,

gerando um conjunto de sistematização categóricas de marcadores sociais, determinantes na trajetória desses indivíduos.

Tal como Bauman (2012) aponta sobre a tomada do conceito de cultura por diferentes universos, o termo vulnerabilidade também abarca fatores diferenciados, dependendo, é claro, do segmento ao qual está associado. Além disso, o sentimento de vulnerabilidade em si não ocorre do mesmo modo de experiência para todos os sujeitos que o vivenciam.

Oriunda do latim *vulnus-neris*, a palavra “vulnerável” significa, em linhas gerais, “ferida”, indicando o “ponto pelo qual alguém pode ser atacado ou ferido” (FERREIRA, 1986, p. 1792) – definição que revela como estar em estado vulnerável afeta tanto a condição física particular de um indivíduo (ser fisicamente ferido, violentado, morto etc.), quanto a sua dimensão psicossocial ampla (ser derrotado, ofendido, humilhado, reificado, pormenorizado etc.). É, portanto, um conceito abrangente, que engloba o ser humano em suas dimensões variadas de risco físicos, psicossociais e, em geral, iminentes.

No contexto do território brasileiro, desde a época originária da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi anunciada a criação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social –, com o fim de articular um sistema de proteção às pessoas vulneráveis. Em 2004, o SUAS aprovou com excelência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), toda baseada na prestação de serviços e na colaboração entre a União, os Estados e o Municípios, isto é, nível nacional e localizado em suas fronteiras. Alguns desses relevantes feitos são os programas Fome Zero (2003) e Bolsa Família (2003), ambos propostos no governo Lula (2003-2011).

Algumas ferramentas e instrumentos merecem destaque como indicadores das condições de vulnerabilidade, entre eles o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e o Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS), criados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e contabilizados pelo IBGE (2007), que determinam marcadores das desigualdades de condições, registrados em comparação por estados e por alguns municípios.

Cançado, Souza e Cardoso (2014), no artigo intitulado *Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social*, descrevem o formato sintetizado o termo vulnerabilidade da seguinte maneira:

Uma conjunção de fatores, sobrepostos de diversas maneiras e em várias dimensões, de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências (Bruseke, 2006). Cabe considerar, todavia, que seu caráter multifacetado é não apenas uma vantagem, mas também o grande empecilho para sua análise, na medida em que dificulta a definição de variáveis precisas e a construção de um indicador exato (CANÇADO; SOUZA; CARDOSO, 2014, p. 3).

Além disso, os autores tomam para si a ideia proposta de Ulrich Beck (1992) acerca das questões concernentes aos riscos a que os homens estão sujeitos:

Beck (Guivant, 2001) reconhece dois tipos de riscos: os individuais e os globais. Os primeiros sempre existiram, já os segundos são característicos da sociedade moderna, onde as decisões, as incertezas e as probabilidades adquirem significado mais amplo. O caráter global do risco relativiza as posições de classe e geografia, pois, atinge ricos e pobres, ocidentais e orientais. Empresários e assalariados são afetados pela poluição, por exemplo. No entanto, a distribuição dos riscos é desigual (CANÇADO; SOUZA; CARDOSO, 2014, p. 9).

Para proporem uma metodologia que consiste em considerar sua diferente incidência entre grupos, situações e locais, Cançado, Souza e Cardoso (2014) determinam as seguintes categorias: **Grupos de risco**: vulnerabilidade juvenil; **Situações de risco**: vulnerabilidade na área da saúde; marginalização, exclusão e vulnerabilidade social; **Espaços de risco**: vulnerabilidade e território; direitos humanos.

Após as explanações dos conteúdos categorizados, é possível afirmar que a vulnerabilidade, em geral, implica elementos estruturais específicos, que dependem do contexto histórico e do lugar, bem como da categoria a que se está exposto. Outro ponto fundamental é que as categorias não são estanques; além de se reproduzirem, elas também podem combinar-se, acentuando a escassez de recursos sociais, culturais, econômicos.

Para Cançado, Souza e Cardoso, “uma mudança nesse quadro enfrenta uma série de dificuldades”. Importante ressaltar, contudo, “os ativos que indivíduos e grupos possuem” (2014, p.18) – observação que, juntamente com a parte teórica, transpassará todo o trabalho, por meio do reconhecimento da existência de estratégias de inclusão, de bem-estar, de acolhimento pleno, de proteção legal e de integração local. Tais medidas tendem a transformar em novas

oportunidades as condições físicas e mentais dos envolvidos, bem como a sua capacidade resistente e resiliente de sobreviver e de renovar-se.

O enfrentamento da vulnerabilidade estará aqui coadunado com as práticas culturais e sociais – uma das estratégias frequentemente sugeridas na tentativa de produção e de construção de cidadania da parcela migrante da população mundial.

Intimamente ligados à vulnerabilidade, os temas do regime climático (LATOURE, 2020), do rumo ao terrestre (HARARI, 2015; LATOUR, 2020; SILVA & SILVA, 2021) e da condição humana (ARENDETT, 2000) proporcionam a oportunidade de pensar o quanto o global – identidade global, ecologia global, economia global, ciência global... – pode ser paralisado por políticas nacionais. Harari (2015, p. 140) propõe duas possibilidades para que haja o “destravamento” das ações: “Para ter uma política efetiva, temos ou de desglobalizar a ecologia, a economia e a marcha da ciência, ou globalizar nossa política” – proposta que visa ao combate dos problemas humanos, como explica na sequência:

Como é impossível desglobalizar a ecologia e a marcha da ciência, e como o custo da desglobalização da economia seria provavelmente proibitivo, a única solução real é globalizar a política. Isso não significa criar um ‘governo global’ – ideia duvidosa e pouco realista. Ao contrário, globalizar a política significa que a dinâmica política dos países e até mesmo das cidades deveria dar mais importância a interesses e problemas globais (HARARI, 2015, p. 140).

Esse olhar amplo coaduna-se com a união da civilização em torno de evitarem-se as catástrofes ecológicas que provavelmente impedirão o *habitat* natural do Planeta, como conhecido até o momento. De nada adiantará uma política centrada em problemas unicamente internos se as pressões externas de acolhimento a migrantes e de preservação do meio-ambiente, por exemplo, não deixarão de existir e requererão a preservação dos direitos humanos e a proteção de toda a espécie humana. Para Alexander Betts (2016), professor de Migração Forçada e Relações Internacionais, os migrantes são uma responsabilidade global compartilhada.

## 2 MIGRAÇÃO HUMANA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO TERRESTRE DA PRÉ-HISTÓRIA AO HODIERNO

A história da humanidade é acompanhada do fenômeno de mobilidade de fluxos, ciclos e ondas migratórias intensificadas. O homem atravessa barreiras naturais, ultrapassa fronteiras espaciais e, nos dias atuais, parte rumo a territórios terrestres imaginados e simbólicos. Amplo e peculiar, o fenômeno da mobilidade humana provoca movimentos com deslocamentos (de motivação externa ou interna) e obriga o esforço em busca de recursos de sobrevivência, da satisfação da curiosidade por novos ares e da conquista de diferentes espaços geográficos. Até a época das grandes navegações ou descobrimentos através das invasões dos europeus imperialistas e colonizadores, ocorridas no período entre os séculos XIV e XVII, o histórico da migração humana remeteu à prática arcaica instintiva de natureza nômade, bem anterior ao sedentarismo, quando grupos ancestrais basicamente ainda se movimentavam e mudavam de lugar assim que os recursos naturais, destinados a saciarem e alimentarem homens, mulheres e crianças se esgotavam, mesmo que permanente ou provisoriamente, por razões conectadas ao requisito instintivo de sobrevivência no seu *habitat* natural (HARARI, 2015, 2018).

Segundo versão do dicionário Michaelis Online (2021), a palavra movimento é detentora de dezenove significados, destacando-se as seguintes interpretações acerca do que se considera movimento atualmente:

Ato ou efeito de mover(-se); Deslocamento que um corpo faz de um lugar para outro; Alvorço causado por grande quantidade de carros e/ou de gente; Forma de mover(-se); Série de atividades realizadas por organizações que possuem um mesmo objetivo; Desencadeamento de ações que revelam pressa; Evolução do pensamento artístico, histórico, filosófico etc.; Recurso utilizado para dar animação a uma obra de arte; O deslocamento dos corpos celestes; Transferência de pessoas para outras funções; Deslocamento de animais para outras regiões; Tudo o que contribui para que o mundo esteja em constante modificação; Manobra estratégica que consiste no deslocamento de navios, de tropas etc.; Dinâmica presente numa peça musical, representada pelas velocidades contrastantes; andamento; Cada uma das partes de uma composição musical; Variação nas linhas de um plano, de elevação e de decoração de qualquer edificação; Inconstância na posição espacial de um objeto no decorrer do tempo (MICHAELIS, 2021, s/p).

De maneira concreta, a lista de significados permite obter-se uma visão dilatada do quanto a palavra e os seus conceitos imaginados abarcam, iniciando desde os sentidos mais restritos – ato de mover-se – aos mais amplificados, quando são trazidos por termos e expressões mais elaborados, como: deslocamentos, manobras estratégicas, recursos, série de atividades, dentre outros.

No livro *Migração internacional* (2013, p. 24), em específico no capítulo *Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais*, as autoras Rosana Baeninger, coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo, e Gisele Maria Ribeiro Almeida citam o alerta que Brettel e Hollifield (2000, p. 3) fizeram sobre a quantidade de disciplinas – vinculadas às “Ciências Sociais e às Ciências Humanas” – que abordam, de forma direcionada às suas áreas, o tema da migração na atualidade (Figura 02).

Figura 02: Disciplinas ligadas ao tema migração

Disciplina	Problemas de Pesquisa	Nível/Unidade de Análise	Teorias dominantes	Modelo de hipótese
Antropologia	Como a imigração influencia a mudança cultural e a identidade étnica?	micro/indivíduos, famílias, grupos	relativista ou estruturalistas e transnacional	As redes sociais ajudam a manter as especificidades culturais
Demografia	Como a imigração afeta a mudança populacional?	macro/população	racionalista/interface com a economia	A imigração aumenta a taxa de natalidade
Economia	Como explicar a propensão à migração e seus efeitos?	macro/individual	racionalista/custo-benefício atração-repulsão	A incorporação do imigrante depende de seu capital humano
História	Como compreender a experiência do imigrante?	micro/indivíduos e grupos	sem hipóteses-teste	não se aplica
Direito	Como a legislação influencia a imigração?	macro e micro/política e o sistema legal	institucionalista e racionalista/ciências sociais	Direitos criados incentivam estruturas para imigrantes
Ciência Política	Por que os Estados têm dificuldades para controlar a imigração?	macro/política e sistema internacional	institucionalista e racionalista	Estados são capturados por interesses pró-imigração
Sociologia	Como se explica a integração do imigrante?	macro/grupos étnicos e classes sociais	estruturalista e/ou funcionalista	A incorporação do imigrante depende do capital social

Fonte: BRETELL; HOLLIFIELD, 2000 *apud* ALMEIDA; BAENINGER, 2013, p. 25).

Almeida e Baeninguer (2013) fazem a seguinte análise ao comentarem sobre o levantamento dos elementos elencados da referida pesquisa:

Essas diversas disciplinas podem até partilhar esse objeto, mas não necessariamente os paradigmas e os referenciais do fazer científico, dando ensejo a certos confrontos teóricos. Outro problema deste caráter inter e transdisciplinar, como os referidos autores argumentam, é uma tendência à produção de análises fragmentadas, em função das perspectivas que

definem o campo disciplinar do conhecimento (ALMEIDA; BAENINGER, 2013, p. 24).

Observa-se, dessa forma, que o objeto de pesquisa “migrações humanas”, em seus minuciosos detalhes e a depender do foco, requer para além de um olhar inter e transdisciplinar, devido à união entre o aspecto amplo inerente à complexidade das mobilidades contemporâneas e a especificidade que cada indivíduo elege para decidir mudar de território.

Mazza (2015) expõe, em seu artigo *O direito humano à mobilidade: dois textos e dois contextos*, os seguintes direcionamentos em relação às áreas de concentração dos estudos migratórios:

Pesquisas recentes sugerem que os fluxos migratórios devem ser analisados considerando as múltiplas determinações do real, tais como: sobrevivência, regulação econômica, redes parentais, refúgios políticos, crises ecológicas e ambientais, fugas de regiões de conflito, turismo, tráfico de órgãos, sexo, armas e drogas etc. A migração afeta de modo desigual e combinado, crianças, jovens, adultos e velhos; homens e mulheres; pessoas documentadas e não documentadas, países desenvolvidos e em desenvolvimento. O impacto das remessas, a redefinição de identidades nacionais, a importância das redes migratórias, as dificuldades de integração nas sociedades receptoras, a migração não documentada, a precariedade das condições de trabalho são alguns eixos em torno dos quais tem se desenvolvido o debate sobre as migrações (MAZZA, 2015, p. 238-239).

Com disponibilidade variável de eixos a serem explorados com primazia, esta pesquisa concentrou-se na perspectiva de que o direito à mobilidade, como prática milenar, dever estar garantido tanto nacional quanto internacionalmente – a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, traz, em seu preâmbulo, primeiro parágrafo, “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis”, tomando-se a liberdade, a justiça e a paz no mundo como metas. Portanto, não existem políticas internacionais que consigam deter as mobilidades humanas porque estas não estão restritas à dimensão material econômica e política; ao contrário, elas conservam sentidos afetivos e simbólicos, deflagrando, em sua amplitude, redes relacionais, que interligam locais de origem, de transição e de destino.

## 2.1 Breve histórico de mobilidade e deslocamento

Para apreender-se a história da migração humana em uma trajetória ainda em construção e em pleno e eterno movimento, o primeiro passo é traçar rastros epistemológicos possíveis, nem sempre desvendados pelo passado de modo coerente e acessível. Muito da história da evolução ficou sem registro. Harari, em sua obra *Sapiens: uma breve história da humanidade* (2015), descreve:

Essa cortina de silêncio encobre dezenas de milhares de anos de história. Esses longos milênios podem muito bem ter testemunhado guerras e revoluções, movimentos religiosos arrebatadores, teorias filosóficas elaboradas, obras artísticas incomparáveis. Os caçadores-coletores podem ter tido seus Napoleões governando impérios da metade do tamanho de Luxemburgo; Beethovens dotados, carentes de orquestras sinfônicas, mas capazes de levar as pessoas às lágrimas com o som de suas flautas de bambu; e profetas carismáticos que revelavam as palavras de um carvalho da região em vez das de um deus criador universal. Mas isso tudo não passa de conjectura. A cortina de silêncio é tão espessa que não podemos nem mesmo ter certeza de que tais coisas ocorreram – que dirá descrevê-las em detalhe (HARARI, 2015, p. 69).

Dalal, no livro *A compacta história do mundo* (2016), destaca o marco do surgimento do proto-humano – origem do homem hoje conhecido – da seguinte maneira:

A evolução humana aconteceu ao longo de vários milhões de anos em um cenário de mudanças do planeta, do clima e da vegetação. De acordo com os conhecimentos atuais, por volta de 7 ou 8 milhões de anos atrás ocorreu a separação entre as linhagens de humanos e seu ancestral chimpanzé, e os homínídeos, que andam sobre duas pernas, começaram a se desenvolver (DALAL, 2016, p.12).

A cada peça do quebra-cabeça encontrada pelas novas descobertas da arqueologia e da paleontologia, adiciona-se mais um fragmento desta história perdida. O que interessa a este estudo é a constatação de que algumas tecnologias modernas permitem atualmente verificar o modo como os ancestrais viviam e, mesmo, como migravam nas suas respectivas épocas. A arqueóloga estadunidense, Carolyn Freiwald, por exemplo, na condição de neta de migrantes alemães, combina a biologia e a química dos ossos e dentes para, por meio dos dados revelados, reconstruir dietas praticadas no passado, correlacionando-a aos trajetos de fluxo de migrações humanas realizadas naquele período do qual o material coletado é analisado. Em sua palestra intitulada *The story of human migration: your life in a*

tooth, do TEDxUniversityofMississippi, de maio de 2020, na plataforma do YouTube<sup>8</sup>, ela afirma que “mobilidade é uma das coisas que nos faz humano”.

Freiwald (2020) descreve que nos dias de hoje é possível rastrear e descobrir a proveniência ancestral, seja de ascendência africana, americana, asiática, australiana ou europeia, considerando que seus ossos e restos mortais irão contar indubitavelmente a história da sua vida. Até um único dente, com seu conteúdo pulpar de DNA e seu esmalte, é capaz disso, pois registra a alimentação ingerida durante as fases da vida, ou seja, todos os minerais e elementos específicos da dieta do sujeito, revelando, de forma indireta, a relação entre os trajetos que cursou e os alimentos que ingeriu.

Geertz (2008, p. 34), através da antropologia, acreditava que o homem moderno havia surgido por volta dos quatro milhões de anos Antes da Era Comum-AEC, com o aparecimento do famoso Austrolopitecíneo ou “os assim chamados homens-macacos da África do Sul e Oriental”. As descobertas atuais indicam que os primeiros ancestrais modernos dos “humanos surgiram na África Oriental há cerca de 2,5 milhões de anos” (DULAL, 2016; HARARI, 2015, p.10). A partir daí, foi preciso seguir uma linearidade dos marcos evolutivos de desenvolvimento, imprescindíveis para atingir a compreensão da era hodierna: a dos animais mamíferos primatas denominados humanos.

Durant, autor da coleção *A história da civilização*, dizia que a história da Humanidade, no “sentido exclusivamente humano”, orbitaria sobre duas revoluções, em particular: “a neolítica (passagem da caça para a agricultura) e a moderna (passagem da agricultura para a indústria)”, afirmando que “logo que o homem encontrasse os meios de fixar na matéria o pensamento, a fim de transmiti-lo através das gerações, a civilização começaria” (DURANT, 1995, p. 72).

Já Harari (2015, p. 8) atualiza e engendra a pré-história da Humanidade de forma a interpretá-la de seu ponto de vista histórico-sociocultural, ao determinar-lhe o curso e dividir o progresso humano em três momentos-chaves únicos, considerados como “grandes revoluções”: a cognitiva (por volta de 70 mil anos AEC), a agrícola (em torno de 12 mil AEC) e, por fim, a científica (há 500 anos da Era Comum).

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wBuaxd1tz2w&t=60s>>.

Refletindo sobre a questão cognitiva, Geertz (2008, p. 35) relata que o que separaria os “verdadeiros homens dos proto-homens” não seria, aparentemente, “a forma corpórea total, mas a complexidade da organização nervosa”, frisando a importância dessa evolução neurológica para a diferenciação de desenvolvimento dos primatas em geral.

No cerne da questão evolutiva migratória, de acordo com o que é possível ser traçável nos antepassados, as **primeiras migrações** de mobilidade e deslocamento arcaicas e de natureza primitivas nômades se deram “por volta de 2 milhões de anos atrás, alguns desses homens e mulheres arcaicos deixaram sua terra natal para se aventurar e se assentar em vastas áreas da África do Norte, da Europa e da Ásia” (HARARI, 2015, p. 10).

Moya (2018, p. 25), em seu artigo *Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global*, analisa a universalidade do fenômeno de modo evolutivo, biológico e histórico:

Migração é um fenômeno universal e, em certa medida, trans-histórico. Afinal, é um dos quatro mecanismos de evolução biológica (juntamente com mutações, deriva genética e seleção natural) e, portanto, é parte do surgimento de nossa espécie e da maioria das demais. Nesse sentido, precede e cria a história humana. É também a forma como nos dispersamos globalmente a partir de nosso berço, no sudeste da África, a fonte da diversidade racial e cultural, e como respondemos a desafios ecológicos para além da adaptação *in situ*, um fenômeno relativamente recente em nossa longa história (MOYA, 2018, p. 25).

Essa migração primata arcaica teve relevância primordial, pois possibilitou um desenvolvimento variado de espécies diferentes, por meio dos seus respectivos ecossistemas e habitats naturais. A proliferação das variedades de espécies é demasiadamente longa e complexa para exposição completa. Resume-se, como proposto por Harari (2015, p. 12) com base nas escavações descobertas até hoje, que deviam existir no recorte do *Homo Sapiens*, pelo menos, “seis espécies humanas diferentes” já extintas, encontradas em escavações que datam de cem mil anos atrás nos continentes espalhados pelo globo Terrestre.

Considerados os homens modernos, os *Homo Sapiens*, contudo, surgem originários da África Oriental em torno de duzentos mil anos atrás (DALAL, 2016; GEERTZ, 2008; HARARI, 2015), iniciando a façanha particular desta espécie de, durante sua colonização pré-histórica, “dominarem o resto do planeta Terra e levarem as demais espécies humanas à extinção” (HARARI, 2015, p. 25). Harari

ainda expõe detalhes sobre a natureza nômade territorialista e de exploração consumidora que dá margem ao início da migração humana e aos primórdios da colonização e dos assentos iniciais da espécie, através do seguinte interessante recorte:

A maioria dos bandos *sapiens* vivia se deslocando, vagando de um lado para outro em busca de alimento. Seus movimentos eram influenciados pela mudança das estações, pela migração anual de animais e pelo ciclo de crescimento das plantas. Eles costumavam viajar de um lado para outro no mesmo território, uma área cuja extensão ficava entre várias dezenas e muitas centenas de quilômetros quadrados. De vez em quando, bandos saíam de seu território e exploravam novas terras, fosse devido a calamidades climáticas, conflitos violentos, pressões demográficas, fosse por iniciativa de um líder carismático. Essas perambulações foram o motor da expansão humana pelo mundo (HARARI, 2015, p. 54-55).

A **segunda forma** ancestral arqueológica de migração humana surge do próprio *Homo Sapiens* e ocorre do cerne da África Oriental a partir de cerca de setenta mil anos atrás, quando foi promovido um processo de expansão e de assentamento humano por outros continentes do globo, culminando na realização da primeira migração em direção ao continente australiano:

Nessa época, bandos de *sapiens* deixaram a África pela segunda vez. Dessa vez, eles expulsaram os neandertais e todas as outras espécies humanas não só do Oriente Médio como também da face da Terra. Em um período incrivelmente curto, os *sapiens* chegaram à Europa e ao leste da Ásia. Há aproximadamente 45 mil anos, conseguiram atravessar o mar aberto e chegaram à Austrália – um continente até então intocado por humanos. O período de 70 mil anos atrás a 30 mil anos atrás testemunhou a invenção de barcos, lâmpadas a óleo, arcos e flechas e agulhas (essenciais para costurar roupas quentes). Os primeiros objetos que podem ser chamados de arte e joalheria datam dessa era, assim como os primeiros indícios incontestáveis de religião, comércio e estratificação social (HARARI, 2015, p. 25-26).

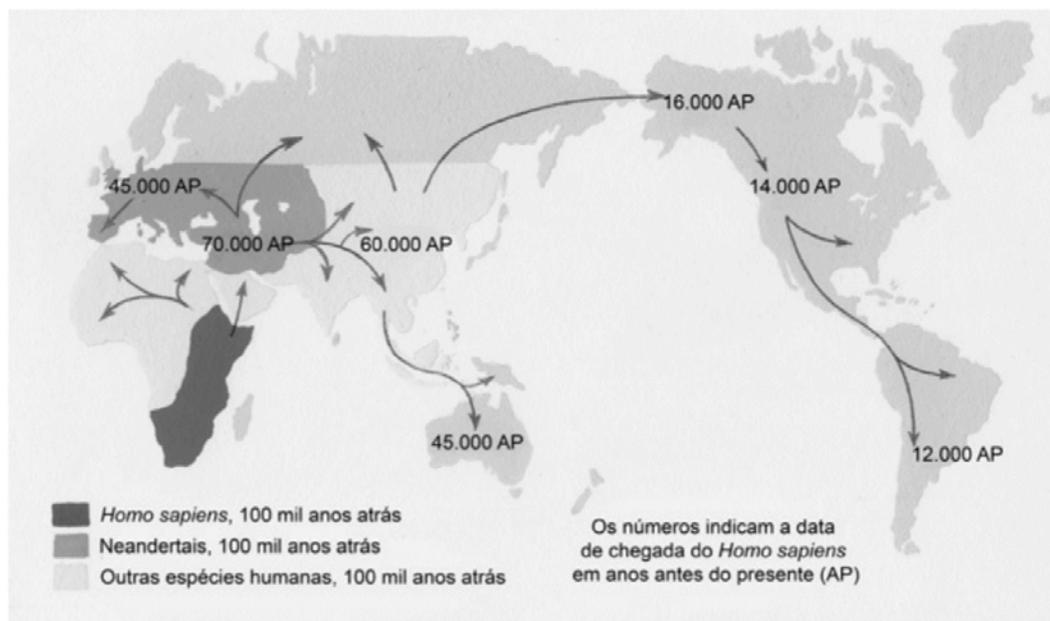
A jornada dos primeiros humanos à Austrália é um dos acontecimentos mais importantes da história, pelo menos tão importante quanto a viagem de Colombo à América ou a expedição da Apollo 11 à Lua. Foi a primeira vez que um humano conseguiu deixar o sistema ecológico afro-asiático – na verdade, a primeira vez que um grande mamífero terrestre conseguiu ir desse continente à Austrália (HARARI, 2015, p. 72).

Tais peregrinações impulsionaram a presença humana distribuída pelos continentes. Ele dá um exemplo: “Se um bando de caçadores-coletores se dividisse uma vez a cada 40 anos e o novo grupo migrasse para um novo território cem quilômetros para o leste, a distância da África Oriental à China teria sido coberta em aproximadamente 10 mil anos” (HARARI, 2015, p. 55). Aliás, mais adiante, Harari

(2015, p. 78) afirma que “nenhum outro animal migrou tão depressa para uma variedade tão grande de *habitats* diferentes, usando, em toda parte, praticamente os mesmos genes”.

O panorama histórico dessa grande migração *sapiens* colonizadora-ancestral-arqueológica pode ser visualizado na Figura 03, abaixo:

Figura 03: Quadro geral das migrações do *Homo Sapiens*, a partir das savanas africanas



Fonte: HARARI, 2015, p.18)

Conforme creditado pelo autor, é inevitável dizer que nenhuma outra espécie foi de comparável engenhosidade e adaptabilidade insuperável diante das “ondas de extinção” e dos grandes desastres ecológicos:

A Primeira Onda de Extinção, que acompanhou a disseminação dos caçadores-coletores, foi seguida pela Segunda Onda de Extinção, que acompanhou a disseminação dos agricultores e nos dá uma perspectiva importante sobre a Terceira Onda de Extinção, que a atividade industrial está causando hoje (HARARI, 2015, p. 80).

Avançando sobre o histórico migrante da espécie no planeta, posterior à colonização dos continentes existentes no globo, ocorre uma evolução entre os fluxos migratórios humanos impulsionada pelo domínio da construção das embarcações marítimas (Caravelas). Reina, então, **um terceiro momento para as migrações humanas**: a Era dos “Descobrimentos” (invasões imperialistas coloniais brancas europeias, propriamente ditas) ou das Grandes Navegações, entre o século

XV até o início do século XVII (HARARI 2015; MOYA 2018; SLAVEVOYAGES, 2020), quando o pioneirismo imperialista colonizador desta época tem início com os portugueses, sendo seguido pelos espanhóis e depois acompanhado por outros países europeus, entusiasmados com as descobertas das rotas para o Novo Mundo; com isso, houve a disseminação de uma pluralidade infindável de novas colônias europeias espalhadas pelo globo. Esse momento-chave afeta a dinâmica das migrações no mundo em proporções nunca antes vistas e, conseqüentemente, também no Brasil, que ficou evidenciado como o maior porto de desembarque de migração humana forçada causada pela diáspora africana atravessada pelo tráfico negro de escravizados do Atlântico.

Após a Era dos “Descobrimentos” europeia e das colonizações escravistas das Américas, instaura-se **o quarto recorte histórico da migração humana**, resultante da Primeira (1914-1918) e da Segunda (1939-1945) Guerras Mundiais – catástrofes que culminaram em alguns acordos internacionais, gerando mudanças geopolíticas significativas nos Estados-Nações contemporâneos. Conceitos importantes sobre as migrações surgem de modo atualizado, resultantes das conseqüências dos horrores vivenciados nos tempos sombrios da primeira metade do século XX.

Por fim, o **último recorte** das grandes migrações humanas selecionado para este estudo, posterior ao deflagrado pelo temor atômico do fim da 2ª Grande Guerra Mundial, começa a ocorrer após algumas décadas quando, de 1999 até 2019, de acordo com dados fornecidos pela OIM e o IDMC, houve um novo pico migratório, com um aumento considerável de fluxos motivados por causas diversas.

Para Harari (2015), vários são os fatos históricos que concorreram para a deflagração desse pico migratório: “a guerra civil na Síria, o surgimento do Estado Islâmico, a confusão do Brexit e a instabilidade da União Europeia” – acontecimentos que “resultaram de um choque entre a ‘Civilização Ocidental’ e a ‘Civilização Islâmica’” (idem, p. 106). Tal relação entre um primeiro acontecimento que provoca outro e mais outro, e assim sucessivamente, desencadeiam, em geral, visões de mundo incompatíveis que “tornam inevitáveis os conflitos entre civilizações” (ibidem). Mais uma vez, o apelo à sobrevivência impulsiona a decisão de migrar. “Assim como na natureza espécies diferentes lutam pela sobrevivência de acordo com as impiedosas leis da seleção natural, ao longo da história civilizações

têm entrado em choque repetidamente, e apenas a mais bem preparada sobrevivia” (HARARI, 2015, p. 106).

Uma vez selecionados e descritos os recortes de grandes ondas migratórias históricas no Planeta, vale a pena ressaltar algumas considerações relevantes feitas por Harari ao longo de sua narrativa, com o fim de adentrar o contexto atual das migrações humanas.

Para o autor (2015, p. 33), onde quer que os seres humanos façam morada, o ecossistema sofrerá. Os registros históricos expõem os *Homo Sapiens* não apenas como um consumidor voraz, mas como um “assassino em série da ecologia” (HARARI, 2015, p. 75). Ele toma como marco inicial desse comportamento predatório o momento em que o homem pisa no território onde se localiza a Austrália:

O momento em que o primeiro caçador-coletor pôs os pés no litoral australiano foi o momento em que o *Homo sapiens* subiu ao topo da cadeia alimentar num território específico e a partir daí se tornou a espécie mais mortífera do planeta Terra (HARARI, 2015, p. 72).

Além disso, prossegue o autor, “a breve era de ouro do último meio século (o XX, no caso) pode ter espalhado as sementes de catástrofe futura” (HARARI, 2015, p. 389), como consequência dos atos sistematicamente praticados como desarmonização do equilíbrio ecológico, “orgia do consumo” e barbaridades praticadas contra os outros seres vivos, em laboratórios.

Em sua visão, a escassez de recursos e a degradação ambiental não são eventos sinônimos:

Degradação ecológica não é o mesmo que escassez de recursos. (...) Os recursos disponíveis para a humanidade estão crescendo constantemente e é bem provável que continuem a crescer. É por isso que as profecias apocalípticas de escassez de recursos provavelmente são equivocadas. Já o temor à degradação ecológica tem sua razão de ser. O futuro talvez testemunhe os *sapiens* tomando o controle de uma cornucópia de novos materiais e fontes de energia, enquanto simultaneamente destrói o que resta do habitat natural e leva a maior parte das outras espécies à extinção (HARARI, 2015, p. 362).

Contudo, pode-se dizer que tanto um quanto o outro evento implicam motivos para que se dê o fluxo migratório de caráter internacional, por situações de

estresse socioambiental, cujos frutos agregam desordem ecológica, contenção das forças da natureza e a submissão do ecossistema às necessidades humanas.

Quando somados, esses fatores podem provocar efeitos colaterais imprevistos. Além disso, uma forma de repensar as tragédias migratórias deste século XXI é remetendo ao passado pré-histórico, quando grupos exploravam novas terras e barreiras, atravessando fronteiras fosse motivado por conta de conflitos e massacres de forma violenta, desastres climáticos calamitosos, pressões demográficas, ou até mesmo por uma iniciativa de um líder, mentor ou condutor aventureiro.

Neste ponto, prevalece, então, a ligação entre toda essa carga hereditária de necessidade de deslocamento e os mesmos fenômenos ora verificados, como aquecimento global, aumento do nível dos oceanos, poluição disseminada e crises humanitárias, por exemplo.

Alguns aprendizados foram efetuados. Para Harari, o *sapiens* também evoluiu.

Ao longo dos últimos cinco séculos, os humanos passaram a acreditar que poderiam aumentar suas capacidades se investissem em pesquisa científica. Isso não era uma fé cega – foi, repetidas vezes, comprovado empiricamente. Quanto mais provas surgiam, mais recursos as pessoas ricas e os governos estavam dispostos a destinar à ciência. Jamais teríamos sido capazes de caminhar na Lua, projetar micro-organismos e dividir o átomo sem tais investimentos (HARARI, 2015, p. 259).

Pode-se presumir que a evolução aconteceu igualmente na área das cooperações em massa humanas e das relações ditas internacionais, chegando aos dias contemporâneos.

## **2.2 Olhar contemporâneo do fenômeno migratório**

O fenômeno migratório tornou-se mais restrito após as duas Guerras Mundiais, devido a um maior rigor de controle das fronteiras, impingido pelos países economicamente mais desenvolvidos.

Um dos marcos importantes e resultantes da história proveniente dessas guerras é a Organização das Nações Unidas – ONU, organismo intergovernamental

criado em 1945 para promover a cooperação internacional após o término da Segunda Guerra Mundial, com a intenção de cooperação entre nações e de impedir conflitos atômicos similares ou de qualquer tipo de natureza.

Em conjunto com o surgimento da ONU, foi estabelecida, desde 1951, a OIM, que atua nos dias de hoje e possui 173 Estados membros em sua composição. Em 2019, a OIM tornou-se a coordenadora e secretária responsável da Rede da Organização das Nações Unidas para Migração e, o mais importante, compromete-se, de fato, com o princípio de que a migração ordenada e humana é benéfica para todos, seja para os migrantes, seja para as sociedades que os acolhem. Tornou-se, por causa disso, o principal organismo intergovernamental reconhecido no campo da migração humana, estabelecendo estreita colaboração com seus parceiros governamentais, intergovernamentais e até não-governamentais.

Cronologia a ser observada: em 2004, o Brasil aprovou a Constituição da OIM pelo Decreto 8.101; em 2010, foi assinado o Acordo de Sede entre a OIM e o Governo Brasileiro; em 2015, ocorreu a promulgação do Acordo de Sede por meio do Decreto 8.503; em 2016, ocorreu a abertura do escritório no Brasil; em 2017, ocorreu a nomeação do Chefe de Missão; e, por fim, em 2020, existe em seu quadro a Sede em Brasília no Distrito Federal e a instalação de equipes em 11 cidades, somando em torno de 160 funcionários pelo País.

Marco de suas ações, a OIM, em 2015, criou a primeira definição de política de migração bem gerenciada, denominada “Marco de Governança da Migração” (Migration Governance Framework – MiGOF), com o intuito de apresentar um conjunto de princípios e objetivos que, caso cumpridos e respeitados, podem garantir com sucesso uma migração de forma “segura, ordenada e digna” que beneficia os migrantes e as sociedades. Os princípios foram demarcados como: “Adesão às normas internacionais e respeito dos imigrantes”; “formulação de políticas baseadas em evidências e aplicação de enfoques integrados de governo”; “construção de parcerias para lidar com a migração e questões relacionadas”. Já os objetivos propostos pelo MiGOF seriam: “Fomentar o bem-estar socioeconômico dos migrantes e da sociedade”; “abordar de forma eficaz os aspectos relativos à mobilidade em situações de crise”; “assegurar que a migração aconteça de forma segura, ordenada e digna” (MiGOF, 2015 *apud* OIM BRASIL, 2020).

Na forma atualizada de 2020 (descrita em seu site), a OIM afirma que seus objetivos são: “promover a migração regular”, “reduzir a migração forçada e

irregular”, “proteger os direitos de todos os migrantes”. Sua função, desse modo, estaria atrelada ao comprometimento com o princípio “de que a migração humana e ordenada beneficia os migrantes e as sociedades que os acolhem”. Essa perspectiva é traduzida pela OIM nas seguintes missões: “enfrentar os crescentes desafios operacionais da gestão migratória”, “avançar na compreensão das questões relacionadas à migração”, “fomentar o desenvolvimento social e econômico por meio da migração”, e por fim “proteger a dignidade humana e o bem-estar dos migrantes”.

Caso forem comparados à evolução dos conceitos de “migração” (nos moldes contemporâneos e fornecidos pelo Glossário da OIM anterior) entre os anos de 2009 e 2020, é possível verificar uma margem ampla de mudança no ângulo da questão, que está tratada de modo mais abrangente e inclusiva, conforme observado a seguir:

2009:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos (OIM, 2009).

2020:

Movimento de pessoas fora de seu local de residência habitual, seja através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado. Veja também migração climática, deslocamento, migração interna, migração internacional, migração irregular, migração de trabalho, migrante, migração segura, ordenada e regular (OIM, 2020).

E não se trata apenas a diferença supracitada; o trabalho também se baseia na decisão pela utilização do termo “migrante”, que passou a ser utilizado em formato diferenciado, com a abordagem apreciada de forma mais inclusiva:

**MIGRANTE:** Um **termo guarda-chuva**, não definido pela legislação internacional, refletindo um entendimento comum de uma pessoa que se desloca do seu local habitual de residência, dentro de um país ou cruzando uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente, por várias razões. O termo inclui categorias legalmente bem definidas, como **migrantes laborais**, e pessoas cujo tipo de deslocamento está legalmente definido, como **migrantes contrabandeados**. Inclui também pessoas cujo status e tipo de deslocamento não estão definidos pela legislação internacional, como **estudantes internacionais**.

Nota: Não existe uma definição universalmente aceita para ‘migrante’. A presente definição foi desenvolvida pela IOM para seus próprios fins e não pretende implicar ou criar qualquer nova categoria legal. Duas abordagens são geralmente adotadas para definir o termo ‘migrante’: a abordagem

inclusiva, seguida entre outras pela IOM, que considera o termo 'migrante' como um termo guarda-chuva que cobre todas as formas de movimentos; a abordagem residualista exclui do termo 'migrante' aqueles que fogem de guerras ou perseguições (OIM, 2020)<sup>9</sup>.

Deveria haver um compromisso de todos os pesquisadores que se debruçam sobre o tema para desmistificarem ao máximo a complexidade e as variantes dos deslocamentos inerentes à migração humana contemporânea, de modo a não causarem/reforçarem estigmas de estereotipia classificatória. Sprandel (2013), integrante do Comitê de Migrações Internacionais da Associação Brasileira de Antropologia, no seu artigo denominado *Algumas observações sobre fronteiras e migrações*, corrobora com a interpretação da abordagem, frisando o alerta do seguinte modo:

Uma leitura detalhada de documentos oficiais sobre a 'questão migratória' e sua 'governança' identifica imediatamente a utilização de conceitos, categorias e modelos interpretativos onde o sujeito parece desaparecer, obscurecido por fluxos, correntes e tendências migratórias. Existe, pode-se dizer, um 'migrante' genérico, algo como uma subespécie do 'pobre' genérico, também objeto de convenções, tratados, relatórios e avaliações internacionais (SPRANDEL, 2013, p. 26).

Esse "migrante genérico" do qual fala Sprandel, de fato, corre o risco de perder a sua identificação em meio a tantos tratados, por referir-se a um espectro por demais amplificado. Assim, seja quais das variáveis utilizadas para classificação dos tipos, o espaço de deslocamento, a quantidade de tempo de permanência, ou como se deu a forma da migração, a soma desses dados não é o suficiente para almejar todo o espectro migratório humano.

Almeida e Baeninger (2013) disponibilizam categorias de mobilidade humanas migratórias:

A imposição de limites quantitativos e qualitativos sobre a entrada [de estrangeiros] cria diferentes categorias de imigrantes com características especificamente selecionadas, que ao final ocupam posições distintas na estrutura socioeconômica da sociedade de acolhimento: os imigrantes legais, imigrantes ilegais, refugiados, asilados, estudantes, estagiários, executivos e trabalhadores 'temporários' (MASSEY et al, 1998, *apud* ALMEIDA; BAENINGER, 2013, p. 27).

---

<sup>9</sup> In: CARLING, J. *What is the meaning of migrant?* Disponível em: <[www.meaningofmigrants.org](http://www.meaningofmigrants.org)>. Acesso em: nov./2020.

A observação supracitada implica, por um lado, a premência de definirem-se os conceitos dos termos e, por outro, a impossibilidade de limitarem-se as classificações, já que, na atualidade, elas comportam tipos de migrantes diferenciados<sup>10</sup>. Neste ponto, vale a pena ressaltar a importância de não se confundir “refugiado” com “migrante”, por exemplo, uma vez que esse nivelar de situações diversas encobre sérias consequências na vida e na segurança dos refugiados. Misturá-los desvia a atenção das salvaguardas legais específicas e pode prejudicar o apoio público aos refugiados e às instituições do refúgio, num momento em que mais refugiados necessitam desta proteção.

A escolha de utilizar, na maior parte das vezes, o termo migrante nesta pesquisa, conforme a OIM (2020), deveu-se a sua forma inclusiva, de modo a não inviabilizar novas categorias migratórias ainda não contempladas pelas leis de vigência internacionais e nacionais.

Esse fenômeno de categorização assumiu proporções globais. Segundo reportagem no ONU NEWS, de 27 de novembro de 2019, de acordo com os dados estimados do Relatório de Migração Global 2020, gerado pela OIM, “o mundo atual possui em torno de 3,5% da população global na condição de migração, ou seja, duzentos e setenta e dois milhões de migrantes de âmbito internacional. Desse número impressionante, dois terços deles são referentes a migrantes laborais” (ONU NEWS, 27 novembro 2019).

No primeiro relatório do tipo, publicado no ano 2000, os migrantes internacionais representavam 2,8% da população global, com 150 milhões. Em 20 anos, este índice pulou para 3,5%, com um aumento de 122 milhões. Do número total de migrantes internacionais atuais, 47,9% deles são mulheres e cerca de 13,9% crianças. Mais de 40% de todos os migrantes internacionais em todo o mundo em 2019 nasceram na Ásia, sendo a Índia o maior país de origem, com 17,7 milhões. Em segunda posição aparece o México, com 11,8 milhões, seguido da China, com 10,7 milhões. Em relação à distribuição de migrantes internacionais por grupo de renda dos países, quase dois terços deles, cerca de 176 milhões, residiam em países de alta renda em 2019. Outros 82 milhões viviam em países de renda média e 13 milhões em países de baixa renda (ONU NEWS, 27 novembro 2019; OIM, 2020).

Ainda de acordo com o relatório da OIM, os países que mais receberam essa população foram, em primeiro lugar, desde 1970, os Estados Unidos da

---

<sup>10</sup> Sobre esse assunto, ressalta-se que o Glossário sobre migração N° 22, Direito Internacional da Migração, apresenta as classificações já atualizadas e devidamente conferidas sob critérios reconhecidos na literatura. Disponível em: <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>.

América, seguidos de Alemanha, Arábia Saudita, Rússia e Reino Unido. Esses trajetos de pessoas geram fluxos de capitais e de conexões para além da diplomacia, revelando sobre o fenômeno os seguintes efeitos financeiros das remessas provocadas pelos migrantes: “A estimativa de remessas de dinheiro por migrantes passou de US\$ 126 bilhões na edição do relatório do ano de 2000 para US\$ 689 bilhões, na última publicação. Um aumento de mais de 446%” (ONU NEWS, 27 novembro 2019; OIM 2020)<sup>11</sup>.

Uma síntese dos fatos históricos mencionados converge para um ponto em comum: migrar em busca de melhores condições de vida retrata um modo de subsistência resiliente e capaz de adaptar-se a variados ambientes, desde os mais inóspitos até aqueles mais frutíferos em recursos.

Os grandes deslocamentos de massas vistos pela mobilidade das migrações humanas descritas anteriormente, contudo, mudaram em seu caráter e sua dimensão, exigindo novas abordagens que contemplem os quatro estágios desse fluxo humano: o ponto de partida, o trânsito, a chegada, e a adaptação ao novo território.

Especialista em Demografia, Dimitri Rezende explica o sobre a situação do trânsito atualizada dessas trajetórias contemporâneas:

Na prática as redes de migração envolvem não apenas fluxos de pessoas, mas também trocas financeiras e comerciais, afetivas e emocionais. Assim, um emigrante só consegue chegar ao seu destino, clandestinamente, se for capaz de pagar a um agente determinada quantia em dinheiro – então, ao fluxo do deslocamento se justapõe o fluxo pecuniário (REZENDE, 2005, p. 176).

O *European Asylum Support Office* (EASO) ou, como na tradução do português, o Escritório Europeu de Suporte ao Asilo, desenvolve uma Avaliação Quantitativa de Migração relacionada ao pedido de asilo (Figura 04).

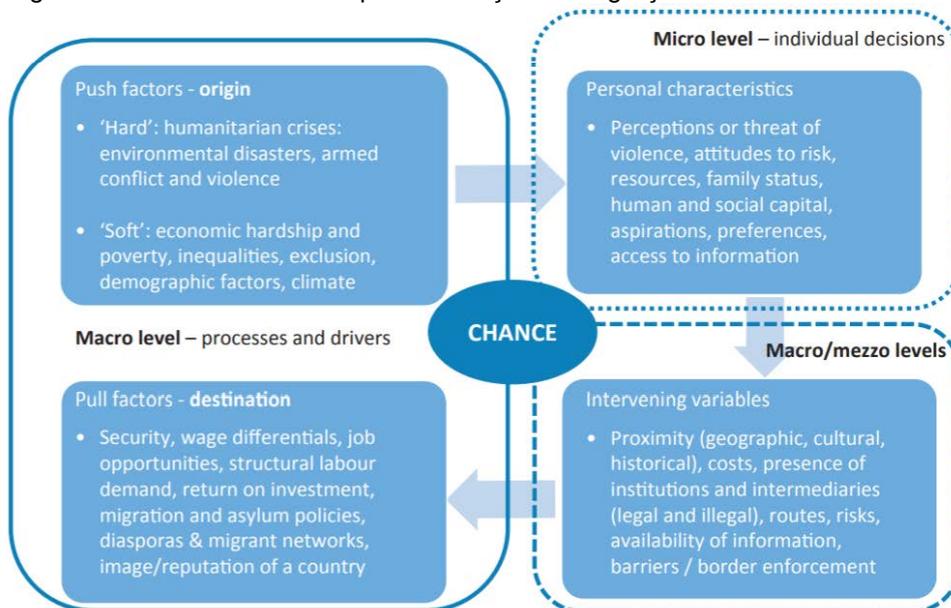
A metodologia de pesquisa demonstra, em formato infográfico, as possibilidades ou chances de ocorrer a migração humana, através de eixos de atração do local de destino e de repulsão do local de origem, permeados pelos

---

<sup>11</sup> Para maiores informações estatísticas, cabe consultar a plataforma online <<https://migrationdata.portal.org/>>, onde se encontram os dados acerca de imigração e emigração em larga escala internacional, fluxos, tipos de migrações atualizados, recortes de vulnerabilidades, desenvolvimentos migratórios, políticas de migração, dentre outros elementos importantes para observar a categoria. O Portal foi lançado em dezembro de 2017, para o público em geral e é gerenciado e desenvolvido pelo Global Migration Data Analysis Center (GMDAC), Centro de Análise de Dados de Migração Global (tradução nossa) da IOM.

níveis micro, médio e macro de decisões, guardadas as outras variáveis (EASO, 2017 p. 12).

Figura 04: Quadro conceitual para avaliação de migração relacionada ao asilo



Fonte: Böcker & Havinga (1998); Maastricht University and IOM Berlin (2016); Lee (1966) and Öberg (1996); *Apud* EASO, 2017, p. 12.

Com espreque no quadro conceitual de avaliação de migração, no nível micro das decisões individuais migratórias, características pessoais seriam consideradas, como: percepções ou ameaça de violência, atitudes em relação ao risco, recursos, *status* familiar, capital humano e social, aspirações, preferências e acesso à informação.

Já em nível mediano, atuam variáveis intervenientes, relacionadas com: proximidade (geográfica, cultural, histórica), custos, presença de instituições e intermediários (legais/ilegais/documentados/não documentados), rotas, risco, disponibilidade de informações, barreiras e fiscalização de fronteiras.

Em última escala, o nível das motivações na categoria macro, estariam os processos e o motor determinante para chance de migrar ocorrer, e que estes seriam divididos em 2 categorias: fatores de pressão de origem (repulsa) e fatores de atração do novo destino.

Entre os fatores de pressão de origem (repulsa), consideram-se: os difíceis, como crises humanitárias, guerras e conflitos armados, desastres ambientais, violência; e os suaves, como: dificuldades econômicas e pobreza, desigualdades, exclusão, fatores demográficos e, por fim, climáticos.

Estariam relacionados aos fatores de atração para o novo destino aspectos como: segurança, diferenças salariais, oportunidades de emprego, demanda estrutural de trabalho, retorno do investimento, políticas de migração e asilo, diásporas e redes de migrantes, e imagem ou reputação de um país

O fluxo migratório processado dessa forma, poderá emergir de causas originárias de forças que atuam em níveis dos mais generalizados aos mais individualizados e inseridos nos eixos das variáveis. Ocorre que, na destinação final, operam-se invariavelmente as políticas públicas que governam o novo país, bem como a escolha das condições de bem-estar humanas ofertadas.

### 2.3 Crises humanitárias e emergências migratórias

Coelho Neto (2020), coordenador do grupo de pesquisa TERRITÓRIOS (Território, Rede e Ação Política), traz o seguinte debate sobre a emergência humanitária sanitária – de ordem fisiológica, portanto – pela qual o mundo está passando por conta da Pandemia de Covid-19 e que afeta de modo direto a mobilidade humana e seus aspectos migratórios, nos sentidos macro e micro:

Em tempos de pandemia da COVID-19, experimentamos um paradoxo da contemporaneidade, contrapondo duas condições que se antagonizam: (i) a exigência da mobilidade e a (ii) necessidade da imobilidade. A exigência da mobilidade atende aos reclames e interesses da acumulação do capital. A necessidade de imobilidade responde aos imperativos de defesa e reprodução da vida (NETO, 2020, p. 361).

Tal alteração nas regras do jogo geopolítico foi publicada sob os mesmos termos por Presse, em 16/01/2021, quando fez considerações sobre um relatório emitido pela ONU onde estava contabilizado o valor de 30% a menos de migração mundial por conta da Pandemia, entre 2019 e 2020, num total de 2 milhões de migrantes.

O relatório 'Migração Internacional 2020' revela que dois terços dos migrantes registrados vivem em apenas 20 países, com os **Estados Unidos** liderando a lista, somando 51 milhões de imigrantes em 2020. Em segundo lugar está a **Alemanha**, com 16 milhões, seguida por **Arábia Saudita** (13 milhões), Rússia (12 milhões) e **Reino Unido** (9 milhões).

A **Índia** ficou no topo da lista de países com as maiores diásporas em 2020, com 18 milhões de indianos vivendo fora de seu país natal. Outros países com grandes comunidades no exterior são **México** e **Rússia**, cada um com 11 milhões, seguidos por **China** (10 milhões) e **Síria** (8 milhões).

O maior número de migrantes residiu na Europa no ano passado, um total de 87 milhões. A Europa registra o maior número de casos de migração intrarregional. Um total de 70% dos migrantes europeus se instalou em outro país do mesmo continente (PRESSE, 2021).

O antagonismo presente entre a necessidade de migrar por motivos de sobrevivência e a necessidade de manter-se em segurança para não ser infectado permeia, em diferentes graus de emergência, o processo da mobilidade desta segunda década do século XXI. Conforme o preconizado pelo guia do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para profissionais e estudantes de 2020, em seu glossário, foi preciso considerarem-se certos conceitos não mais isoladamente, mas em conjunto, como “migração, deslocamento forçado e emergência humanitária”:

O termo ‘migração’ é utilizado principalmente em relação a deslocamentos por motivação econômica e para estudos, enquanto o termo ‘deslocamento forçado’ se aplica a pessoas em busca de proteção internacional e deslocados internos. Já ‘populações em situações de emergência humanitária’ se refere tanto a pessoas deslocadas forçadamente quanto a populações não deslocadas, situadas em contextos de crise (ACNUR, 2020b, p. 70).

O que seria, portanto, uma “crise/emergência humanitária” exatamente? Saraiva, no artigo *A definição de crise das Nações Unidas, União Europeia e NATO*, entende a conceituação de crises no contexto de três órgãos internacionais vitais, explicando que ela parte dos “conceitos tradicionais de crise e gestão de crises” e que a presente abordagem se baseia na noção de crise como um “fenômeno político associado a acontecimentos disruptivos que afetam o equilíbrio do sistema internacional”. Para Saraiva, “desde a Antiguidade clássica que as crises são um fenômeno recorrente na política internacional” (SARAIVA, 2011, p. 13).

Verificamos que o amplo debate sobre as guerras e os conflitos armados tem colocado à margem a discussão do conceito de crise. Consequentemente, a ausência de uma definição de crise adaptada às novas circunstâncias colocou a gestão de crises num beco sem saída, sendo pouco mais que uma expressão de sentido genérico que se aplica a situações que não são desejadas, que não são esperadas, sem precedentes conhecidos e que causam instabilidade e incerteza generalizadas (Boin, 2004, 167). É uma noção que parece aplicar-se a todo o tipo de acontecimentos disruptivos: ameaças econômicas, tecnologias da informação, conflitos internos, desastres naturais (SARAIVA, 2011, p. 27).

Entidade que agrega, desde 2010, organizações não-governamentais canadenses destinadas a oferecerem à população meios de contribuir com recursos financeiros para fins de desastres humanitários internacionais, a *Humanitarian Coalition* (2021) define a emergência (ou crise) humanitária como “um evento ou uma série de eventos que representam uma ameaça crítica à saúde, segurança ou bem-estar de uma comunidade ou outro grande grupo de pessoas, geralmente em uma área ampla”. O site oficial da entidade levanta importantes considerações e disponibiliza os três seguintes grupos de crises:

- Desastres **naturais**, que podem ser geofísicos (por exemplo, terremotos, tsunamis e erupções vulcânicas), **hidrológicos** (por exemplo, inundações, avalanches), **climatológicos** (por exemplo, secas), **meteorológicos** (por exemplo, tempestades, ciclones) ou **biológicos** (por exemplo, epidemias, pragas).
- **Emergências provocadas pelo homem**, como conflitos armados, acidentes de avião e trem, incêndios e acidentes industriais.
- Emergências complexas, que muitas vezes têm uma **combinação de elementos naturais e artificiais**, e diferentes causas de vulnerabilidade e uma combinação de fatores leva a uma crise humanitária. Os exemplos incluem insegurança alimentar, conflitos armados e **populações deslocadas** (HUMANITARIAN Coalition, 2021, site oficial).

Outro cuidado inerente ao cotidiano foi separar da lista supracitada as emergências mais complexas, a saber:

- **Violência extensa e perda de vidas**
- **Deslocamentos de populações**
- Danos generalizados às sociedades e economias
- A necessidade de assistência humanitária multifacetada e em grande escala
- O obstáculo ou prevenção da assistência humanitária por restrições políticas e militares
- Riscos de segurança significativos para trabalhadores de ajuda humanitária em algumas áreas (HUMANITARIAN Coalition, 2021, site oficial).

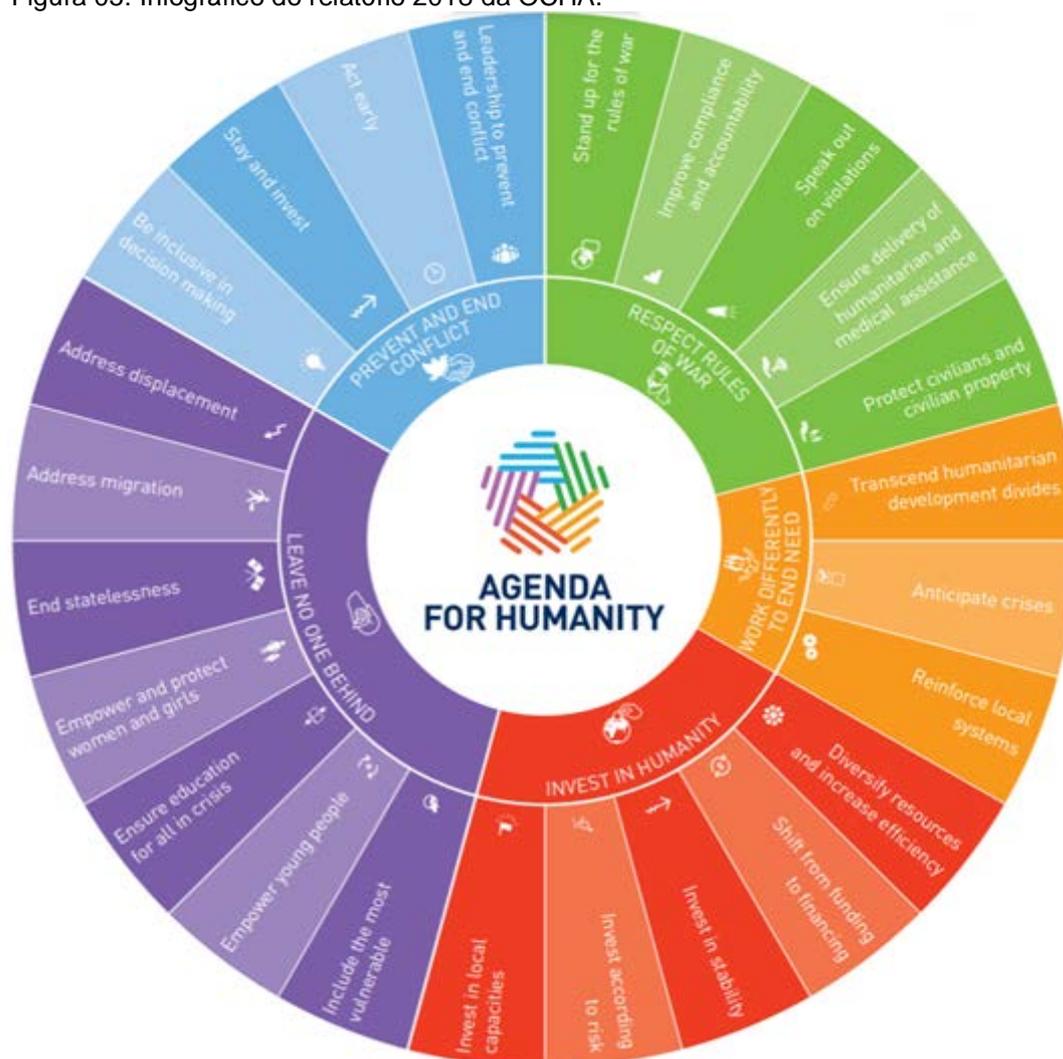
Sobre a relação entre as crises humanitárias e as migrações, há necessidade de apresentarem-se as soluções propostas pelo *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* (OCHA) da ONU, traduzido como o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. O órgão, em seu Relatório Anual da Agenda para Humanidade – 2018, aponta um momento decisivo quando ocorre o *The World Humanitarian Summit* (WHS) ou *A Cúpula*

*Humanitária Mundial*, no ano de 2016, em Istambul, na Turquia, com aproximadamente “9.000 participantes”, representando os “180 Estados-Membros” da ONU, em conjunto com mais de “700 Organizações Não Governamentais”, ONGs locais e internacionais, além do “setor privado” e de outras partes igualmente interessadas em demonstrar seu apoio incondicional para as transformações exigidas nos elementos da Agenda para a Humanidade (RELATÓRIO ANUAL DA AGENDA PARA HUMANIDADE OCHA, 2018, p.15). As propostas da agenda são:

1. Prevenir e pôr fim a conflitos (liderança na prevenção e finalização do conflito; ações preventivas; permanecer e investir; ser inclusivo nas decisões)
  2. Respeitar as regras de conflitos (Proteger os civis e as propriedades civis; garantir entrega de ajuda humanitária e assistência médica; reportar violações; melhorar a conformidade e a responsabilidade; defender as regras da guerra)
  3. Não deixar ninguém para trás (acolher deslocados; acolher migrantes, por fim e solucionar os apátridas; empoderar e proteger mulheres e garotas; garantir educação para todos na crise; empoderar pessoas jovens; incluir os mais vulneráveis)
  - 4 Trabalhar de forma diferente para cessar as necessidades (Reforçar os sistemas locais; antecipar e prevenir as crises; transcender as divisões de desenvolvimento humanitário)
  - 5 Investir na Humanidade (Investir nas capacidades locais; investimentos de acordo com riscos; investimentos em estabilidade; mudança do perfil de financiado para investidor; diversificar recursos e aumentar eficiência)
- (RELATÓRIO ANUAL DA AGENDA PARA HUMANIDADE OCHA, 2018, p.16)

Esses dados são representados de formato amplo, infográfico, produzido pelo relatório de 2018 do OCHA (Figura 05):

Figura 05: Infográfico do relatório 2018 da OCHA.



Fonte: Relatório Anual 2018 da Agenda para Humanidade OCHA, p.16.

Apontadas as causas (desastres naturais, emergências provocadas pelos homens, combinação de elementos naturais e artificiais, no geral) e as soluções envolvidas (Agenda para Humanidade) nas grandes crises humanitárias, entram em cena as migrações e o Brasil, que, desde a sua precoce história, se tem envolvido, de forma direta e indireta, no fenômeno.

Quando considerada a modalidade de migração dentro do parâmetro atual, surgem dois polos principais de possibilidades: as migrações consideradas espontâneas, que ocorrem voluntárias ao sujeito migrante e sua vontade pessoal; e as que se denominam migrações forçadas, as quais estão intimamente ligadas à sobrevivência, à exploração de um ser humano por outro e/ou a sérias violações aos direitos humanos. O contexto contemporâneo serve para direcionar a compreensão acerca das migrações históricas e para chamar a atenção para a dificuldade em se

verificar até que ponto determinada migração é voluntária ou forçada, já que os limites dessas categorias dicotômicas não podem ser definitivamente demarcados.

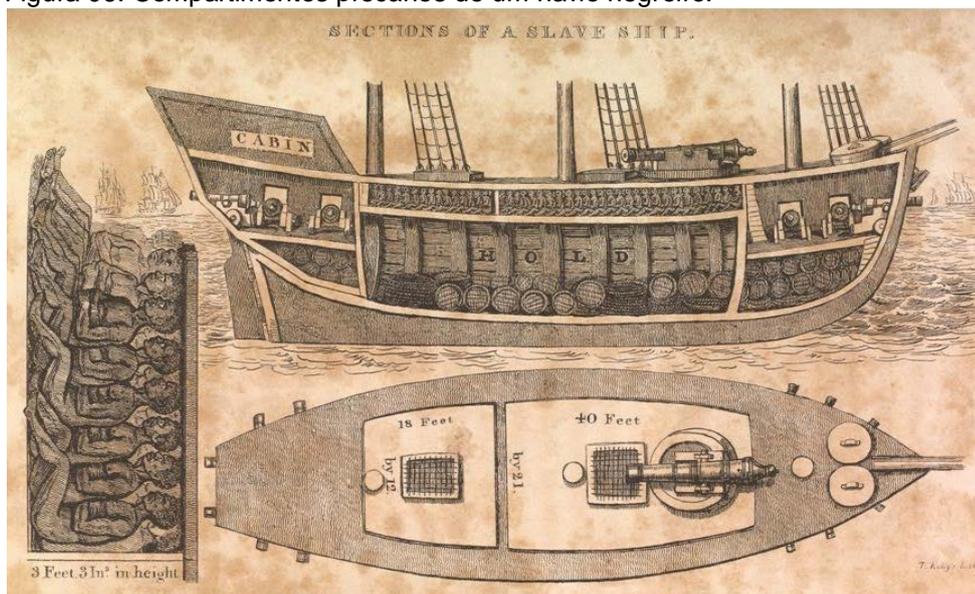
As migrações forçadas documentadas em terras brasileiras iniciam na diáspora africana que durante séculos desembarcou nos portos do País um número incontável de escravizados contrabandeados de forma irascível e impiedosa.

Após a invasão do europeu às Américas, efetuou-se a primeira onda migratória espontânea ou voluntária por parte de europeus que buscavam por novas terras. Quase que concomitantemente, outra onda foi iniciada: o genocídio dos ameríndios, que se viram em meio a mudanças de território, com o fim de preservarem suas vidas – primeira crise humanitária rastreável no continente americano causado pelas invasões colonizadoras europeias.

Sobre as migrações do período pós-descobrimto, pode-se dizer que o tráfico de escravizados já existia muito antes de os primeiros europeus colocarem os pés nas Américas, mas a invasão europeia das novas terras alcançou um patamar inimaginável para o comércio negreiro, transformando para sempre e por completo a África, as Américas e o mundo. O Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico, que abrange em seus registros quase 35.000 expedições negreiras que ocorreram no período entre 1514 e 1866, disponibiliza informações fidedignas sobre “embarcações, povos escravizados, traficantes e proprietários de escravos, e rotas de comércio” (SLAVEVOYAGES, 2020).

A Figura 06 demonstra a insalubridade de uma dessas embarcações de transporte de escravizados e evidencia a precariedade das condições humanas que ocorriam nessas travessias.

Figura 06: Compartimentos precários de um navio negreiro.



Fonte: Gravura publicada em 1830 no livro *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, de R. Washl. Domínio público, Arquivo Nacional – Ministério da Justiça.

O IBGE, enquanto principal instituto provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil, em seu livro *Brasil: 500 anos de povoamento* (2007), descreve essa rota migratória do seguinte modo:

O Brasil foi no continente americano a região que mais escravos africanos importou, durante os mais de 300 anos de duração do tráfico transatlântico, entre os Séculos XVI e meados do XIX. Foram, segundo estimativas mais recentes, em torno de quatro milhões de homens, mulheres e crianças, equivalentes a mais de um terço de todo aquele comércio (IBGE, 2007, p.81).

Essa rota de comércio de escravizados configura-se como a maior migração de que se tem registro, perfazendo, de acordo com o levantamento de Moya (2018), os seguintes números:

A América Latina recebeu 58% desse influxo atroz, com 45% direcionado ao Brasil e 13% à América espanhola. No entanto, os números e proporções mudaram radicalmente ao longo do tempo. Durante o primeiro século e meio do tráfico (1492-1650), a América Latina absorveu 97% do comércio, com as colônias espanholas continentais ricas em prata recebendo 76% dos escravos, o Caribe espanhol, 6%, e o Brasil, 15%. No século e meio seguinte (1650-1800), com o apogeu das plantações de açúcar nas Índias Ocidentais britânicas, francesas e holandesas diminuiu a participação ibérica para 36%, quase toda brasileira, já que a proporção direcionada às colônias espanholas encolheu para 3% do total. Com o colapso da economia açucareira em São Domingos, durante a revolução haitiana, e a abolição do comércio de escravos no Império Britânico, em 1807, a América Latina voltou a ser o principal destino, recebendo 88% de todos os escravos importados para o Novo Mundo durante o século XIX (MOYA, 2018, p. 38).

Com o fim do tráfico de humanos escravizados deslocados da África, outros tipos de tráficos e de migrações surgiram e continuam surgindo, inclusive na modalidade “contrabando de migrantes consentido”, ou seja, quando a própria pessoa paga uma quantia de valor considerável a um profissional ou a bandos para fazê-la atravessar ilegalmente a fronteira de um país. O fato de a pessoa ter pagado para ser conduzida na travessia não exclui a contravenção, nem a classificação de contrabando. De acordo com o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), presente no Brasil desde 1991, o País fez a adoção, no ano de 2000, do Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de mulheres e de crianças, e do Protocolo contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao combate ao contrabando de migrantes por via terrestre, marítima e aérea. Os protocolos em questão complementam, por sua vez, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, que acaba por representar um momento fundamental dos esforços internacionais dos seus membros para o enfrentamento do tráfico de seres humanos, considerado um formato moderno análogo à escravidão.

Parte essencial da característica humana, a mobilidade dos povos nunca foi paralisada. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), criado em 1950, a Convenção das Nações Unidas, de 1951, empreenderam a luta pela garantia dos direitos internacionais ao migrante que precisa refugiar-se, ou seja, à pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, se encontra fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao seu Estado (ACNUR, 2020a).

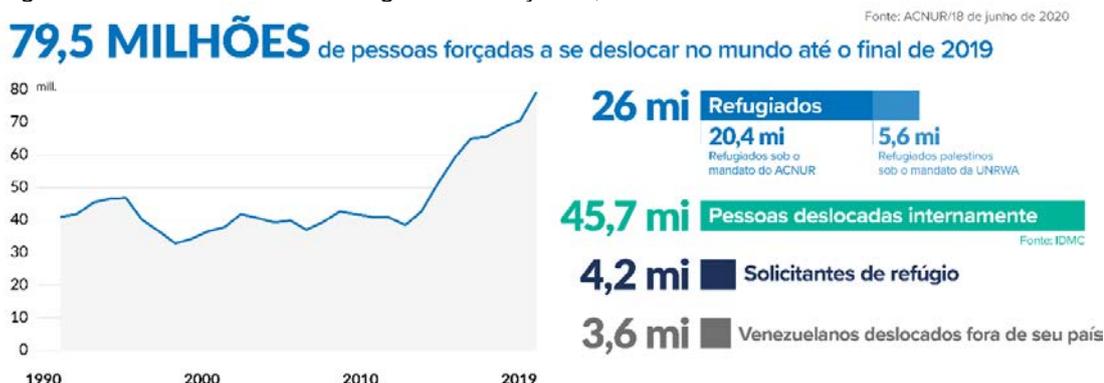
O ACNUR contabiliza e monitora em seus registros o número de pessoas deslocadas a força, refugiados, deslocados internos (civis afetados por desastres naturais também são considerados deslocados internos, ainda que atravessem ou não fronteiras internacionais), retornados, solicitantes de refúgio e pessoas apátridas (civis que não possuem nacionalidade devidamente reconhecida por país algum)<sup>12</sup>. Em 2020, segundo o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os

---

<sup>12</sup> O termo pessoas deslocadas a força abrange refugiados, solicitantes da condição de refugiado, pessoas deslocadas internamente e venezuelanos deslocados para o estrangeiro. Inclui refugiados e outras pessoas deslocadas não cobertas pelo mandato do ACNUR e exclui outras categorias, como repatriados e apátridas não deslocados. Conferir: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>

Refugiados (Figura 07), cerca de 79.5 milhões de pessoas, até o final de 2019, foram obrigadas a deixar seus locais por diferentes tipos de conflitos, com um detalhe em especial para a vizinha fronteira Venezuela, que desponta com 3,6 milhões de deslocados.

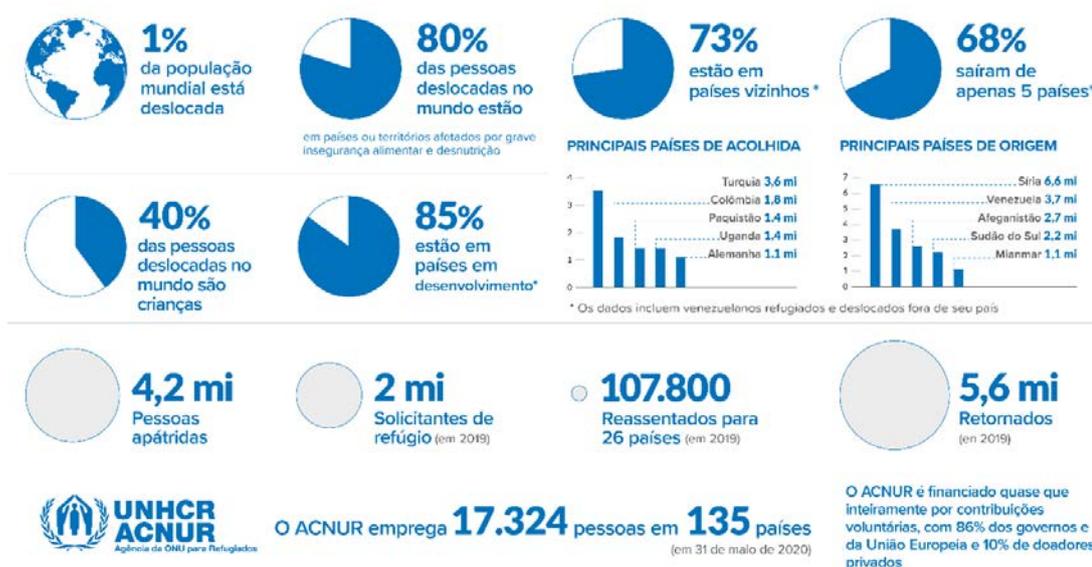
Figura 07: Gráfico das ondas migratórias forçadas, intervalos de dez anos.



Fonte: ACNUR/2020a.

A Figura 08, abaixo, ainda relacionada ao mesmo relatório, traz consigo dados ainda mais alarmantes. Em torno de 1% da população mundial está deslocada, sendo 40% delas crianças, num montante dimensionado maior que a população de muitos países.

Figura 08: Dados estatísticos da população deslocada



Fonte: ACNUR/2020a.

No Brasil, de acordo com informações divulgadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), em conjunto com a Polícia Federal e com o Observatório das Migrações Internacionais, no relatório “Refúgio em Números” (2021), houve “o maior volume de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado”, num total de 82.552 pessoas deslocadas que solicitaram refúgio ao Brasil (SILVA *et al.*, 2021, p. 35).

Ao explicitar a magnitude das crises humanitárias e seus efeitos no País (período de 2011 até o ano de 2019), o relatório registra que os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado venezuelanos e haitianos foram aqueles que se destacaram ao longo da série histórica pesquisada. “Enquanto os haitianos, entre os anos de 2011 e 2015, apareceram como o principal grupo de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, a partir de 2016 os venezuelanos assumiram essa posição” (SILVA *et al.*, 2021, p. 28).

Em relação ao histórico da legislação migratória em âmbito nacional, fica determinada como marco a Constituição Federal, de 1988, por ser a Carta Magna do País:

Capítulo II - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

No século passado, fica implícito no Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980)<sup>13</sup>, que uma pessoa não nacional que vinha habitar no Brasil era denominada como estrangeira e, conseqüentemente, observada como um tipo de ameaça à segurança nacional. A lei servia com o propósito de proteger os brasileiros e o próprio território nacional e deixava claro, em seus artigos, que os deveres dos ditos estrangeiros estavam em evidência maior do que seus próprios direitos. Passados 17 anos, surge a Lei dos Refugiados (Lei nº. 9.474, de 22 de julho de 1997), que “define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências”, dentre elas a definição de refugiado:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

---

<sup>13</sup> Essa Lei foi substituída pela de nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

Vinte anos adiante, é assinada a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, chamada de Lei das Migrações. Com ela, a palavra “estrangeiro” cai em desuso e é alternada pelas palavras “migrante” ou “visitante”, logo em seu primeiro artigo. A nova legislação substitui a anterior e permite deixar de ver o imigrante como um total intruso ou um tipo de ameaça qualquer à segurança do País. Pelo seu artigo 4º, as pessoas não brasileiras têm condições de igualdade aos brasileiros, tendo acesso aos mesmos direitos. O Artigo 14º, regulariza o processo de obtenção dos vistos:

§ 3º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento (BRASIL, 2017).

O texto apresentado na lei também repudia veemente o racismo e a xenofobia, além de qualquer maneira de discriminação como princípio da política migratória no âmbito nacional brasileiro (BRASIL, 2017). O último avanço na evolução legislativa brasileira, que corrobora as questões abordadas por este estudo sobre as políticas migratórias brasileiras, vem através da Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, que disponibiliza medidas de assistência emergencial para o devido acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado através de crises humanitárias (BRASIL, 2018).

Mais uma vez, vale a pena recorrer ao relatório “Refúgio em Números”, onde está publicada a relação entre países/números de solicitações de refúgio no Brasil, conforme a Figura 09 (SILVA *et al.*, 2021, p. 10):

Principais Países	Total
<b>Total</b>	<b>28.899</b>
VENEZUELA	17.385
HAITI	6.613
CUBA	1.347
CHINA	568
ANGOLA	359
BANGLADESH	329
NIGÉRIA	213
SENEGAL	209
COLÔMBIA	182
SÍRIA	129
OUTROS PAÍSES	1.565

Figura 09: Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - Brasil, 2020.  
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal.

Esse panorama geral aponta, como esperado, a prevalência de venezuelanos com pedidos de refúgio, mesmo em situação histórica de severas restrições à mobilidade humana internacional, por causa da Pandemia da Covid-19. O estado de Roraima concentrou o maior volume de solicitações de refúgio apreciadas pelo CONARE (60%), seguida pelo Amazonas (10%) e por São Paulo (9%). Também sobressai a variedade de países de origem dos solicitantes quanto à condição de refugiado no Brasil, em 2020 – ano em que o Brasil recebeu solicitações de reconhecimento de pessoas provenientes de 113 países (SILVA *et al.*, 2020, p. 9).

Apesar de o movimento migratório para o Brasil ser constante há séculos, podem-se observar algumas diferenças entre os movimentos passados e os atuais:

Diferentemente dos fluxos migratórios do século XIX e princípio do XX, em que os imigrantes originários do hemisfério norte eram mais desejados pelo papel que desempenhavam na ‘ocupação’ de territórios, na atualidade o incremento populacional, com a chegada de imigrantes, é devido em grande parte à presença de pessoas provenientes do hemisfério sul, como haitianos, bolivianos, senegaleses, congoleses entre outros, com pouca qualificação profissional ou ausência de condições de comprová-la (como no caso dos haitianos), agravada pelas dificuldades com o idioma. Em virtude disso, esses imigrantes vivenciam situações de preconceito e desconfiança, sem que haja a mediação de políticas para atenuar tais processos e facilitar a inclusão social (BÓGUS, FABIANO, 2015, p. 130-131).

Neste ponto, não há como se negar uma constatação: as diferentes origens sociais, geográficas e culturais dos migrantes traduzem-se não em riqueza social, geográfica e cultural, mas em empecilhos para a conquista de um território novo,

acentuando-se o grau de vulnerabilidade. Assim, em ambas as vias – país de origem e país receptor – os fluxos parecem ficar paralisados, como se o desafio de vencer a exclusão fosse tão intenso ou maior que o da promoção da inclusão.

### 3 IMAGEM DE SATÉLITE DA CULTURA, FOTO PANORÂMICA DO TERRITÓRIO, RETRATO DA IDENTIDADE CULTURAL E SELFIE DOS PROCESSOS DE SUBJETIVIDADE

A ideia de apresentar o título deste capítulo comporta o desafio de um percurso que parte de uma análise geral sobre o tema cultura (imagem de satélite), passando pela questão do território (foto panorâmica), do enquadramento das identidades culturais (retrato) e, ao final, das especificidades dos processos de subjetivação do indivíduo como um retrato de si mesmo (*selfie*), ou seja, os estudos culturais “fazem a ponte” entre migração e subjetivação (construção de identidade) – caminho sugerido pelo contato com o trabalho de Georges Didi-Huberman. O artista, em seu livro *Cascas* (2017a), apresenta fotos tomadas pelos Sonderkommandos (judeus com a tarefa de colocar na câmara de gás os seus congêneres e depois enterrá-los, sabendo que seriam os próximos condenados) e as interpreta para, no processo de escritura sobre elas, ir tecendo considerações (DIDI-HUBERMAN, 2017b).

Em entrevista a Verónica Engler, para o Instituto Humanitas Unisinus, de 20 de junho de 2017, ele revela:

Quando estou com a minha máquina fotográfica e tiro uma foto (enquanto diz isso tira uma foto da jornalista), pronto, já fiz uma foto sua, está no extremo do meu corpo. Uma imagem é um gesto, e o gesto de fotografar essas pobres mulheres e esses pobres cadáveres, o próprio gesto de fotografá-los, ao mesmo tempo em que quem tira a foto sabia que iria morrer desse mesmo jeito, isso é um gesto de sublevação. E qual é o resultado? O resultado é que nós podemos vê-lo hoje. O que era terrível era que tudo isso era invisível para o mundo inteiro. Nós, graças a esse homem que morreu, evidentemente, temos acesso a esta verdade histórica (DIDI-HUBERMAN, 2017b).

Assim, o primeiro passo foi tentar desconstruir o título proposto, como tentativa de capturar/interpretar enquadramentos de imagens de alguns fenômenos humanos, por meio de recortes que colocam em perspectiva os conceitos de cultura, de território de identidade cultural e dos processos de subjetivação humana, sintetizando os planos mais amplos até os mais restritos e atuais.

Sobre a compreensão dos caminhos da história, Harari (2015) disserta acerca das possibilidades de adoção de um ponto de vista mais ou menos amplo de análise, de modo a modificar suas perspectivas.

Entender a direção da história é, na verdade, uma questão de perspectiva privilegiada. Quando nos distanciamos e temos uma visão panorâmica da história, examinando desenvolvimentos em termos de décadas ou séculos, é difícil dizer se a história avança rumo à unidade ou à diversidade. No entanto, para entender processos de longo prazo, esse tipo de visão panorâmica é míope demais. Faríamos melhor em adotar, isso sim, a visão de um satélite de espionagem, que analisa milênios em vez de séculos (HARARI, 2015, p. 175).

Desse modo, neste capítulo foram compostas quatro formas de fotografia, com suas próprias lentes e dimensionalidades, com a abordagem intuitiva de traçar a base dos conceitos preconizados. Para isso, foi preciso pensar quais autores se propõem a discutir tais elementos sob esse viés longitudinal da humanização dos sujeitos em situação latente de vulnerabilidade. São exemplos: Andrade (2003), Augé (1992), Bauman (2012, 2016, 2017), Haesbaert (2004, 2005, 2009, 2014), Hall (2003; 2006), Williams (2007), Yúdice (2004) – fontes de saberes que permitem organizar certas influências que atuam nas experiências da vida na era para além do pós-moderno.

Os pontos comuns entre cultura e migração são múltiplos. Alguns sutis, outros mais explícitos, mas, em geral, seus rastros podem ser detectados. Um exemplo disso acontece com a arte da cerâmica Lapita, encontradas em sítios arqueológicos disseminados por certas áreas do Oceano Pacífico.

Os sítios Lapita refletem a colonização humana inicial de Tonga por volta de 2800 anos atrás. Locais contendo cerâmica Lapita também são encontrados no Arquipélago de Bismarck (PNG), Ilhas Salomão, Vanuatu, Nova Caledônia, Fiji e Samoa e, coletivamente, esses locais refletem grandes mudanças sociais e culturais no Pacífico Ocidental há cerca de 3.000 anos, possivelmente associadas à disseminação de pessoas de língua austronésia da ilha do sudeste da Ásia que resultou no movimento dos fabricantes de cerâmica Lapita da Ilha da Melanésia para a remota Oceania, sendo a colonização humana inicial da região.

Os sítios Lapita são de importância internacional pela história que contam sobre a colonização humana da última grande região do mundo, e as habilidades de navegação necessárias para alcançar e se estabelecer com sucesso nas Ilhas da Oceânia Remota, ou seja, aquelas ilhas para sul e leste das Ilhas Salomão. A colonização bem-sucedida desta região dependeu de um conhecimento e compreensão muito detalhados do ambiente oceânico, dos recursos naturais da terra e do mar e um conhecimento de horticultura e arboricultura que permite a esses primeiros colonizadores transportar seus recursos alimentares da ilha Melanésia para

a ilha de Polinésia Ocidental criando as paisagens do Pacífico que vemos hoje (SITE UNESCO, 2022, tradução nossa).

Tais palavras indicam o quanto o homem caminhou em direção a novos continentes e o quanto a cultura que o acompanhava foi deixando rastros do tipo de civilização em que estava inserido. Não só as cerâmicas e os instrumentos de plantio, como também o conhecimento acerca das navegações ficaram como testemunhas dessa grande aventura humana.

Bauman (2012), tomando emprestado um conceito fenomenológico desenvolvido pelo antropólogo e sociólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006) sobre a capacidade e a habilidade ímpar do ser humano de produzir ferramentas, falas e símbolos (cultura), ressalta:

A cultura, [...] é muito mais (ou muito menos) que o agrupamento de normas e costumes padronizados dos diferencialistas; ela é uma abordagem específica, totalmente humana, da tragédia da vida, arraigada, em última análise, na habilidade específica da mente humana de ser intencional, ativa e criativa (BAUMAN, 2012, p. 105).

Ao determinar a cultura observada como parte essencial e intrínseca ao homem, e sua produção como objeto a ser manipulado, transformado e alterado de acordo com a habilidade da mente humana, Bauman acaba por enxergar a cultura como uma forma de estrutura de ordenamento das inter-relações.

No início de suas explicações, ele já havia caracterizado a cultura como “um agente da desordem quanto um instrumento da ordem; um fator tanto de envelhecimento e obsolescência quanto de atemporalidade”, garantindo, nessa dinâmica, as condições para futuras mudanças (BAUMAN, 2012, p. 19).

Em 2016, em entrevista ao canal *Al Jazeera English*, ao ser questionado sobre quais as tragédias humanas que excederam às tragédias vivenciadas pelo povo judeu, Bauman diz:

Não nos faltam tragédias realmente. (...) Olhe o que ocorreu no mundo árabe, Iêmen, Síria, Líbia, o que está acontecendo agora. Sempre houve pressão por décadas na Europa por causa das diferenças muito drásticas do nível de vida na Europa e na África, por exemplo. Pressão pelos denominados migrantes econômicos. Agora temos um novo fenômeno de novo, e é por isso que a Europa, a quem eles batem as portas, está reagindo nervosamente. Eu acho que há uma explicação psicológica para isso. As pessoas que estão vindo agora são refugiados não de pessoas famintas sem pão e água. São pessoas que ontem estavam orgulhosas de seus lares, orgulhosas de suas posições na sociedade, bem como,

frequentemente, com alto grau de instrução, vidas abastadas e assim por diante, mas elas são refugiadas agora. Elas perderam suas casas, sua posição na sociedade, tudo o que trabalharam durante suas vidas e elas vêm para aqui. E quem elas encontram aqui? O que eu mencionei antes: o precariado. (...) O precariado vive pela ansiedade, pelo medo, esta é a marca definidora mais importante do precariado. Precariado vem da palavra francesa *precatiré* e, em tradução solta, significa 'caminhando sobre areia movediça', não ter solo firme abaixo dos pés. (...) Agora vêm essas pessoas da Síria e da Líbia, por exemplo, e trazem más notícias, trazem as ameaças de países distantes aqui em nosso quintal. Eles aparecem de repente ao nosso lado, não podemos dar as costas, nós não podemos virar nosso rosto. Eles são muito intrusivos, há muitos deles. Nós não podemos omitir sua presença, e eles sinalizam, incorporam todos os nossos medos. Ontem eles eram homens muito poderosos em seu país, como estamos aqui hoje, mas veja o que aconteceu hoje. Eles se tornaram sem-teto, eles estão implorando, eles se encontram sem sentido de existência. (...) As possibilidades de hospitalidade não são ilimitadas, e a habilidade humana de suportar o sofrimento e rejeição não é ilimitado também. (...) Para atravessar este caminho não existe solução de curto prazo ou instantânea. Diálogo é um longo processo, chegar a um consenso toma tempo, uma geração inteira, ou até mais de uma geração. (...) Existem mais e mais pessoas esperando para fazer apenas isto. Então você deve aceitar que esta é a situação, vamos nos unir e juntos encontrar uma solução (BAUMAN, YouTube, 2016).

Pode-se observar, pela entrevista, que Bauman introduz um conceito que viria a desenvolver mais amplamente no seu livro *Estranhos à nossa porta* (2017): o de insegurança existencial – tema central que acompanha os seus comentários sobre os refugiados, por exemplo, com todas as implicações e os sentidos ideologicamente representados nesse sentimento de consciência das fragilidades sociais, acompanhadas, em geral, por outros tipos de mazelas humanas, como desemprego e violência.

Para ele, “os governos não estão interessados em aliviar as ansiedades de seus cidadãos. Estão interessados, isto sim, em alimentar a ansiedade que nasce da incerteza quanto ao futuro e do constante e ubíquo sentimento de insegurança” (2017, p. 33). Para ele, as instituições sociais valem-se dessa insegurança para favorecerem-se, de algum modo. Em seu discurso há uma denúncia da coisificação e do descarte progressivo do ser humano. Os migrantes, dessa forma, representam as “vítimas colaterais” desse processo. Reconhecendo que o texto baumaniano de 2017 disserta sobre a crise migratória com incredulidade, a chegada dos migrantes provoca medo e estranheza das mais diversas ordens (econômico-política, sociocultural): pânico que geraria animosidade, estímulo ao abuso e à violência para com os migrantes, que já estão em situação de trágica vulnerabilidade (idem, p. 16).

Bauman, por outro lado, apresenta a comunicação e o diálogo multicultural como soluções aos efeitos colaterais da globalização; a compreensão e o respeito mútuos funcionariam, assim, como antídotos contra o círculo vicioso da repulsa e da intolerância (BAUMAN, 2017, p. 43).

Ao tratar da relação crise migratória e cultura, Bauman amplia o foco de abordagem, de modo a não se fixar nos continentes que exportam e recebem migrantes. Seu olhar centra-se no mundo como um todo, reconhecendo-o como factível de estar desterritorializado, desregulado, sujeito às medidas de securitização (por conta do terrorismo), mas como capaz de acionar mecanismos que deem conta de medidas que protejam a humanidade/humanização, por meio da cultura.

O conceito moderno de cultura foi elaborado primeiramente por Tylor, considerado o “pai da cultura”, logo na parte inicial de sua obra *Primitive culture*, de 1871. Sua primeira definição do termo, no inglês Culture para a Antropologia, explicita lista de aspectos estruturantes da definição: “Cultura ou civilização, em seu amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1871/1874, p. 1, *apud* PAGNOTTA; RESENDE, 2013, p. 571).

Da concepção de Taylor até o momento, o que mudou não foi a base estruturante do significado conceituado pelo pesquisador, mas a constatação de que a cultura não está sendo analisada somente no que diz respeito à espécie humana, já que os animais também são portadores dela, dependendo do viés com que se observam seus hábitos adquiridos (hereditários ou culturais), linguagem, comportamentos, aprendizagem pelo contexto social de habilidades, rituais.

Murillo Pagnotta e Briseida Resende (2013), no artigo *A controvérsia em torno da atribuição de cultura a animais não humanos: uma revisão crítica*, lançam o desafio de construir-se um consenso quanto “à distinção entre humanos e não humanos e às teorias utilizadas para descrever, investigar e explicar o desenvolvimento do comportamento de humanos e não humanos, independentemente de utilizarmos o termo cultura” (PAGNOTTA; RESENDE, 2013, p. 575-576), ou seja, o desafio de não se deixar conduzir pela ideia de que só os não humanos são incapazes de contribuir para a formação de uma sociedade mais plural.

### 3.1 Faceta(s) da(s) cultura(s) e perspectiva da transgeracionalidade

Por ser bastante amplo e diversificado – no dicionário Aurélio, por exemplo, há sete entradas –, foi preciso determinar qual o significado de cultura mais próximo do objetivo deste trabalho: “O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade” (FERREIRA, 1986, p. 508), ou seja, há, dependendo do grupo a que está vinculado, um complexo de hábitos, valores e conhecimentos a ser cultivado de modo semelhante; a esse conjunto dá-se o nome de cultura.

Nas palavras de Raymond Williams (2007, p. 121), “temos de reconhecer três categorias amplas e ativas de uso” da palavra cultura, a saber:

(i) o substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético a partir do s18; (ii) o substantivo independente, quer seja usado de modo geral ou específico, indicando um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral, desde Herder e Klem. Mas também é preciso reconhecer (iii) o substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas de atividade intelectual e particularmente, artística. Com frequência, esse parece ser hoje o sentido mais difundido: cultura é música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema. Um Ministério da Cultura refere-se a essas atividades específicas, algumas vezes com o acréscimo da filosofia, do saber acadêmico, da história. O uso (iii) é na verdade, relativamente tardio (WILLIAMS, 2007, p. 121).

Contudo, conforme explica Hall, o fenômeno cultural – conjunto de práticas e usos sociais e simbólicos – e o conceito de cultura (expressão do discurso hegemônico de sua época) não se confundem. Além disso, Hall (2003, p. 44) ressalta “que a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma ‘arqueologia’. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu trabalho produtivo”. Assim, pode-se dizer que suas facetas se constroem de acordo com o contexto em que se encontra.

Renato Ortiz, em seu ensaio *Estudos culturais* (2004), dá depoimento sobre a dificuldade de “encaixar” os estudos culturais em uma ciência preexistente:

No ano seguinte, num seminário realizado em Stirling (Escócia), do qual Stuart Hall era um dos participantes, essa sensação se reforçou, pois, ao lado de meus amigos Nestor Garcia Canclini e Jesus Martin Barbero, lá me

encontrava como representante de algo que nunca me tinha ocorrido. O questionário proposto pela Universidade de Stanford cita-me como um dos mais 'sobresalientes' latino-americanistas dedicados aos Estudos Culturais, o que me dá grande satisfação. Entretanto, apesar dessa evidência, a imagem que tenho entre meus colegas brasileiros não se ajusta a ela. Para eles sou simplesmente sociólogo ou antropólogo, embora meus escritos, lidos e apreciados em áreas distintas, como crítica literária, arquitetura, geografia, comunicação, se encaixem mal nas fronteiras disciplinares existentes. Pessoalmente não tenho nenhuma angústia identitária, mesmo em tempos de globalização, quando muitos estão assombrados pelo afã insensato de decifrar o seu 'eu' maior. Sinceramente creio que não deveríamos ter nenhuma carteira de identidade, ela diz pouco sobre nossa individualidade, mas uma 'carteira de diferenças', rica, complexa, indefinida, reveladora da diversidade de nossos itinerários ao longo da vida, fechando-se somente com a nossa própria morte (ORTIZ, 2004, p. 5).

Essa falta de estabelecimento de fronteiras quanto aos estudos culturais, ao menos no Brasil, aponta não só para a necessidade de mais esclarecimentos acadêmicos, mas também para a dimensão multidisciplinar relacionada à área, mais ainda em se tratando da formação de uma identidade nacional e da luta política intrínseca ao processo – a construção de uma identidade cultural, em nível nacional ou particular, requer a percepção das possíveis contradições e diferenças que resultarão na “diversidade dos itinerários ao longo da vida” (ibidem).

Dois outros pontos chamam atenção: o reconhecimento de Ortiz dentro de uma “comunidade” e o seu testemunho em não se reconhecer como portador de uma identidade única no sentido de encaixar-se em um só lugar. Tal fato remete, novamente, a processo tanto social quanto individual, ambos concomitantes e não excludentes. Há uma ininterrupta recriação de significados sem a qual a sociedade não poderia existir.

Williams (2007) traz o sentido de cultura compartilhada, da cultura como produtos de coisas ordinárias, que emanam das mentes humanas. Essa perspectiva abarca igualmente a diversidade e a experiência individual (sempre estruturada socialmente), numa antecipação da experiência vivida por Ortiz (2004).

Em *A conveniência da cultura*, Yúdice (2004) entende o quanto a cultura serve como instrumento de promoção de cidadania, de fortalecimento do tecido social e também de conquistas que visem a uma melhor justiça social. O autor também adentra uma outra vertente que caracteriza a cultura: a performance, avaliada como o modo “pelo qual o social é cada vez mais praticado” (YÚDICE, 2004, p. 49). Para ele, a “performatividade”, em suas possibilidades de realização, exerce, sobre os modelos socialmente construídos, um efeito (negociação, atualização, resistência); ela está referida “aos processos pelos

quais a identidades e entidades de realidade social são constituídas pelas repetidas aproximações dos modelos (...) e por aqueles resíduos (exclusões constitutivas) que são insuficientes” (idem, p. 53).

Percebe-se, então, que a expressão “a cultura como recurso” abarca o modo como os atores sociais se relacionam com as manifestações culturais e, a partir daí, exercem a cidadania e criam meios de promoverem mudanças, inclusive frente às instituições que fomentam financeiramente os empreendimentos culturais – recurso não só para serem fomentados negócios lucrativos como também para a luta contra as desigualdades sociais, num desvelando do processo político subjacente: “Nos nossos tempos, representações e reivindicações de diferença cultural são convenientes na condição de que elas multipliquem as mercadorias e confirmam direitos à comunidade” (YÚDICE, 2004, p. 46).

A cultura, na visão do autor, ultrapassa a barreira dos costumes e das expressões locais e nacionais para realizar-se, igualmente, como instrumento útil e eficaz do fomento econômico e de desenvolvimento, ao funcionar como motor de reivindicações de inclusão social e do fim das desigualdades estruturais. “O resultado final é que as instituições culturais e financiadores estão cada vez mais voltados para a medida da utilidade, pois não há outra legitimação aceita para o investimento social” (idem, p. 34).

Desde a segunda metade do século XX, Yúdice (2004) detecta uma mudança no papel da cultura frente aos recursos políticos e aos problemas sociais. Se o centro antes estava focado na reprodução ideológica, a partir de então a cultura desvia esse foco para a garantia dos Direitos Humanos e, portanto, para a solução de problemas sociais, como racismo e genocídio. O motivo, segundo ele, seria o fenômeno da globalização: “A globalização pluralizou os contatos entre os diversos povos e facilitou as migrações, problematizando assim o uso da cultura como um expediente nacional” (idem, p. 28). De manobra ideológica de massas, a cultura servirá como mais uma ferramenta de convívio multicultural.

Tal observação demanda um fortalecimento do papel político da cultura e abre para a reflexão sobre os fluxos migratórios como também decorrentes da globalização e, com ela, da valorização do humano e de suas formas de comportamento (idem, p. 26).

Outro ponto é sua concepção de que as diferenças culturais de um povo devem ser reconhecidas como fatores positivos de destaque. Dessa forma, as diferenças e os contextos nos quais preponderam as noções de responsabilidade e direitos desenvolvidos na comunidade implicam uma identidade social própria a um contexto cultural coletivo, muito embora, para o autor, os direitos culturais sejam impregnados de ambiguidade e de difícil aplicação.

Diante dessas colocações, é possível caminhar também no desdobramento de outra forma de expressão cultural: o estímulo ao reconhecimento da herança ancestral, em seus aspectos de transmissibilidade e de padrões de valor, como propriedade intrínseca da cultura e, portanto, como recurso de agregação entre grupos.

Dentre os grupos a que os homens se filiam mais precocemente está o da família, a esfera doméstica, onde, segundo Yúdice (2004, p. 56), está salvaguardada a tradição. No caso aqui estudado, a família é compreendida como instituição histórico-social, cujos membros se reúnem por laços de afinidade, afetividade e fraternidade, mas que não provêm, necessariamente, da mesma identidade cultural. Pode-se afirmar que, atrelada à cultura e conduzida por ela, há uma herança intergeracional, passada de pais para filhos e pelos demais componentes que convivem entre si, nos ambientes familiares.

Essa ideia da intergeracionalidade vem complementar a forma como a cultura atua com intensidade não só nos domínios públicos (macroesfera), mas também no privado (microesfera).

Convocados a estabelecerem um diálogo sobre o assunto, alguns pesquisadores ajudam a esclarecer alguns conceitos que se inserem no tema. Um desses pontos é a diferença entre intergeracionalidade e transgeracionalidade:

A transmissão geracional tem duas modalidades – a intergeracional, transmitida pela geração mais próxima, pelos pais, na qual o material pode ser transformado e metabolizado, ou ainda comprometido e transmitido à próxima geração; e a transgeracional, em que o material psíquico da herança genealógica é inconsciente e não simbolizado, não é integrado no psíquico, este apresenta lacunas, elementos foracluídos, encriptados, e é transmitido por várias gerações (REHBEIN; CHATELARD, 2013, p. 565).

A diferença ganha forma quando as heranças culturais e psíquicas recebidas operam em seu lado positivo e negativo:

A família é o espaço privilegiado para a transmissão transgeracional, nela se articulam diversos mecanismos de identificação. As funções de contenção e elaboração do grupo familiar, como por exemplo, nas situações de violência ficam comprometidas em duas dimensões – na intrafamiliar, com as agressões de todas as ordens, e na político-social, com as guerras, ditaduras, genocídios e miséria (REHBEIN; CHATELARD, 2013, p. 565).

Os laços de interesses recíprocos podem aproximar pessoas, quando se comungam ideais e crenças, por exemplo, ou serem de ordem negativa, afastando-as, quando existem imposições, rejeições, recalcamientos etc., de modo a demonstrar uma dupla organização dos conjuntos. Também o sentimento de pertença ou de exclusão, pela identificação, origina-se nesse estabelecimento de vínculos dentro do ambiente familiar, tal como um legado recebido. Dos fatos, o que interessa a esta pesquisa relaciona-se à possibilidade de produção de novas culturas e de perpetuação daquelas que se quer preservar, desdobrando-se também no fenômeno da construção da identidade cultural.

Em suas pesquisas sobre transmissão cultural entre pais e filhos, Daure e Reveyrand-Coulon (2009) realizaram, na França, entrevistas com famílias de diferentes origens socioculturais (brasileiras, italianas e portuguesas, sendo todas de cultura latina), objetivando, “do ponto de vista clínico, verificar de que maneira a cultura de origem dos pais faz parte do cotidiano dos filhos em um país estrangeiro e analisar o impacto desta transmissão cultural na construção identitária dos filhos de imigrantes” (DAURE; REVEYRAND-COULON, 2009, p. 423). As autoras acentuam que um dos principais meios de assegurar a continuidade e a coesão do grupo familiar é a transmissão oral de uma cultura, que funciona para despertar o sentimento de pertencimento e de construção identitária dos indivíduos – fato que, segundo elas, contribui para a construção da personalidade, fortemente “influenciada pelo meio sociocultural no qual o sujeito evolui” (ibidem, p. 416), ou seja, a identidade forma-se nas interações entre o mundo coletivo e o universo particular de cada um.

Quando as pessoas vivem um deslocamento migratório, a família passa a representar as tradições do país de origem e o espaço de transmissão cultural.

Yúdice (2004, p. 98) destaca a Declaração de Direitos Culturais de Friburgo, de 2007:

[...] toda pessoa tem direito de escolher e ter respeitada sua identidade cultural, na diversidade dos seus modos de expressão; [...]; De escolher e

ter respeitada sua própria cultura, assim como as culturas que em suas diversidades constituem o patrimônio comum da humanidade; isso implica particularmente o direito ao conhecimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, valores essenciais desse patrimônio; E de ter acesso, particularmente pelo exercício dos direitos à educação e à informação, aos patrimônios culturais que constituem expressões das diferentes culturas bem como dos recursos para as gerações presentes e futuras (DECLARAÇÃO DE FRIBURGO, 2007).

A seguir, afirma que a definição supracitada “ainda é ambígua, pois mesmo se os direitos culturais se referem à coletividade, os direitos individuais dos membros desta coletividade têm prioridade, pelo menos em tratados internacionais” (YÚDICE, 2004, p. 98), o que não deixa de conceber a liberdade como o ponto nevrálgico dos direitos culturais.

A salvaguarda dos direitos culturais, quer individuais, quer coletivos, compreende os patrimônios materiais e imateriais da humanidade, com o fim de demonstrarem a diversidade e a importância desses patrimônios.

### **3.2 Identidade cultural e processo de subjetivação**

Essencial para a compreensão do conceito de identidade, o livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), de Stuart Hall, parte de algumas perguntas colocadas pelo autor: “Que pretendemos dizer com ‘crise de identidade’? Que acontecimentos recentes nas sociedades modernas precipitaram essa crise? Que formas ela toma? Quais são suas consequências potenciais? ” (HALL, 2006, p. 7).

Tomando por norte essas indagações, Hall (2006) discorre sobre as identidades no final do século XX, considerando-as sob o viés da globalização e da fragmentação ou do “deslocamento” que as caracteriza (idem, p. 8). Em consequência, segue-se uma outra fragmentação: a das “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. Diante mais essa quebra de parâmetros, ficam afetadas as identidades pessoais, num abalo da ideia do “sujeito integrado” e num movimento de descentralização/deslocamento que culmina em profunda transformação (idem, p. 9). Como explica Hall (2006, p. 9),

“esse duplo deslocamento – descentralização dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo”.

Stuart Hall (idem, p. 10) dispõe três conceitos muito diferentes de identidade e os classifica como: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

O do **Iluminismo** reflete a concepção de um indivíduo “totalmente **centrado**, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior (...). O centro essencial do eu era a identidade” (HALL, 2006, p. 10-11) concepção que, segundo Hall, está centrada na pessoa (indivíduo como ser autônomo).

O **sociológico** comporta em si a complexidade do mundo moderno, exigindo a troca de relações e a mediação de valores e símbolos por meio do outro, numa conscientização de que o núcleo interior desse sujeito não possui autonomia e autossuficiência. Nessa concepção, “a identidade é formada na ‘**interação**’ entre o eu e a sociedade”, ressaltando-se o caráter interativo e dialógico da identidade, que se estabelece entre o mundo interior e exterior, num movimento entre o pessoal e o público (idem, p. 11).

Tais mudanças de perspectivas identitárias continuam operando; se, antes, via-se um sujeito unificado, ele se fragmenta e passa a ser “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas contraditórias ou não resolvidas” (idem, p. 12). Hall (2006) segue explicando que essas mudanças estruturais imprimiram características de variabilidade nas identidades culturais e produziram o sujeito **pós-moderno**, sem identidade fixa ou permanente.

Andrade, em seu livro *Personalidade e cultura* (2003), ao referir-se à modernidade, diz que “estes processos de mudança montam um quebra-cabeça gigante de causa e efeito entre a tradição e as experiências do cotidiano que necessariamente interferem sobre os processos de identificação cultural (ANDRADE, 2003, p. 122). Tal observação vem ao encontro da de Hall (2006, p. 9), quando ele aponta o fato de que esse processo é coletivo e de tal forma abrangente que afeta a própria concepção de modernidade. É como se esse quebra-cabeça gigantesco não pudesse nunca ser totalmente montado, dependendo sempre de novas peças que ainda chegarão, conforme as alterações que a sociedade demanda.

Embora caracterizadas por Hall como simplificadas, as três definições de sujeito (iluminista, sociológico e pós-moderno) ajudam a nortear a compreensão sobre identidades culturais, em se tratando das contínuas e rápidas mudanças.

As revoluções tecnológicas e a globalização impactaram a identidade, por reduzirem o espaço, à medida em que fazem chegar as mesmas mensagens, os mesmos bens, os mesmos serviços e as mesmas imagens a várias áreas do globo, num compartilhamento de bens. É como se as identidades sofressem a fragmentação de seus códigos culturais, a multiplicidade de estilos, a ênfase no efêmero, no flutuante, na diferença e no pluralismo cultural (HALL, 2006).

Para Hall, existem estágios dentro os quais o “sujeito humano – com certas capacidades humanas fixas e um sentimento estável de sua própria identidade e lugar na ordem das coisas – emergiu” (HALL, 2006, p. 23). Tais estágios tem início na idade moderna (sujeito “centrado”, com identidade unificada e coerente), passa pela fase de tornar-se sociológico (ou interativo) e ainda se faz em processo, como “descentrado”, na modernidade tardia, liberto dos apoios estáveis nas tradições e nas estruturas (idem, p. 24).

Será justamente esse deslocamento de seu lugar no mundo social e cultural que implicará o descentramento do próprio indivíduo e, em consequência, o advento de uma “crise de identidade”. Segundo Hall (2006), as causas focam em cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas: pensamento marxista; descoberta do inconsciente por Freud; pensamento do linguista francês Ferdinand de Saussure; produção de Michel Foucault (poder disciplinar); impacto do feminismo.

Indo além, o efeito da globalização altera as identidades fixas, que se pluralizam, politizam e diversificam, abrindo espaço para o surgimento de culturas híbridas.

Sobre as culturas nacionais – uma das principais fontes de identidade cultural e, portanto, essencial ao homem – Hall dedica todo o seu capítulo 3 a discorrer sobre o assunto. Considera esse tipo de cultura como adquirido e transformado no interior das representações e, por isso mesmo, como dispositivos discursivos, representando a diferença como unidade ou identidade. Por não estarem livres do jogo de poder, são sujeitas a divisões e contradições internas.

Constata-se que a globalização enfraqueceu a identidade cultural nacional, mas, por outro lado, como observa Hall (2006, p. 73), ela permanece forte “com

respeito a coisas como direitos legais e de cidadania”, com a característica de que “as identidades locais, regionais e comunitárias se têm tornado mais importantes” – ênfase à ideia do “reforçamento de outros laços ‘acima’ e ‘abaixo’ do nível do estado-nação” (ibidem).

Hall finaliza seu texto com a seguinte reflexão:

A globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do global nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do local. Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes (HALL, 2006, p. 97).

A abordagem de Hall considera a prática humana e suas contradições para explicitar, dessa forma, uma construção de identidade politizada – do pensamento marxista tradicional ao feminismo – e calcada no deslocamento dos conceitos de tempo e espaço que criam geografias imaginárias e compartilhamentos culturais entre todos os povos que assim o desejarem.

Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Conteúdo e Identidade Cultural, Antônio Miranda (2000) concorda com Hall (2006) à medida em que verifica:

O processo de globalização instrumentalizado pela troca acelerada da informação por meio dos novos *mídia*, que abolem as distâncias e o tempo, não têm provocado a homegeneização completa das culturas e das identidades. Pelo contrário, não apenas antigas querelas identitárias se mantêm vivas, como multiplicam-se diferentes bolsões de identidades locais, de inspiração religiosa, étnica ou comportamental, reanimadas e fomentadas como maneira de resistir à introdução de novos modos identitários uniformizantes (MIRANDA, 2000, p. 83).

Sendo assim, é possível ao sujeito projetar-se em valores e significados com os quais se alinha, ao nível da subjetividade, implicando, com isso, sua ocupação no mundo cultural e social exterior. Outra consequência é que, como o mundo exterior é eminentemente provisório, esse sujeito acaba assumindo “identidades” ou, nas palavras de Ortiz (2004, p. 5), “carteiras de diferenças”, que se vão modificando conforme a representação que esse sujeito assume.

Para Antônio Miranda:

Já foi dito com muita propriedade que, em vez de se falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de uma identificação, de um processo, e que essa identidade nunca é plena dentro dos indivíduos, ao

contrário, ela precisa ser 'preenchida' e desenvolvida (MIRANDA, 2000, p. 82).

Embora o termo identificação comporte em si uma provisoriedade mais acentuada, já que seu sufixo designa uma ação, a identidade ainda é a palavra escolhida para ser referida a uma qualidade ou modo de ser.

O levantamento aqui proposto também interessa por revelar os caminhos da constituição da identidade como processo individual e nacional. No caso brasileiro, pode-se afirmar que se trata de uma união a partir da mestiçagem e do hibridismo cultural, cujas raízes estão centradas no povo índio e negro (escravizados), passando pelos diferentes grupos de imigrantes que, a partir do século XIX, aqui aportaram e ainda aportam.

As reflexões dos autores citados contribuem, igualmente, para a compreensão da subjetividade como resultante de períodos históricos específicos e, sendo assim, contextualizados.

O tema subjetividade tem sido estudado, com mais profundidade, tanto pela área da psicologia quanto das ciências humanas. A ordem com que será aqui desenvolvido passará por três etapas: sua conceitualização, os modos de subjetivação e a noção de sujeito.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, o conceito de subjetividade não está restrito, segundo Guattari e Rolnik (1986, p. 31), à esfera do indivíduo: "Subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo".

Sim, o sujeito possui, em sua natureza de condição humana, uma essência, uma individuação, mas ela se desenvolve e se modifica conforme o contato que estabelece com o outro, enquanto ambos se caracterizam como sujeitos sociais; trata-se, portanto, de um processo coletivo, eminentemente político e vinculado a uma instância psicológica.

Mansano (2009), ao refletir sobre o conceito de subjetivação em Guattari e Rolnik (1986), lembra que o autor "alude à existência de uma tradição filosófica que atribuiu ao sujeito uma natureza humana", capaz de conferir-lhe uma essência. Daí, ser a subjetividade compreendida, a partir dele, como:

Um processo de produção no qual comparecem e participam múltiplos componentes. Esses componentes são resultantes da apreensão parcial que o humano realiza, permanentemente, de uma heterogeneidade de

elementos presentes no contexto social. Nesse sentido, valores, ideias e sentidos ganham um registro singular, tornando-se matéria-prima para expressão dos afetos vividos nesses encontros. Essa produção de subjetividades, da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se em aberto uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva (MANSANO, 2009, p. 2).

Tal observação vem reforçar um ponto primordial quando o tema é subjetividade: a consciência do quanto o encontro com o outro promove a construção do “eu”, numa atualização incessante de significações e da “potência coletiva para transformar a realidade social” (MANSANO, 2009, p. 7). O caráter provisório do sujeito é parte da dinâmica que o possibilita receber e emitir impressões em suas relações sociais cotidianas. Do mesmo modo, pode-se pensar que a opção que certos sujeitos fazem de abrir-se às dimensões das diferenças implica conceber a subjetividade, os modos de subjetivação e o sujeito como construções que não se fecham em uma entidade apaziguada (idem, p. 8).

Ao finalizar este subitem, fica evidente a quantidade de palavras do mesmo campo semântico remetendo à ideia de diversidade, diversificação, multiplicidade, heterogeneidade, enfim, a uma série de componentes que percorrem o fluxo social, garantindo um movimento que os atualiza.

### 3.3 Desterritorialização, multiterritorialidade, “não lugar”

Rogério Haesbaert, no seu artigo *Da desterritorialização à multiterritorialidade* (2005), levanta discussão acerca dos conceitos de território e de desterritorialização, ambos ligados aos motivos pelos quais um grupo de humanos decide “deslocar-se” de um território a outro e ali estabelecer nova morada.

Em palestra pelo YouTube (2014)<sup>14</sup>, ao responder sobre o tema “A desterritorialização é um fato concreto ou não passa de um mito?”, o geógrafo alerta que essa expressão foi desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, quando os autores se uniram para compor a concepção da desterritorialização, por meio da observação dos animais, peculiar de colegas companheiros da mesma terra (animais).

---

<sup>14</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_4VaGey-x1M](https://www.youtube.com/watch?v=_4VaGey-x1M)>.

O primeiro passo do autor, nesse texto, é resgatar um seu trabalho anterior, *O mito da desterritorialização* (HAESBAERT, 2004), para oferecer a troca da expressão desterritorialização pela de multiterritorialidade, ou seja, para ele é preciso considerar que além da “perda ou do desaparecimento dos territórios”, há uma construção de “territórios muito mais múltiplos”; daí a sua crença de que a desterritorialização seria uma espécie de “mito”:

Mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo. (...) Estes processos de (multi)territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam (HAESBAERT, 2005, p. 1).

Após incitar os pesquisadores a um novo pensar, Haesbaert (2005) compreende o quão importante é o resgate do que vem a ser os conceitos de território e territorialidade.

Desde a origem, o **território** nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terraterritorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com **dominação** (jurídico-política) **da terra** e com a **inspiração do terror**, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, **o território inspira a identificação** (positiva) e a efetiva ‘apropriação’. Território, assim, em qualquer acepção, **tem a ver com poder**, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de **dominação**, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de **apropriação**.

Ao considerar a palavra território nos seus sentidos denotativo (de espaço apropriado) e conotativo (de dominação, poder), Haesbaert (2005) permite que ambas as compreensões atuem no estudo dos casos onde as forças políticas se manifestam, quer na realização de “funções”, quer na produção de “significados”. Para distinguir mais claramente entre as duas acepções, propõe um esquema entre funcionalidade e simbolismo:

- “Território funcional”: Processos de Dominação; “Territórios da desigualdade”; Território sem territorialidade; (empiricamente impossível); Princípio da exclusividade; (no seu extremo: unifuncionalidade); Território como recurso, valor de troca; (controle físico, produção, lucro).
- “Território simbólico”: Processos de apropriação (Lefebvre); “Territórios da diferença”; Territorialidade sem território; (ex.: “Terra Prometida” dos judeus); Princípio da multiplicidade; (no seu extremo: múltiplas

identidades); Território como símbolo, valor simbólico; (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva) (HAESBAERT, 2005, p. 4).

A territorialidade, por sua vez, faz parte do nível do simbólico, por incorporar, segundo Haesbaert (2005, p. 3) “uma dimensão estritamente política”, enquanto estratégia econômico-cultural. Liga-se à dominação e à apropriação do espaço, mas de formas diferentes, a depender do tempo e dos espaços. Mais adiante, para introduzir o conceito de multiterritorialidade, explica: “É justamente por fazer uma separação demasiado rígida entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram e a complexidade e a riqueza da “multiterritorialidade” em que estamos mergulhados” (HAESBAERT, 2005, p. 10).

Em entrevista (YouTube, 2014)<sup>15</sup>, o geógrafo explica que “não se perde a referência territorial, mas se reconstrói o território no próprio movimento de ir e vir; no fundo, desde a época dos nômades, (os homens) estão repetindo um movimento, um circuito que, no final, acaba reproduzindo um modo de vida deles”, ou seja, onde quer que vá, o migrante leva com ele, na sua referência mental, a noção do que é território.

Haesbaert (ibidem) também anuncia as “várias dimensões do diaspórico” (multiplicidade), entendendo a diáspora em seu tradicional conceito de “dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica”. Segundo ele, a abertura do diálogo com o outro revela a multiplicidade que é diferente do fechamento e segregação em torno de identidades particulares.

Desse modo, pode-se dizer que Haesbaert, ao longo de sua construção teórica, recoloca espacialmente os conceitos sob a égide política e do tempo vivido:

A chamada condição pós-moderna inclui assim uma multiterritorialidade:

(...). Aqui, a perspectiva euclidiana de um **espaço-superfície contínuo** praticamente **sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios** que não podemos mais distinguir claramente **onde começam e onde terminam** ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis. (...) (Haesbaert, 2004, p. 348).

Esta **flexibilidade territorial do mundo “pós-moderno”**, embora não seja uma marca universalmente difundida (longe disso), permite que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, usufruam de **uma multiplicidade inédita de territórios**, seja no sentido da sua **sobreposição num mesmo local**, seja da sua **conexão em rede por vários pontos do mundo** (HAESBAERT, 2005, p. 13).

<sup>15</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_4VaGey-x1M](https://www.youtube.com/watch?v=_4VaGey-x1M)>.

Indo além, Haesbaert (2005, p. 12), completa a ideia de multiterritorialidade não apenas como superposição espacial, mas aquela que permite “não apenas por deslocamento físico como também por ‘conectividade virtual’, a capacidade de interagirmos à distância, influenciando e, de alguma forma, integrando outros territórios”.

Sobre as consequências desse renovar-se constante após a migração para novo território, pode-se dizer que ali são suscitadas novas possíveis identidades, desenvolvidas de acordo com a capacitação de autonomia e consciência política, conforme traduz Miranda:

Ademais, esse processo de metamorfoses provocado pela migração acaba por gerar identidades híbridas, recriadas a partir da tradição, mas traduzidas às novas relações. Essa hibridização, estabelecida mediante um novo equilíbrio entre a tradição e a originalidade, suscita um sentimento de cidadania universal, uma representação de si como cidadão do mundo, que libera o imigrante das amarras de pertencer a um ou a outro lugar, e instaura seu agir numa prática transformadora de si e do mundo (MIRANDA, 2019, p. 579).

Um diálogo com a teoria da multiterritorialidade, de Haesbaert, pode ser estabelecido com outra teoria igualmente recente: a de não lugar, do etnólogo e antropólogo francês Marc Augé. O escritor importa o conceito do sociólogo alemão Georg Simmel, de que o espaço físico e o espaço social se realizam em comunhão, pois um não existe sem o outro – “A ação recíproca faz do espaço, até então vazio e nada, qualquer coisa para nós, preenche-o enquanto ele a torna possível” (SIMMEL, [1908, p. 161] *apud* AUGÉ, 1992, p. 84) – para fomentar importante debate sobre as noções de “lugar antropológico” e “não lugar”, numa remissão, respectivamente, ao contraste entre “espaço identitário, relacional e histórico” e “espaço não identitário, não relacional e não histórico”, possível de ser observado na sobremodernidade (substantivo utilizado por ele, ao invés de pós-modernidade, visando a imprimir não uma ruptura do modelo, mas uma continuidade).

Para Augé ([1992]2005), os espaços construídos e os espaços vividos não se dissociam, sendo que aos primeiros atribui o caráter de “não lugar”, por instarem a aceleração do tempo, e aos segundos, as relações ali estabelecidas. Para exemplificar sua ideia, o antropólogo associa tais espaços à sobremodernidade, à medida em que os não lugares proliferaram em suas roupagens: aeroportos,

supermercados, shoppings centers, estações de trens ou de metrô, autoestradas, campos de refugiados... Todos espaços transitórios, de passagem, que portam características próprias de um mundo globalmente conectado e em rede; enfim, espaços de ninguém, de “solidão”, não geradores de identidade. “Um mundo prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório, ao efêmero” (AUGÉ, [1992] 2005, p. 74). E, completará ele, também um grande produtor de excessos: “Essa necessidade de dar um sentido ao presente, senão ao passado, é o resgate da superabundância factual que corresponde a uma situação que poderíamos dizer de sobremodernidade para dar conta de sua modalidade essencial: o excesso” (idem, p. 32).

Essa superabundância está centrada no excesso de informação, de imagens e de individualismo (ibidem). Para esta pesquisa, o que sobressai é a sua advertência de que, na sobremodernidade, é preciso reaprender a “pensar o espaço a partir dessas múltiplas imagens e informações que chegam” (AUGÉ, [1992] 2005, p. 37).

Sobre o excesso de individualismo, ele imprime perspectiva distinta do mundo e do tempo. A partir da exposição a realidade efêmera e superlativa, ele produz nos sujeitos as chamadas solidões interativas, ou a “navegação solitária e na qual toda a telecomunicação abstrai a relação com o outro, substituindo com o som ou a imagem o corpo a corpo e o cara a cara” (Idem, p. 109).

Diante das teorias voltadas à compreensão do estabelecimento do território como espaço construído e permeado por relações sociais, bem como da possibilidade de vários territórios serem sucedidos (multiterritorialidade), também se faz importante a colocação de que hoje os sujeitos podem inserir-se em todos os lugares, por mais longínquos que sejam.

Cabe chamar atenção para o fato de que duas alternativas são passíveis de se estabelecerem quando se trata do sujeito migrante: ele habitar um espaço antropológico, onde se fomentam as relações interpessoais e se criam vínculos, ou permanecer numa espécie de “limbo”, onde o seu direito e de seus familiares à mobilidade fica subjugado às instâncias de leis, muitas vezes, desumanas.

#### **4 VULNERABILIDADE: RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA EM PROL DE FRUTOS DE EQUANIMIDADE**

Os tópicos deste capítulo tratam da multidimensionalidade dos conceitos da vulnerabilidade, considerando-se alguns dos seus aspectos, como: a condição de finitude do homem, encontrada em seu trajeto sentenciado de vida e inerente à sua fragilidade, que o leva a lutar pela sobrevivência e por uma condição humana (ARENDETT, 1979, 2000), digna de bem-estar e coerente com sua adaptabilidade nômade, mesmo quando submetido a adversidades e a riscos existenciais (BOSTROM, 2002); as interseccionalidades (CRENSHAW, 2002) de vulnerabilidades ora vivenciadas nessas rotas, que agem sobrepostas umas às outras e podem atuar concomitantes nessas vidas humanas com impactos significativos, em particular na dos migrantes; os mecanismos de operação de poder sobre a vida, através do “fazer viver e deixar morrer”, sentenciados pelo “biopoder” (FOUCAULT, 2005, p. 285) apresentados pelos meandros geopolíticos atuais, e as violências advindas do estereótipo (LIMA; PEREIRA, 2004) e intolerância (HARARI, 2018), deflagrando, muitas vezes, em preconceito e discriminação com atos xenofóbicos, que podem culminar até em atrocidades genocidas contra a vida humana em um espiral misantrópico.

O termo vulnerabilidade diz respeito a mais de um tipo de fragilidade a que o homem está submetido, seja em sua esfera pessoal/individual, seja no território coletivo do alcance local ou global onde habita (BOSTROM, 2002). O migrante, em especial, vê-se, em algum momento, inserido em quadros de intolerância, preconceito, discriminação, xenofobia, territorialidade, que o podem situar em alguma etapa de genocídio (STANTON, 2016), o qual seria considerado de alcance local e intensidade terminal para aquele grupo (BOSTROM, 2002). Se a todas essas circunstâncias forem acrescentados os ordenamentos geopolíticos do Regime Climático (LATOURETTE, 2020a), as possibilidades de os migrantes alcançarem uma boa qualidade de vida, e de quebrarem o grau de crescimento da vulnerabilidade, tornam-se bastante reduzidas nos âmbitos pessoal, local e global, ainda que operem sobre fortes engendramentos de resistência e resiliência.

No intuito de facilitar uma proposta de reflexão que permita instituir um pensar alternativo ao prisma já estratificado da esfera da precariedade humana e de

seus marcadores sociais de interseccionalidades vulneráveis, os autores que colaboram com tais pensamentos elencados são: Arendt (1979; 2000), Bostrom (2002), Crenshaw (2002), Carmo e Guizardi (2018), Foucault (2005, 2006, 2010), Latour (2020a), Lussi e Marinucci (2018), Stanton (2016).

Com vistas aos esforços de reversão quanto às trajetórias sentenciadas dos migrantes na perspectiva patriarcal-colonizadora-branca-europeia, o diálogo entre agentes apresenta-se como um dos instrumentos capazes de remodelarem as dinâmicas excludentes de poder para que gerem equanimidade.

#### **4.1 Trajetórias sentenciadas: riscos existenciais da vulnerabilidade humana**

Para compreender a natureza migrante, será preciso partir de um contexto amplificado astrofísico para adentrar em alguns aspectos das condições humanas. O céu causa espanto e intriga desde os primórdios; os humanos ancestrais não entendiam bem onde se encontravam ou para aonde estavam indo no universo. As tentativas de explicação desdobraram-se das teorias geocêntricas (o planeta Terra é o centro de tudo) até as teorias heliocêntricas (os planetas movem em torno do Sol), demonstrando um visível desconhecimento do universo. Hannah Arendt (2000), afirma, sob viés do desenvolvimento tecnológico humano, o seguinte:

O que Galileu fez e que ninguém havia feito antes foi usar o telescópio de tal modo que os segredos do universo foram revelados à cognição humana 'com a certeza da percepção sensorial'; isto é, colocou diante da criatura presa à Terra e dos sentidos presos ao corpo aquilo que parecia destinado a ficar para sempre fora do seu alcance e, na melhor das hipóteses, aberto às incertezas da especulação e da imaginação (ARENDR, 2000, p. 193).

Arendt (2000, p. 200) cita Copérnico e sua teoria heliocêntrica para dar, a partir dele, um salto para o século XX, quando a ciência e a tecnologia passaram a determinar seus campos por "leis cósmicas e universais", em contraposição a leis terrestres e 'naturais'. Seus comentários sobre o assunto prosseguem, ao dizer que a "linha divisória entre a era moderna e o mundo em que agora vivemos" provavelmente estaria na "diferença entre uma ciência que vê a natureza de um

ponto de vista universal (...) e uma ciência verdadeiramente 'universal', (...) mesmo ao risco óbvio de destruí-la e, com ela, destruir o seu domínio sobre ela”.

O aumento do poder humano de destruição de “toda a vida orgânica da Terra” e da capacidade humana “de destruir a própria Terra” não passa indiferente a Arendt (2000, p. 201), a ponto de ela questionar se os humanos serão capazes de sobreviver em suas eminentes trajetórias.

De acordo com o site de informações sobre o sistema solar pertencente à agência espacial norte-americana NASA, o Sol se orienta inserido em um braço espiral pequeno, denominado Braço de Órion, orbitando na galáxia e estando localizado entre os braços espirais de Sagitário e Perseu. Ainda segundo informações contidas na plataforma sobre a órbita e rotação da estrela migrante:

O Sol orbita o centro da Via Láctea, trazendo consigo planetas, asteroides, cometas e outros objetos em nosso sistema solar. Nosso sistema solar está se movendo com uma velocidade média de 450.000 milhas por hora (720.000 quilômetros por hora). Mas mesmo nessa velocidade, leva cerca de 230 milhões de anos para o Sol dar uma volta completa ao redor da Via Láctea (SITE SISTEMA SOLAR NASA, tradução nossa, 2022).

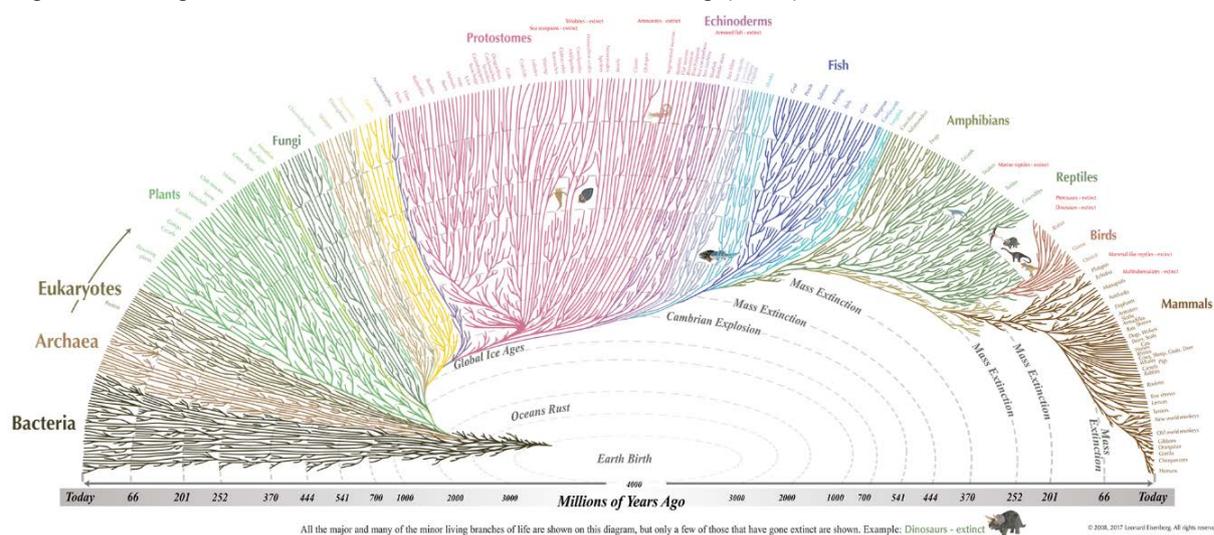
Conforme os dados astronômicos atualizados pelos cientistas (NASA, 2012), atualmente e em escala astrofísica de maior grandeza, pode-se considerar que a galáxia também é um migrante celeste de natureza cósmica, inserido na magnitude do universo. Nas circunstâncias exploradas, tudo indica que ela já está em rota alinhada de colisão frontal com outra galáxia mais próxima, a denominada Andrômeda.

O entendimento dessa natureza cósmica migrante, em conjunto com condições ideais para manter a vida da Terra na rota, dá suporte para compreenderem-se os aspectos de riscos biológicos alinhados a questões cósmicas/climáticas que deflagram as trajetórias sentenciadas de vida. Extinções de escala global antes vistas por outras espécies no passado servem de alerta para o futuro biológico vulnerável não apenas da humanidade em seu *habitat*, mas, sim, de todos os seus seres vivos.

Eisenberg (2008), apresenta, em sua *Árvore da Vida*, cinco grandes eventos de extinção em massa de vida ocorridos há milhões de anos – e que deixaram rastros arqueológicos de fragilidade biológica – para evidenciar os constantes riscos

por que passam os seres vivos. Seu diagrama confirma a vulnerabilidade biológica de que o homem é também portador.

Figura 10: Diagrama Árvore da Vida, de Leonard Eisenberg (2008).



Fonte: <<https://www.evogeneao.com/en>>.

Fundador e diretor do Instituto para o Futuro da Humanidade, Nick Bostrom (2002) por outro lado é um teórico que analisa a especificamente as possíveis futuras causas de extinções humanas, exemplificando alguns riscos em caráter de nível global.

É perigoso estar vivo e os riscos estão por toda parte. Felizmente, nem todos os riscos são igualmente graves. Para os propósitos atuais, podemos usar três dimensões para descrever a magnitude de um risco: *escopo*, *intensidade* e *probabilidade*. Por ‘escopo’ quero dizer o tamanho do grupo de pessoas que estão em risco. Por ‘intensidade’ quero dizer o quanto cada indivíduo do grupo seria afetado. E por ‘probabilidade’ quero dizer a melhor estimativa subjetiva atual da probabilidade do resultado adverso (BOSTROM, 2002, p. 1, tradução nossa).

Para uma melhor visualização, Bostrom (2002) insere as categorias “pessoal”, “local” e “global” para referir-se ao tamanho da população diretamente afetada. Em outras palavras, um risco global é aquele que afeta toda a humanidade (e as gerações seguintes, já “suportável” e “terminal” indicam a intensidade com que a população-alvo seria afetada. “Um risco suportável pode causar grande destruição, mas pode recuperar-se do dano ou encontrar maneiras de lidar com as consequências. (...) Um risco terminal é aquele em que os alvos são aniquilados ou irreversivelmente aleijados”. Se, no caso de riscos pessoais, o resultado terminal

pode ser morte, lesão cerebral ou prisão perpétua, o risco terminal local seria o genocídio levando à aniquilação de um povo (BOSTROM, 2002, p.1, tradução nossa). O quadro a seguir foi retirado do mesmo trabalho (ibidem, tradução nossa).

<b>ALCANCE</b>			
Global	<b>Afinamento da camada de ozônio</b>	<b>X</b>	
Local	<b>Recessão em um país</b>	<b>Genocídio</b>	
Pessoal	<b>Seu carro foi roubado</b>	<b>Morte</b>	
	suportável	terminal	Intensidade

Bostrom (2002, tradução nossa) elenca uma quantidade razoável dos riscos existenciais já imaginados e comentados pelos canais de comunicação: uso indevido deliberado da nanotecnologia; holocausto nuclear; a vivência em um estado de simulação, que pode ser desligada; superinteligência mal programada; agente biológico geneticamente modificado; uso indevido acidental de nanotecnologia; desastres físicos; doença de ocorrência natural; impacto de asteróide ou cometa; aquecimento global descontrolado; esgotamento de recursos ou destruição ecológica; governo mundial equivocado ou outro equilíbrio social estático para o progresso tecnológico; pressões 'disgênicas'; prisão tecnológica; aquisição por um *upload* transcendente; regime global totalitário repressivo; potenciais e valores fundamentais humanos corroídos pelo desenvolvimento evolutivo; extermínio da humanidade por uma civilização extraterrestre. Por fim, ele inclui algo imprevisto como espaço para futuras ideias sobre o assunto (BOSTROM, 2002).

O mesmo autor (2002) extrai recomendações provisórias para ética e política de seu trabalho, apontando como medidas de possível solução ou gerenciamento de riscos existenciais, o cuidado que a humanidade deve ter para: elevar o perfil existente dos riscos existenciais, criar uma estrutura de ação internacional universal eficiente, manter uma prontidão como último recurso para ação preventiva, possuir

um desenvolvimento tecnológico diferencial e, por fim, usufruir de programas de apoio que reduzam diretamente riscos existenciais específicos.

A última recomendação da lista – usufruir de programas de apoio que reduzam diretamente riscos existenciais específicos – situa-se entre uma das soluções mais comentadas nesta Dissertação.

Hannah Arendt, sobre o planeta Terra e a condição humana de vida, diz que “a Terra é a própria quintessência da condição humana e, ao que sabemos, sua natureza pode ser singular no universo, a única capaz de oferecer aos seres humanos um habitat no qual eles podem mover-se e respirar sem esforço nem artifício” (ARENDR, 2000, p. 3).

Ainda sobre o interesse cósmico, Arendt (2000) aponta um marco interessante sobre o objeto terrestre (satélite) lançado ao universo no ano de 1957.

A reação imediata, expressa espontaneamente, foi alívio ante o primeiro «passo para libertar o homem de sua prisão na terra». E essa estranha declaração, longe de ter sido o lapso acidental de algum repórter norte-americano, refletia, sem o saber, as extraordinárias palavras gravadas há mais de vinte anos no obelisco fúnebre de um dos grandes cientistas da Rússia: ‘A humanidade não permanecerá para sempre presa à terra’. (ARENDR, 2000, p. 2).

Essa sua concepção acerca do futuro leva-a a pensar o também futuro da condição humana:

A mudança mais radical da condição humana que podemos imaginar seria uma emigração dos homens da Terra para algum outro planeta. Tal evento, já não inteiramente impossível, implicaria em que o homem teria que viver sob condições, feitas por ele mesmo, inteiramente diferentes daquelas que a Terra lhe oferece (ARENDR, 2000, p. 9)

Na perspectiva da autora, o labor, o trabalho e a ação “e suas respectivas condições têm íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade” (ARENDR, 2000, p. 8). Esta noção corrobora mais adiante com a natureza de finitude dos humanos que implica aceitar a irremediável trajetória sentenciada. “A infinitude é constantemente desafiada e interrompida pelo fato inconveniente de que os indivíduos não vivem para sempre nem dispõem de tempo infinito” (ARENDR, 2000, p. 84).

Mais uma vez, o mesmo e grande impasse: esse homem será obrigado a deixar o planeta (desTERRAitorializar) por conta de algum risco existencial em

quanto tempo? Já em condição humana ou pós-humana, estará condenado a vagar pelo universo, como há muito é retratado no imaginário simbólico dos contos, livros, e filmes de ficção?

Neste ponto, diante da pergunta norteadora das ideias aqui desenvolvidas – Existem trajetórias sentenciadas que levem o homem a ser obrigado a deixar a Terra e a povoar outro espaço que não esse planeta? –, mais uma vez a citação das palavras de Arendt vem esclarecer o ponto crucial:

Não obstante, até mesmo esses hipotéticos viajores terrenos ainda seriam humanos; mas a única afirmativa que poderíamos fazer quanto à sua 'natureza' é que são ainda seres condicionados, embora sua condição seja agora, em grande parte, produzida por eles mesmos (ARENDR, 2000, p. 9).

Não há como fechar os olhos para o discurso supracitado da autora: onde quer que esteja, o viajor/migrante portará consigo a sua condição humana, que o levará a (re)produzir atos humanos.

#### **4.2 Recortes interseccionais de vulnerabilidade migratória**

A condição de vulnerabilidade faz parte da cultura ocidental desde os tempos da Mitologia Grega, especificamente por meio da epopeia de Aquiles, herói belo, forte e corajoso, que lutou bravamente na guerra de Troia, morrendo na batalha. Filho de Peleu, um rei reles mortal, e de Tétis, uma ninfa, era um semideus. Sua história lendária dá origem e suporte simbólico à expressão atemporal dita “calcanhar de Aquiles”.

A mitologia grega relata que Tétis, mãe de Aquiles, untou o corpo do filho com ambrosia e manteve-o sobre o fogo. Após, mergulhou-o no rio Estige com a intenção de fazê-lo invulnerável. Segurou-o, porém, por um calcanhar que não foi tocado pela água, e, dessa forma, ficou desprotegido. Foi morto por Páris, que o atingiu com uma flechada no calcanhar vulnerável (OLIVEIRA JÚNIOR, 2018).

Oliveira Júnior (2018) frisa o fato relevante do quanto a palavra vulnerabilidade tem ganhado espaço nas ordenações legislativas brasileiras, partindo da premissa básica de que toda pessoa humana é inerentemente

vulnerável, demandando uma lei que permita a tutela necessária ou, em outras palavras, a proteção legal para que lhe garanta a vida. O autor também remete às pessoas afetadas por vulnerabilidades circunstanciais, como: “pobreza, doenças crônicas e endêmicas, falta de acesso à educação, alijamento dos mais mezinhos direitos de cidadania e outras situações que as tornam susceptíveis a sofrer danos”, além de uma série de outras abrangências.

As leis editadas após a Constituição Federal de 1988 carregam um comprometimento diferenciado, não só na sua estrutura legislativa como também nas tutelas anunciadas. As proteções são as mais variadas dentro da esfera dos direitos fundamentais, como a vida, a saúde, a cidadania, a segurança, educação, cultura, moradia, alimentação, esporte, lazer, trabalho, liberdade, dignidade e acesso à justiça, independentemente de classe social, de origem, raça, orientação sexual, cultura, renda, idade, religião ou qualquer outra forma de discriminação, além do que, num só artigo, a Lei Maior resume a isonomia que deve prevalecer no Estado Democrático de Direito (OLIVEIRA JÚNIOR, 2018).

O termo vulnerabilidade, tal como interpretado na contemporaneidade, ganha escopo através dos embasamentos das pesquisas contempladas aos preceitos de Bioética dos anos 70:

Conformado na matriz discursiva da Bioética, o conceito de vulnerabilidade como condição inerente ao ser humano, naturalmente necessitado de ajuda, diz do estado de ser/estar em perigo ou exposto a potenciais danos em razão de uma fragilidade atrelada à existência individual, eivada de contradições.

O ser humano vulnerável, por outro lado, é aquele que, conforme conceito compartilhado pelas áreas da saúde e assistência social, não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social, não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada. Assim, ao mesmo tempo, o ser humano vulnerável pode possuir ou ser apoiado para criar as capacidades necessárias para a mudança de sua condição (CARMO, GUIZARDI, 2018, p. 5-6).

Tal observação, como um todo, deflagra a ideia de que a falta de qualidade de vida implica em vivência na fragilidade e na falta de autonomia humana, o que permite a expansão fronteiriça de certas dimensões conceituais entre si, numa evolução para um contexto social igualmente mais amplo. Por exemplo: Carmo e Guizardi (2018) explicam que, em saúde, foram compartilhadas conceituações da área dos Direitos Humanos, com a vulnerabilidade ganhando seu foco na assistência social no início dos anos 1980, após a propagação da Síndrome da

Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e sua propagação a grupos antes não considerados “de risco”. Segundo os autores, a evolução da epidemia do HIV, a conseqüente mudança no perfil dos atingidos e as variáveis socioeconômicas (as quais permitiram novas associações ao contexto da infecção) acabaram por exigir a redefinição das ideias individualizantes até então vigentes sobre os “grupos de risco”: “A adoção do conceito de vulnerabilidade, em substituição ao de grupo de risco, aconteceu nesse processo, indicando a ampliação das chances e formas de acometimento pela doença pela totalidade da população” (CARMO, GUIZARDI, 2018, p. 6).

Ainda segundo os autores parte da evolução conceitual relacionada à área social, em conjunto com a Saúde e os Direitos Humanos, para uma vulnerabilidade conectada à área ambiental ocorreu na seguinte sequência de análise dos acontecimentos:

Em contraponto à ideia de ‘Sociedade de Risco’, que Ulrich Beck cunhou após o acidente nuclear de Chernobyl, Ucrânia, considerando-se que o risco expande de forma indistinta pelas sociedades, a ecologia política surgiu como a corrente que discute conflitos socioambientais sob a ótica da desigualdade social – aqui tomada pela desigualdade de poder decisório e expulsão de populações economicamente desfavorecidas para as periferias das cidades – bem como sua exposição a contaminações e poluição. Com o elemento da vulnerabilidade sob perspectiva, o estudo dos conflitos ambientais passou a reconhecer que o aspecto social deve estar presente quando se trata de riscos, visto que a propensão de uma população ao risco sofre determinações da estrutura desigual de concentração de poder na sociedade. Com base nas contribuições dos trabalhos sobre desastres ambientais observamos que a guinada conceitual em direção à resiliência, tida como a habilidade e capacidade individual de enfrentar eventos vulnerabilizantes, reacende a preocupação acerca de uma gramática que responsabiliza os indivíduos pela garantia de não exposição de si e de outros a situações de vulnerabilidade. Coloca-os como agentes de reparação da situação de vulnerabilidade vivenciada em oposição ao estímulo a uma participação popular efetiva, que rompa processos subalternizantes e socialmente injustos. Quando refletimos sobre justiça social não é possível desconsiderar o contexto de vida dos sujeitos e como tais contextos podem contornar suas formas de expressividade, exercendo influências sobre as maneiras como se posicionam na sociedade e como se enxergam. A omissão e/ou o recuo do poder público em seu papel de proteção social cria ciclos de reprodução de situações de opressão, não só no sentido da desigualdade no acesso a políticas e serviços, mas de cerceamento da livre expressão e lutas dos sujeitos, o que esconde a dimensão coletiva da vivência das populações em contextos de produção de vulnerabilidades (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 6).

Outras ciências se valeram de observar as vulnerabilidades através de seus próprios prismas. Outro exemplo: incluída na área das Ciências Naturais, a Geografia passa a tratar o conceito como exposição a um perigo iminente,

capacitando-se com métodos para medir e cartografar potenciais riscos e desastres em sistemas naturais e/ou artificiais para as populações de entorno.

Diretora do Instituto de Pesquisa de Perigos e Vulnerabilidades, Susan Lynn Cutter (2011) vai além e advoga a existência de uma Ciência da Vulnerabilidade, cuja característica fundamental é estar integrada a outras áreas afins:

A ciência da vulnerabilidade consiste na integração multidisciplinar das ciências sociais, das ciências naturais e da engenharia na compreensão das circunstâncias que colocam as populações e os locais em risco devido aos perigos, e dos fatores que aumentam ou reduzem a capacidade de resposta e de recuperação das populações, dos sistemas físicos ou das infraestruturas em relação a ameaças ambientais. (...)

A vulnerabilidade, numa definição lata, é o potencial para a perda. A vulnerabilidade inclui quer elementos de exposição ao risco (as circunstâncias que colocam as pessoas e as localidades em risco perante um determinado perigo), quer de propensão (as circunstâncias que aumentam ou reduzem a capacidade da população, da infraestrutura ou dos sistemas físicos para responder a e recuperar de ameaças ambientais) (CUTTER, 2011).

Para Cutter (2011), a intersecção da vulnerabilidade física e da vulnerabilidade social cria a “paisagem dos riscos”, possibilitando que os investigadores compreendam os impactos diferenciados deles. Uma população mais rica ou cheia de recursos, por exemplo, consegue recuperar-se mais rápido do que uma mais carente.

A importância da abordagem geográfica reside, ao menos, em dois relevantes fatos: ao invés de ignorar o peso da desigualdade social, ela proporciona ferramentas e técnicas para considerar o quanto o grau de maximização ou de minoração (baixa, média, elevada) dos riscos interfere nos custos sociais ou é consequência deles; por ela, pode-se perceber que os riscos proporcionados pelo Regime Climático (LATOURET, 2020a, 2020b) vão além da esfera geográfica.

Cilene Victor, em seu artigo *Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima: dos protocolos internacionais às narrativas jornalísticas* (2016), escreve a forma como o fenômeno de mobilidade e migração humana é maximizado pelas condições climáticas, como Latour (2020a, 2020b):

Embora as guerras civis sejam a principal causa da crise humanitária, tanto pelo número de atingidos quanto por sua complexidade, singularidade e enfrentamento, os impactos das mudanças climáticas, especificamente os desastres, configuram-se na atualidade como a segunda razão do acentuado fluxo migratório (VICTOR, 2016, p. 47).

Tamanha sobreposição de fatores reporta às interseccionalidades abordadas neste subitem.

Consagrado a partir das lutas e teorizações dos movimentos feministas negros (*Black Feminism*) nos Estados Unidos e no Reino Unido entre os anos 1970 e 1980, o vocábulo interseccionalidade passou a ser alvo de discussões sobre os marcadores sociais nas vidas das minorias não em termos de quantificação, mas, sobretudo, dos direitos civis.

Atualmente, sua maior teórica é a estadunidense Kimberlé Crenshaw. Em seu “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” (2002), Crenshaw, que também é ativista feminista e especialista em questões de raça e gênero, deixa clara a sua concepção acerca do assunto:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002).

Suas palavras tiram o véu existente sobre a atuação concomitante de vários eixos ou sistemas de opressão – de raça, classe social, capacidade física, localização geográfica, entre outros – que, quando sobrepostos, geram uma interseccionalidade capaz não só de fortalecer a desigualdade estrutural, como também de discriminar e excluir indivíduos ou grupos. Assim, ao definir claramente o termo, Crenshaw (2002) também explicita os eixos de poder relacionados à raça, à etnia, ao gênero e à classe e de que forma eles estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos das sociedades, ou seja, concretiza-se a ideia de que há uma interligação complexa entre eles e difícil de ser detectada.

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser

tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de 'receber' tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação (CRENSHAW, 2002).

Considerando-se o contexto de vulnerabilidade onde a subordinação interseccional se instala, é possível estabelecer uma forte ligação do tema com a esfera dos concursos migratórios, por ser alta a probabilidade de o migrante ser atingido/ferido por condições desfavoráveis que atuam em conjunto e fortemente ativadas sobre diferentes formas e eixos de poder.

Quando Crenshaw (2002) aponta a necessidade de ir além da conscientização a respeito da subordinação interseccional e partir para “tarefas adicionais”, como “facilitar a criação de protocolos (...) e apoiar os atuais esforços dos órgãos das Nações Unidas no monitoramento mais efetivo do progresso dos países na garantia dos direitos de mulheres marginalizadas”, o seu direcionamento não se restringe exclusivamente às mulheres, mas se refere aos demais seres que sofrem os danos da discriminação interseccional, como no caso dos migrantes – percepção que perpassa um traçado que vai da presente invisibilidade até a conscientização dos membros de órgãos revisores dos tratados internacionais, dos formuladores de políticas públicas, de ativistas de ONGs e de tantos outros atores na rede.

Mesmo em meio à interseccionalidade dos fatores de risco e do agravamento do quadro migratório por motivos de falta de condições para a sobrevivência, ressalta-se que a promoção da vida plena e a defesa dos direitos humanos, sociais, culturais e econômicos são possibilidades reais quando existe vontade política para integrar o migrante à vida societária do novo local de moradia escolhido por ele. Pelos autores aqui apresentados, comprova-se o fato de que não é o migrante que carrega em si a marca da vulnerabilidade, já que tal característica é intrínseca a qualquer pessoa em situação externa de precariedade – fato que amplia a visão do quanto a pessoa migrante possui o direito humano de ir e vir em busca de um lugar onde possa exercer plenamente sua cidadania. Tal lógica remete a Arendt,

quando, dissertando sobre o direito ao asilo dos que foram desterrados (apátridas) após a Segunda Guerra, ela assevera:

A privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz. Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu, e quando o não pertencer a ela não é um ato da sua livre escolha, ou quando está numa situação em que, a não ser que cometa um crime, receberá um tratamento independente do que ele faça ou deixe de fazer. Esse extremo, e nada mais, é a situação dos que são privados dos seus direitos humanos. São privados não do seu direito à liberdade, mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem. Privilégios (em alguns casos), injustiças (na maioria das vezes), bênçãos ou ruínas lhes serão dados ao sabor do acaso e sem qualquer relação com o que fazem, fizeram ou venham a fazer. Só conseguimos perceber a existência de um direito de ter direitos (e isto significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões) e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los devido à nova situação política global. O problema não é que essa calamidade tenha surgido não de alguma falta de civilização, atraso ou simples tirania, mas sim que ela não pudesse ser reparada, porque já não há qualquer lugar 'incivilizado' na terra, pois, queiramos ou não, já começamos realmente a viver num Mundo Único. Só com uma humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade (ARENDRT, 1979, p. 257-258).

Ao observar que o homem pode vir a defrontar-se com situações quando ou não vê com naturalidade seu pertencimento à comunidade em que nasceu ou precisa abdicar dela não por um ato da sua livre escolha ou “passa a ser invisível”, a não ser que cometa um crime, Arendt (1979) antecipa tudo o que se tem observado com mais intensidade desde o final do século XX: a ausência do direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, diante de um mundo tomado por novas e ininterruptas relações políticas globais; enfim, a ausência do “direito de ter direitos”, nessa caminhada para um Mundo Único, cada vez mais conectado, por um lado, e fechado, por outro.

O migrante em situação de vulnerabilidade é descrito pela Organização Internacional de Migração de acordo com seu Protocolo de Assistência a Migrantes em situação de vulnerabilidade (OIM, 2018): “Migrante ou grupo de migrantes com a capacidade limitada de evitar, resistir, lidar ou recuperar-se do risco potencial ou da situação de violência, exploração e abuso a que são expostos ou que vivenciam no contexto migratório” (OIM, 2018, p. 16).

A interação de fatores individuais, familiares, comunitários e estruturais traduz-se em elemento redutor da capacidade de romper com certos riscos nas trajetórias percorridas.

Os indicadores de interseccionalidades individuais migratórias são exemplificadas no protocolo da seguinte maneira: idade, sexo/gênero, nacionalidade/etnia/raça/religião/grupo linguístico, estrutura familiar, originário de país de risco, rota migratória, status migratório irregular, doença pré-existente ou deficiência física ou mental, viajou por conta própria ou foi recrutado/traficado/contrabandeado, sem documentos, histórico de envolvimento com prostituição, histórico de abuso de substâncias, histórico de violência, não fala ou lê a língua local, em situação de rua, migrou em busca de suprir necessidades básicas (alimento, água, abrigo), sem recursos suficientes para suprir necessidades básicas. (OIM, 2018, p.56)

Em segundo recorte de interseccionalidades, haveria os Indicadores familiares/domiciliares, considerados como: histórico familiar de violência e abusos, histórico familiar de abuso de substâncias, baixo grau de escolaridade na família, dívidas familiares, desigualdade (de gênero, etária etc.), envolvimento familiar em atividades ilícitas/criminais, não pertencimento a atividades sociais comunitárias, acesso limitado a educação e emprego (OIM, 2018, p. 57).

O terceiro recorte indica interseccionalidades em indicadores comunitários da marginalização ou discriminação dentro da comunidade, observando fatores como: marginalização de mulheres ou grupos específicos, falta de oportunidades econômicas, educacionais e de habitação, serviços de saúde insuficientes, recursos naturais inadequados, existência de práticas prejudiciais (casamento forçado e outros) (OIM, 2018, p. 57).

Aos já citados juntam-se os seguintes indicadores estruturais de interseccionalidades migratórias: baixo respeito aos direitos humanos, legislação e normas inapropriadas para as realidades migratórias, aceitação da marginalização, discriminação, violência e abuso, disparidade econômica, altos índices de criminalidade e crime organizado (OIM, 2018, p. 58).

Enfim, embora a união “sobreposições de vulnerabilidades” e “biopoder” seja um agravante do risco de vida, existem dispositivos possíveis

para que eles não operem de forma tão drástica. Contudo, o oposto também acontece, fomentando o genocídio.

### 4.3 Lições de intolerância: genocídio em corpos biopolíticos

Sobre a condição de sociabilidade e a vulnerabilidade humana refletida nos corpos, Harari (2015, p.14-15) comenta:

Os bebês humanos são indefesos e durante muitos anos dependem dos pais velhos para sustento, proteção e educação. Esse fato contribuiu enormemente para as extraordinárias habilidades sociais da humanidade e, ao mesmo tempo, para seus peculiares problemas sociais. Mães solitárias dificilmente conseguiam obter comida suficiente para sua prole e para si mesmas tendo crianças necessitadas sob seus cuidados. Criar filhos requeria ajuda constante de outros membros da família e de vizinhos. É necessária uma tribo para criar um ser humano. A evolução, assim, favoreceu aqueles capazes de formar fortes laços sociais. Além disso, como os humanos nascem subdesenvolvidos, eles podem ser educados e socializados em medida muito maior do que qualquer outro animal (HARARI, 2015, p. 14-15).

Em contrapartida, o autor explica que “A tolerância não é uma marca registrada dos *sapiens*. Nos tempos modernos, uma pequena diferença em cor de pele, dialeto ou religião tem sido suficiente para levar um grupo de *sapiens* a tentar exterminar outro grupo” (HARARI, 2015, p.23). A partir dessa premissa, o historiador constrói a teoria de que a diferença entre as culturas faz emergir comportamentos intolerantes, racistas, xenofóbicos e discriminatórios.

Não por acaso, figuras como mercadores, conquistadores e profetas “foram os primeiros a conseguir transcender a divisão evolutiva binária entre ‘nós’ e ‘eles’, e a prever a potencial unidade da raça humana”, uma vez que seus interesses por recursos prevaleciam sobre as diferenças.

Harari (2015, p. 180) informa que os mercadores viam no mundo inteiro “um único mercado e todos os humanos eram clientes em potencial”. O que os unia era a promoção de uma ordem econômica que se aplicasse a todos, em todos os lugares. Para os conquistadores, o mundo seria “um único império e todos os humanos eram súditos em potencial” (HARARI, 2015, p. 180). Quanto aos profetas, eles compreendiam suas verdades como uma verdade única, e todos os humanos eram

“crentes em potencial” – fato que os impulsionava a querer estabelecer uma ordem que se aplicasse a todos, em todos os lugares (ibidem). Em outras palavras, os grupos que detinham algum tipo de poder de negociação formavam a base das relações. Segundo Harari (2015, p. 204), “a presunção de governar o mundo inteiro para o bem de todos os seus habitantes era impressionante”. Os que possuíam a mesma “imagem e semelhança” constituíam castas separadas dos diferentes. “Nós somos sempre distintos deles, e não devemos nada a eles. Nós não queremos ver nenhum deles em nosso território, e não nos importamos nem um pouco com o que acontece no território deles. Eles mal são humanos” (HARARI, 2015, p. 204).

A intolerância e o racismo enraizaram-se na diversidade genética significativa entre as populações humanas modernas, frutos de muitas misturas, que remontam a centenas de milhares de anos atrás.

O livro *Em defesa da sociedade*, de Michel Foucault (2005), é resultante de um seu curso ministrado nos anos de 1975 e 1976. Nele, Foucault estabelece uma relação entre a guerra e a política para discorrer sobre temas como o racismo de Estado e a suposta pureza da raça, no âmbito das sociedades ocidentais modernas, as quais encontram no sistema jurídico ocidental as definições dos direitos legítimos da soberania (dominação), bem como a obrigação legal da obediência dos súditos ao poder soberano (subalternidade). A dicotomia soberania-obediência, além de provocar o caráter de sujeição dos indivíduos, também faz ampliar o biopoder, de caráter disciplinar e regulamentador e cujo mecanismo primário é o poder do decreto de morte (FOUCAULT, 2005, p. 304).

Nesse percurso, Foucault (2005) interroga quais circunstâncias evocam o racismo no exercício do poder e que condições favorecem o exercício do direito de matar. Se, no passado (séc. XIX), a luta de raças estava centrada na visão médico-biológica, que pregava a “pureza de raças”, a partir do século XX ela adentra o poder com o racismo de Estado.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um

domínio considerado como sendo precisamente um domínio (FOUCAULT, 2005, p. 304).

Foucault também discute por que o racismo se desenvolve nessas sociedades modernas para denunciar que a raiz das matrizes dos preconceitos e da própria xenofobia está centrada nas forças exercidas pela soberania, a tal ponto que seu domínio se estende sobre o corpo dos indivíduos. Ao sofrer a ação das relações entre poder, política e economia, o corpo é atravessado pelo poder da biopolítica que, em seu fim primeiro, visa ao maior controle dos comportamentos. Essa ação passa muitas vezes a incidir sobre os processos vitais da população, quando, por exemplo, é possível recorre-se aos avanços da genética para a manipulação dos fenótipos das crianças. Para Foucault (2010, p. 289), a lapidação biológica é naturalmente racista, por sua configuração discriminatória, ou seja, decreta-se a morte dos espécimes inferiores (o degenerado, o anormal), com o fim de preservar a permanência de uma raça mais sadia e purificada – argumento que sustenta a sua tese de que o racismo de Estado equivale ao “fazer viver ou deixar morrer”, numa inserção direta à microfísica do biopoder (FOUCAULT, 2010, p. 215).

A partir do momento em que o corpo, instrumento de manifestação da vida, passa a ser controlado por forças externas, ele também estará sujeito a virar alvo de práticas genocidas.

Com o fim de frearem-se essas práticas de intolerância no Brasil, no início deste século XXI instituíram-se novas diretrizes políticas que deixavam clara a não aceitação de práticas preconceituosas como se elas fossem um mero e inevitável estigma das relações sociais que, por natureza, desaguassem na banalização de estereótipos e preconceitos. A resistência veio em forma de lei, em específico a Lei 7.716/1989, que criminaliza o racismo. Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal reconhece a criminalização da Lgbtfobia e da Transfobia, ao acrescentar ao Artigo 20 da mesma Lei, onde trata da “discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, a questão sexual (BRASIL, 1989/2019).

Para lançarem luz no modo como a automaticidade dos preconceitos se engendra e alimenta em normas sociais, Lima e Vala (2004, p. 62) concluem que a automaticidade resulta “de encadeamentos de redes associativas de ideias que representam os grupos minoritários como anexados a imagens sociais negativas, e que estas mesmas imagens cumprem função de justificar e naturalizar a situação desses grupos”. A seguir, os autores indagam sobre quais mecanismos são capazes

de evitar a automaticidade, por um lado, e quais mecanismos (ideológicos, normativos e políticos), por outro, produzem em larga escala as redes associativas, levando-se em conta que o “modo de ativação automática dos estereótipos resulta muito mais de produções sociais e ideológicas externas do que de mecanismos de funcionalidade cognitiva” (LIMA; VALA, p. 62). Tal informação vem confirmar o quanto as atitudes preconceituosas e xenofóbicas são resultantes das redes socioculturais onde o sujeito está inserido e não de redes fisiológicas previamente herdadas pela genética.

Essas redes que favorecem os mecanismos discriminatórios estão coadunadas a outras de igual caráter excludente.

Não por acaso, Stanton (2016) apresenta as dez etapas do genocídio, a seguir brevemente resumidas:

1. CLASSIFICAÇÃO – Todas as culturas têm categorias para distinguir as pessoas em “nós e elas” por etnia, raça, religião ou nacionalidade: alemão e judeu, hutu e tutsi. As sociedades bipolares que carecem de categorias mistas, como Ruanda e Burundi, são as mais propensas a ter genocídio. A principal medida preventiva nesse estágio inicial é o desenvolvimento de instituições universalistas que transcendem divisões étnicas ou raciais, que promovam ativamente a tolerância e o entendimento, e que promovam classificações que transcendem as divisões. (...) Essa busca de um terreno comum é vital para a prevenção precoce do genocídio.
2. SIMBOLIZAÇÃO – Damos nomes ou outros símbolos às classificações. Nomeamos as pessoas "judeus" ou "ciganos" ou as distinguimos por cores ou roupas; e aplique os símbolos aos membros dos grupos. Classificação e simbolização são universalmente humanas e não resultam necessariamente em genocídio, a menos que levem à desumanização. Quando combinados com o ódio, os símbolos podem ser forçados a membros de grupos párias que não desejam: a estrela amarela dos judeus sob o domínio nazista, o lenço azul para as pessoas da Zona Leste do Khmer Vermelho do Camboja.
3. DISCRIMINAÇÃO – Um grupo dominante usa a lei, os costumes e o poder político para negar os direitos de outros grupos. O grupo impotente não pode receber direitos civis, direitos de voto ou mesmo cidadania. O grupo dominante é impulsionado por uma ideologia excludente que privaria grupos menos poderosos de seus direitos. A ideologia defende a monopolização ou expansão do poder pelo grupo dominante. Ele legitima a vitimização de grupos mais fracos. (...) Prevenção contra a discriminação significa total poder político e direitos de cidadania para todos os grupos de uma sociedade. A discriminação com base na nacionalidade, etnia, raça ou religião deve ser proibida. Os indivíduos devem ter o direito de processar o estado, as empresas e outros indivíduos se seus direitos forem violados.
4. DESUMANIZAÇÃO – Um grupo nega a humanidade do outro grupo. Seus membros são equiparados a animais, animais nocivos, insetos ou doenças. A desumanização supera a repulsa humana normal contra o assassinato. (...) O grupo majoritário é ensinado a considerar o outro grupo como menos humano e até estranho à sua sociedade.

- Eles são doutrinados a acreditar que "estamos melhor sem eles". O grupo impotente pode se tornar tão despersonalizado que, na verdade, recebem números em vez de nomes, como os judeus estavam nos campos da morte. (...) Os líderes locais e internacionais devem condenar o uso do discurso de ódio e torná-lo culturalmente inaceitável.
5. ORGANIZAÇÃO – O genocídio é sempre organizado, geralmente pelo Estado, geralmente usando milícias para fornecer negação de responsabilidade do Estado. (...) Às vezes, (...) os Estados organizam a polícia secreta para espionar, prender, torturar e assassinar pessoas suspeitas de oposição a líderes políticos. É dado treinamento especial a milícias assassinas e unidades especiais de extermínio do exército.
  6. POLARIZAÇÃO – Extremistas separam os grupos. Grupos de ódio transmitem propaganda polarizadora. As motivações para atingir um grupo são doutrinadas através da mídia de massa. (...) O grupo dominante aprova leis ou decretos de emergência que lhes concedem poder total sobre o grupo alvo. As leis corrompem os direitos e liberdades civis fundamentais. Grupos direcionados são desarmados para torná-los incapazes de autodefesa e para garantir que o grupo dominante tenha controle total.
  7. PREPARAÇÃO: Planos são feitos para assassinatos genocidas. Líderes de grupos nacionais ou criminosos planejam a "Solução Final" para a "questão" de judeus, armênios, tutsis ou outros grupos-alvo. Eles costumam usar eufemismos para esconder suas intenções, como se referir a seus objetivos como "limpeza étnica", "purificação" ou "antiterrorismo". (...) Atos de genocídio são disfarçados de contrainsurgência se houver um conflito armado em andamento ou uma guerra civil. (...) A prevenção da preparação pode incluir embargos e comissões de armas para aplicá-los. Deve incluir a acusação de incitação e conspiração para cometer genocídio, ambos crimes sob o artigo 3 da Convenção sobre Genocídio.
  8. PERSEGUIÇÃO – As vítimas são identificadas e separadas por causa de sua identidade étnica ou religiosa. As listas de óbitos são elaboradas. No genocídio patrocinado pelo estado, membros de grupos de vítimas podem ser forçados a usar símbolos de identificação. Sua propriedade é frequentemente expropriada. Às vezes, são até segregados em guetos, deportados para campos de concentração ou confinados a uma região atingida pela fome e passando fome. Eles são deliberadamente privados de recursos como água ou comida para destruí-los lentamente. (...) A assistência humanitária deve ser organizada pela ONU e por grupos de ajuda privados para a inevitável maré de refugiados que está por vir.
  9. EXTERMINAÇÃO – Começa e rapidamente se torna a matança em massa legalmente chamada de 'genocídio'. É 'extermínio' para os assassinos, porque eles não acreditam que suas vítimas sejam totalmente humanas. Quando é patrocinado pelo Estado, as forças armadas frequentemente trabalham com milícias para matar. Às vezes, o genocídio resulta em assassinatos de vingança por grupos uns contra os outros, criando o ciclo descendente do genocídio bilateral (...). A era da "guerra total" começou na Segunda Guerra Mundial. O bombardeio não diferenciou civis de não combatentes. As guerras civis que eclodiram após o fim da Guerra Fria também não diferenciaram civis e combatentes. Eles resultam em crimes de guerra generalizados. Os estupros em massa de mulheres e meninas se tornaram uma característica de todos os genocídios modernos. (...) Áreas seguras reais ou corredores de fuga de refugiados devem ser estabelecidos com proteção internacional fortemente armada. (...) Desde 2005, a responsabilidade internacional de proteger transcende os interesses estreitos de cada nação. Se

- nações fortes não fornecerem tropas para intervir diretamente, elas deverão fornecer o transporte aéreo, o equipamento e os meios financeiros necessários para a intervenção dos estados regionais.
10. NEGAÇÃO – É o estágio final que dura o tempo todo e segue sempre o genocídio. Está entre os indicadores mais seguros de outros massacres genocidas. Os autores do genocídio desenterram as valas comuns, queimam os corpos, tentam encobrir as evidências e intimidar as testemunhas. Eles negam que cometeram crimes e muitas vezes culpam o que aconteceu com as vítimas. Eles bloqueiam as investigações dos crimes e continuam a governar até serem expulsos do poder pela força, quando fogem para o exílio. Lá eles permanecem impunes. (...) A melhor resposta à negação é a punição por um tribunal internacional ou tribunais nacionais. (...) Quando possível, os procedimentos locais devem proporcionar fóruns para audiências de evidências contra os autores que não foram os principais líderes e planejadores de um genocídio, com oportunidades de restituição e reconciliação (STANTON, 2016).

As classificações “nós e elas” (demais pessoas diferentes do grupo) servem de justificativa para todas as demais etapas descritas por Stanton (2016), culminando com a negação dos atos discriminatórios e desumanos cometidos. Essa separação, inclusive, vem para focar em apenas duas as causas da vulnerabilidade, levando à ação, muitas vezes, de tamponar as demais causas.

No decorrer desta pesquisa, muitas foram as causas apresentadas para a permanência de condições de extrema pobreza, carência e vulnerabilidade de determinados grupos de humanos. Também as soluções para a convivência de um mundo mais equânime e solidário foram listadas, sendo a principal delas a diluição da separação “nós e elas” para abraçar o desafio de caminhar rumo ao terrestre comum.

## 5 DESDOBRAMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CASO DO “CAMPO DE REFUGIADOS 1º. DE MAIO”

Com o fim de contextualizar/particularizar uma versão da realidade brasileira quanto às condições humanas dos migrantes, apresento informações sobre O “Campo de Refugiados 1º. de Maio”, montado em Itaguaí-RJ, no ano de 2021, em plena pandemia no Brasil e mundo.

Naquele lugar, mais de três mil famílias, oriundas de diferentes nacionalidades e naturalidades, em condições de extrema vulnerabilidade, se reuniram em terreno privado da empresa estatal Petrobras e transformaram-no em espaço de luta, resistência e resiliência, para se fazerem ouvir e conhecer.

A escolha por apresentar o já desterritorializado (deslocado) “Campo de Refugiados 1º. de Maio” foi por motivos específicos, dentre eles sua condição de quase “não existência” ou de “existência no limbo” ou de “não lugar” e a questão discriminatória permeia os mecanismos que fortalecem o entre migração, cultura e vulnerabilidade – temas centrais desta Dissertação.

A estratégia de o grupo autodenominar-se “Campo de Refugiados 1º. de Maio”, além de configurar-se como tentativa de administrar a própria identidade e de construir um processo de subjetivação coletivo, serve também como forma de denunciar, inclusive internacionalmente, a situação do País.

‘Essas pessoas chegaram com a única coisa que elas têm: a disposição de lutar. Eles não têm mais nada. Enviamos um requerimento à Organização das Nações Unidas [ONU] para Assuntos Refugiados para qualificar a ocupação como um centro de refugiados. Afinal, todos aqui são, de fato, refugiados da pandemia, do genocídio, da fome, do desemprego, da miséria’, afirma Eric Vermelho, um dos organizadores do movimento (FERNANDES, 21 de maio de 2021).

O reconhecimento nacional/internacional, dependendo de ser ou não concretizado, aumenta ou ameniza a força política que tanto pode acatar e patrocinar o campo quanto desalojá-lo ou deixá-lo sem os recursos necessários de sustentação, condenando-o a ser mais uma aglomeração de pessoas destinadas a uma dignidade precária ou mesmo à indignidade.

Todas essas considerações estão implícitas no processo de nascimento e de finalização de um projeto que envolve migrantes, ou seja, a rápida destruição do

“Campo de Refugiados 1º. de Maio” pelos aparelhos públicos não permitiu que aquele acampamento viesse a instalar-se como um assentamento. O “Campo de Refugiados 1º. de Maio”, como todos os demais acampamentos da mesma natureza, nasceu sob a égide da provisoriedade, mas, sem conseguir o apoio e o reconhecimento das autoridades nacionais e internacionais, apenas conseguiu expor a voz das pessoas que ali lutavam por serem ouvidas.

A escritora, atriz e autora Ana Asensio, em uma publicação para o ArchDaily sobre o Dia Mundial dos Refugiados (A Refugee Camp is a city, em 20/06/2013), compõe a seguinte metáfora:

Um campo de refugiados é toda uma cidade em si. Uma cidade temporária, em teoria. Uma cidade efêmera, cujos habitantes vão sendo colocados ali como peças de um quebra-cabeça. Uma cidade em estado de espera, aguardando uma arquitetura que parece ignorar a sua incontestável existência<sup>16</sup>.

Ao comentarem o texto de Caldart (2004), Figueiredo e Pinto (2014) apresentam a diferença entre acampamento e assentamento:

Os acampamentos podem ser construídos na área que se pretende transformar em assentamento, ou à margem de rodovias, do lado de fora das fazendas, etc... Cada um deles demanda estratégias de sobrevivência diferentes, mas todos visam explicitar a luta, pressionar governos e mobilizar a opinião pública sobre a questão da terra (FIGUEIREDO; PINTO, p. 563).

Tal perspectiva vem ao encontro desta pesquisa por reafirmar que os assentamentos são, de início, acampamentos onde as pessoas são acolhidas e recebem suas primeiras acomodações.

Uma vez estabelecida essa diferença, cabe dizer que este Capítulo 5 se desenvolveu no sentido de, após a disposição das medidas protetivas do Estado, em acordo com o que está determinado nas leis brasileiras, por meio das diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (item 5.1), trazer em discussão os fatores que impediram o “Campo de Refugiados 1º. de Maio” de atingir o objetivo-alvo de se

---

<sup>16</sup> But a refugee camp is also a city. A temporary city, in theory. An ephemeral city whose inhabitants have been placed there like pieces in a puzzle. A stand-by city that architecture has not embraced. But a refugee camp is also a city - and *not* an ephemeral one. Disponível em: <https://www.archdaily.com/391712/a-refugee-camp-is-a-city-world-refugee-day-2013>.

estabelecer em um território, numa tentativa de rumo a um terrestre comum (item 5.2).

A verdade é que o confronto entre o que está escrito no papel e o que vem a realizar-se na prática desnuda o porquê de não se conseguir romper com as interseccionalidades da vulnerabilidade, em suas diversas manifestações.

Antes, porém, de serem apresentadas as disposições da Assistência Social brasileira (SUAS/PNAS), faz-se necessário esclarecer que a linha de pensamento aqui adotada procurou não reforçar a invisibilidade e o silenciamento dos deslocados. Por causa disso, houve o cuidado de manter-se o nome “Campo de Refugiados 1º. de Maio”, por ser de caráter autodenominativo, e de não se cair na armadilha de perpetuar a visão onucentrada de classificação de refugiados.

Enfim, migração, cultura e vulnerabilidade confluem na análise aqui proposta do “Campo de Refugiados 1º. de Maio”, sob o viés de vulnerabilidade do SUAS/PNAS.

### **5.1 Assistência social brasileira (SUAS/PNAS) e vulnerabilidades**

Para contextualizar o conceito atual da vulnerabilidade inserido nas políticas sociais brasileiras, vale a pena apresentar uma linha do tempo traçada, do ano de 1988 a 2004, desde quando o termo foi sendo incorporado constitucionalmente como inerente à política pública de caráter assistencial:

Desde a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social ganha um ordenamento socioinstitucional do Estado, com ampliação de direitos e novos espaços de participação popular para legitimar demandas, rompendo como a cultura do favor e do individualismo. Isso significa que ela passa a ser tratada como política pública de responsabilidade estatal na sua oferta para todos os sujeitos a quem dela necessitar. Em 1993, na legitimidade desta política, surge uma Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que assegura a diretriz constitucional da primazia da responsabilidade do Estado na gestão, financiamento e execução da assistência social nas três esferas do governo. Partindo desse processo, várias normativas e regulações vêm sendo acopladas à política de assistência social, ganhando força e corpo em seu processo de implantação. Destacam-se as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, entendendo a assistência social como uma política social inserida no campo da Seguridade Social, que assegura proteção social as famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo como manifestação a PNAS (Política Nacional de Assistência Social). Neste processo de construção, a PNAS normatizou um Sistema Único de

Assistência Social (SUAS) voltado à articulação em todo o território nacional de um sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, que ganhou corpo de lei federal, sob nº 12.435, de 06 de julho de 2011, garantindo proteção social, vigilância social e defesa dos direitos (BRASIL, 2011) (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019, p. 293).

A dinâmica relacional entre as políticas públicas vigentes no País e a vulnerabilidade traz não apenas implicações sociais, como também a salvaguarda direta da vida:

Ao caracterizar o usuário atendido na política de assistência social, encontra-se a seguinte afirmação:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termo étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultantes de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas, diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal, estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005, p. 33).

Nota-se que a vulnerabilidade social é exemplificada como pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras). Destacamos a fragilidade citada e podemos notar que ela abrange todo e qualquer sujeito, pois implica em adentrar em contextos em que está inserido, tempo e histórias de vidas. Por exemplo, o fato de ser mulher em um ambiente ou profissão predominante do sexo masculino pode favorecer questões significativas das diferenças de gêneros e a fragilidade da mulher neste contexto específico. É o reconhecimento de que a vulnerabilidade que pode ser interpretada como fragilidade, sendo tal ponto de vista da Psicanálise.

Desta forma, a fragilidade é um constructo móvel e complexo no sistema, identificando muitos fatores que representa para o sujeito: momentos e contextos de intervenção, bem como acesso à promoção de medidas de seguranças sociais como responsabilidade pública da assistência social. Essas medidas estão relacionadas com o fortalecimento desse sujeito (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019, p. 297-298).

As políticas apontadas acima são capazes de serem avaliadas por mecanismos governamentais, com o fim de acionarem-se ações específicas com maior abrangência populacional. Um desses sistemas é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), embasado em dados do Censo 2000 e 2010, bem como as informações disponibilizadas na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD).

Utilizado no Brasil desde 2016, o IVS denomina a vulnerabilidade a partir de dezesseis indicadores inseridos em três dimensões, a saber:

- Dimensão infraestrutura urbana (coleta de lixo; água e esgoto inadequados; tempo de deslocamento casa-trabalho);
- Dimensão capital humano (mortalidade infantil; crianças de 0 a 5 anos fora da escola – não estudam, não trabalham e baixa renda; crianças de 6 a 14 anos fora da escola; mães jovens (10 a 17); mães sem fundamental + filhos até 15 anos; analfabetismo; crianças em domicílio em que ninguém tem fundamental completo);
- Dimensão renda e trabalho (renda menor ou igual a R\$255; baixa renda e depende de idosos; desocupação; trabalho infantil; ocupação informal sem ensino fundamental).

Além de apresentar esses indicadores e dados passíveis de serem analisados por pesquisadores, o IVS é um instrumento essencial, ainda que não contemple por completo o tema, pois coloca a questão da vulnerabilidade e da política pública do Estado em evidência, para se alertar sobre a tentativa de solucionarem-se problemas agudos e crônicos de natureza humana.

Lussi e Marinucci (2018) adentram, em suas pesquisas, a relação entre vulnerabilidade e migração para, de início, levantarem as situações em que as duas temáticas se entrecruzam. Para eles, existem nove situações clássicas de vulnerabilidade que ocorrem com maior frequência: 1. Obtenção da documentação necessária para identificar-se e garantir o acesso aos serviços e aos direitos de cidadania (p. 4); 2. Violações de ordem física, moral, roubo e, inclusive, sequestro para redes de tráfico de pessoas ocorridas durante as travessias (p. 5); 3. Condições infra-humanas no lugar do destino, indicativas de uma caída na escala social, levando o migrante a sujeitar-se a condições de vida extremamente precárias, agravadas pelo desconhecimento da língua (p. 6); 4. Presença de dependentes econômicos na própria terra, obrigando-a a efetuar constantes remessas de dinheiro, para garantir a sobrevivência dos próprios familiares, perdendo parte de seu “protagonismo” em prol da dignidade dos que dele dependem (p. 6); 5. Limitado acesso a serviços sociais básicos, em especial quando fica alijado do sistema público de saúde, tendo de enfrentar determinadas formas de doenças, físicas e, sobretudo, psíquicas (p. 7); 6. Saudades e perda de referenciais identitários, pelo natural afastamento de suas raízes e pela conseqüente ausência e dilatação das relações primárias (p. 7); 7. Estranhamento linguístico, cultural e religioso, numa fragilização do sentimento de pertença (p. 7); 8. Xenofobia ou preconceito com os

estrangeiros (p. 8); 9. Indiferença do Estado e da sociedade civil do país de origem que se esquecem de seus concidadãos residentes no exterior (p. 8) (LUSSI; MARINUCCI, 2018, p. 4-9).

Após o levantamento supracitado, Lussi e Marinucci (2018) processam as vulnerabilidades migratórias em quatro macro áreas:

- Vulnerabilidades psicofísicas – As travessias e a locomoção; Saúde; Separação dos familiares mais próximos.
- Vulnerabilidades socioeconômicas – A documentação; Condições infra-humanas no lugar do destino; Perpetuação da situação de pobreza e da exclusão.
- Vulnerabilidades religioso-culturais – A língua e a linguagem; As discriminações e o preconceito; Valorização de saberes e acesso à aquisição de competências dificultadas (LUSSI; MARINUCCI, 2018, p. 9-12).

Além dessas três, os autores abrem uma quarta área para dar destaque à situação das mulheres migrantes, pela situação de vulnerabilidade somada a fatores agravantes:

- Vulnerabilidades visíveis somente na sensibilidade da questão do gênero – As trabalhadoras domésticas; As vítimas de tráfico para fins de exploração sexual; Mulheres “dependentes”; Migrantes mães (LUSSI; MARINUCCI, 2018, p. 12).

A análise de Lussi e Marinucci (2018) esclarece que o conceito de vulnerabilidade possui vários desdobramentos. Ela não diz respeito a uma condição natural que não permite alterações de estado; ao contrário, “o estado de vulnerabilidade associa situações e contextos individuais e, sobretudo, coletivos” (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 6). Devido a essa qualidade de deixar-se reconhecer tanto em nível micro quanto no macro, a vulnerabilidade não se deixa esgotar em suas variações.

Também é passível de reconhecimento sua característica de fazer aflorar vozes a favor das mudanças essenciais para que se estabeleçam novas condições materiais de vida. O oposto também se processa, na medida em que o usufruto dos direitos não é repartido, ficando concentrado nas mãos de poucos, provocando as grandes desigualdades sociais e a ausência de autonomia humana.

A implantação/implementação do PNAS em todos os casos de interseccionalidades de vulnerabilidade carece de vontade política, de modo que não se pode atestar ainda a sua eficácia na proteção legal para garantir a vida daqueles que demandam tutela.

De acordo com o Protocolo de Assistência a Migrantes em situação de vulnerabilidade (OIM, 2018), a assistência social teria dois tipos de serviços:

- Os de “resposta imediata”: identificação e encaminhamentos, documentação, abrigo e acomodação, alimentação, saúde e bem-estar, educação e capacitação, emprego, meios de subsistência e geração de renda, e assistência legal (OIM, 2018, p. 24);
- Os de “resposta a longo prazo”, que operam sobre o retorno e reintegração do migrante ao seu país de origem, além de sua busca familiar e realocação (OIM, 2018, p. 30).

Estes serviços são recomendados em todo o território nacional. A OIM, para exemplificar modos de operacionalizar a assistência, recorreu às ações concretizadas pelo estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu. Vinculado à Secretaria de Assistência Social, conforme determina a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o atendimento a migrantes em situação de vulnerabilidade está distribuído em duas frentes, aqui resumidas:

**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA** – Esse tipo de proteção contempla serviços de prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são as unidades de execução dos serviços de Proteção Social Básica e estão distribuídos por áreas de abrangência (...) que são: Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Benefícios Assistenciais e Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família e Cadastro Único (OIM, 2018, p. 14).

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL** – Esse tipo de proteção corresponde a programas e projetos de atendimento assistencial destinados a famílias e a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil e descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violações de direitos, entre outras. Essas situações requerem acompanhamento individual e têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. A unidade dos atendimentos da Proteção Social Especial é o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) (...) Apesar de não serem

exclusivos aos migrantes, alguns serviços estão diretamente ligados ao atendimento a eles, como o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), o Centro Pop e as Casas de Passagem I e II. (...) Além dos serviços prestados por meio de seus mecanismos próprios, a Secretaria de Assistência Social, por meio de um termo de cooperação com o Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, fornece apoio à Casa do Migrante, que tem como objetivo atuar na regularização migratória para fins de trabalho (OIM, 2018, p.14-15).

Victor (2016, p. 46) declara que “combater as duas principais causas da crise humanitária – as grandes guerras civis e os desastres” – implicam um desafio “maior que a lacuna financeira”. Segundo Victor, as dificuldades provenientes da questão das crises humanitárias e seus gastos orçamentários em âmbito internacional não são superiores aos recursos produzidos pelo mundo, de cerca de um PIB anual de 78 trilhões de dólares e equivaleria a assumir que ninguém morreria ou viveria “sem dignidade por falta de dinheiro. Seria uma vitória para a Humanidade num momento em que ele é muito necessário” (VICTOR, 2016, p. 46).

As palavras de Victor (2016) fazem pensar que não apenas as grandes guerras (civis ou internacionais) geram emergências. As pequenas, no nível individual, também, já que estão interligadas a outras muitas crises pessoais que, quando vistas em conjunto, envolvem um número expoente de pessoas. Não é raro ver no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil verdadeiras guerras civis mascaradas de “confrontos”, atingindo mais comumente as camadas subalternas da população. E elas não são apenas engendradas pelo Estado ou por seus agentes, mas também envolvem humanos, provocando profundas cicatrizes físico-emocionais. A indiferença ao sofrimento dos seres humanos mais diretamente atingidos é um reflexo do quadro, numa constatação de que a expressão “crise humanitária” não se restringe às migrações internacionais, muito embora tenha acompanhado observações oriundas delas.

Betts, em sua palestra na plataforma do canal do YouTube<sup>17</sup> do TED, nomeada: *Nosso sistema de refúgio está falhando. E como nós podemos consertá-lo* (tradução nossa), diz:

Em teoria, os refugiados têm o direito de pedir asilo. Na prática, nossas políticas de imigração bloqueiam o caminho para a segurança. Em teoria, os refugiados têm direito a um caminho para a integração, ou voltar ao país de onde vieram. Mas, na prática, eles ficam presos em um limbo quase indefinido. Em teoria, os refugiados são uma responsabilidade global

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kLlfeGfINp8>>.

compartilhada. Na prática, a geografia significa que os países próximos do conflito levam a esmagadora maioria dos refugiados do mundo. O sistema não está quebrado porque as regras estão erradas. É que não os estamos aplicando adequadamente a um mundo em mudança, e é isso que precisamos reconsiderar” (BETTS, 2016).

Adotando a perspectiva de um refugiado, Betts questiona como o regime de refugiados realmente funcionaria, já que, no caso de uma crise, o sujeito migrante e sua família enfrentam uma “escolha quase impossível”, dentre as três seguintes destaca: “acampamento, miséria urbana e viagens perigosas”.

Primeiramente, o cientista político descreve o cenário que, “na prática e não na teoria”, está destinado ao migrante, como os acampamentos humanitários e áreas vizinhas:

No acampamento pode-se obter ajuda, mas há muito poucas perspectivas. Os acampamentos ficam em locais desolados e inóspitos, frequentemente marginalizados. Há atividade econômica restrita. A educação geralmente é de baixa qualidade. E em todo o mundo, cerca de 80% dos refugiados que estão em campos ficam por pelo menos cinco anos. É uma existência miserável

Como alternativa, pode ir para uma área urbana em um país vizinho. Essa é uma opção com também uma grande dificuldade. Os refugiados nessas áreas urbanas geralmente não têm o direito de trabalhar; permanecem sem ter acesso significativo à assistência. Por fim, então, quando o refugiado e sua família esgotaram suas economias básicas, eles ficam com muito pouco e provavelmente enfrentarão a miséria urbana.

Há uma terceira alternativa, e um número cada vez maior de pessoas estão tomando. Buscar alguma esperança para sua família arriscando suas vidas em uma jornada perigosa (BETTS, 2016, YouTube).

Engajado na luta ativista pela dignificação efetiva dos migrantes, Betts (2016) sugere quatro maneiras ideais que viriam a “transformar o paradigma de como pensamos sobre os refugiados”. Porque seu discurso é demasiado longo, serão aqui resumidas essas sugestões propostas, com a particularidade de que, segundo ele, “todas as quatro maneiras têm uma coisa em comum: são maneiras pelas quais aproveitamos as oportunidades da globalização, da mobilidade e dos mercados para atualizar a forma como pensamos sobre a questão dos refugiados” (ibidem).

O primeiro é a ideia de ambientes propícios, e começa com o reconhecimento básico de que os refugiados são seres humanos como todos os outros, mas se encontram em circunstâncias extraordinárias. Em vez de ver refugiados como dependente de assistência humanitária, precisamos fornecer-lhes oportunidades para o florescimento humano.

Roupas, cobertores, abrigo, comida são todos importantes na fase de emergência, mas também precisamos olhar além disso e fornecer oportunidades de conectividade, eletricidade, educação, o direito ao trabalho, acesso ao capital e à banca.

A **segunda ideia são as zonas econômicas**. Infelizmente, nem todo país anfitrião do mundo segue a abordagem. A maioria dos países anfitriões não abre suas economias aos refugiados do mesmo jeito.

A **terceira ideia é a correspondência de preferência entre estados e refugiados para levar aos tipos de resultados felizes (...)** O que raramente fazemos é perguntar aos refugiados o que eles querem, para onde querem ir, mas eu diria que podemos fazer isso e ainda deixar todos melhor.

A **quarta ideia é a dos vistos humanitários**. Grande parte da tragédia e do caos que vimos na Europa era totalmente evitável: a fim de buscar asilo na Europa, você tem que chegar espontaneamente embarcando nessas viagens perigosas que eu descrevi.

São jornadas completamente desnecessárias, e no ano passado, causaram a morte de mais de 3.000 pessoas nas fronteiras da Europa e no território europeu.

O Brasil adotou uma abordagem pioneira onde mais de 2.000 sírios conseguiram vistos humanitários. Ao entrar no Brasil e solicitar o *status* de refugiado na chegada, todo sírio recebe o estatuto de refugiado e é reconhecido como um refugiado genuíno.

**Concluindo**, realmente precisamos de uma nova visão, uma visão que amplia as opções dos refugiados mas reconhece que eles não precisam ser um fardo. Não há nada de inevitável no fato de os refugiados serem um custo. Sim, eles são uma responsabilidade humanitária, mas eles são seres humanos com habilidades, talentos, aspirações, com a capacidade de fazer contribuições - se permitirmos.

No novo mundo, a migração não irá embora (BETTS, 2016, YouTube).

Proteção à vida, saúde e bem-estar, capacitação ao trabalho, inserção em programas de moradia e de Bolsa Família são medidas previstas para adoção, donde é possível concluir que elas esbarram mecanismos políticos para serem definitivamente cumpridas. Como indica Betts (2016), o ideal seria disponibilizar bem mais do que as primeiras medidas assistencialistas para a sobrevivência; as oportunidades para “o florescimento humano” incluem ainda conectividade, eletricidade, educação, direito ao trabalho, acesso ao capital. Os limites cabem aos envolvidos de todos os níveis estabelecerem por meio de parcerias.

## 5.2 Campo de Refugiados 1º. de Maio”

### 5.2.1 Considerações iniciais

Com o fim de compor a relação entre as considerações teóricas aqui desenvolvidas e de destacar a parte final desta pesquisa, trago a história e a análise referente ao “Campo de Refugiados 1º. de Maio”.

Em 1º de maio de 2021, cerca de quinhentas famílias sem teto, sem emprego e sem renda, ocuparam um terreno da Petrobras de 725 hectares, no centro metropolitano do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na cidade de Itaguaí, localizado na Avenida Deputado Octávio Cabral, no bairro Ponte Preta. A área fora, a princípio, destinada à construção de um Polo Petroquímico que nunca foi concretizada.

A ocupação deu-se no Dia Internacional do Trabalhador e foi fruto das articulações políticas do grupo Movimento do Povo e, posteriormente, contou com o apoio da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e do MST (Movimento dos Sem Terra), por meio de recursos materiais básicos e de fornecimento de alimentos, dentre outras doações.

Deister (2021) informa que o terreno estava abandonado há vinte anos ou mais e **fora doado pela Prefeitura de Itaguaí** para a construção do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), que acabou sendo deslocado para o município de Itaboraí, perdendo, portanto, o seu objetivo primeiro. O Movimento do Povo informa que o local havia virado um espaço de descartes dos rejeitos das drenagens que a Prefeitura realizou nos valões da cidade, sem uma definição de utilidade coletiva (FACEBOOK)<sup>18</sup>.

A Petrobras acionou a justiça com o fim de pedir reintegração de posse, tendo atendida sua reivindicação. A desocupação foi comandada por agentes da Polícia Militar que usaram bombas de gás lacrimogêneo e um caminhão blindado com água para dispersar a multidão, composta também por inúmeras crianças, como partes integrantes das famílias ali provisoriamente assentadas. As barracas

---

<sup>18</sup> Com o nome de “Campo de Refugiados 1º. de Maio”, esta página foi atualizada até setembro de 2021, pelo Movimento do Povo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/campoderefugiados1demaio>>.

improvisadas foram destruídas, incluindo a destinada à escola (LIDERANÇA, 02/07/2021).

Visto como uma das lideranças e o porta-voz do "Campo de Refugiados 1º de Maio", Wellington Moreira da Silva, conhecido como Eric Vermelho, de 53 anos, foi "preso em flagrante sob acusação de esbulho possessório, desobediência, parcelamento indevido de solo urbano e associação criminosa", segundo informações da 50ª DP (Itaguaí) (CAETANO, 02/07/2021).

Durante a desocupação, A polícia forçou o portão e entrou, provocando tumultos. "Do lado de dentro, moradores montaram barricadas e atearam fogo para impedir a entrada dos agentes. Alguns lançaram objetos. Em reação, a polícia atirou bombas de efeito moral e disparou balas de borracha" (CAETANO, 02/07/2021).

Personagem da vida real e conhecido como "pai dos vikings", "Erik, o Vermelho" (Erik Thorvaldsson) nasceu na Noruega em torno de 950 d.C. Aos dez anos teve de mudar-se para a Islândia, quando seu pai foi julgado e banido por ter cometido homicídio. Também o filho teria o mesmo destino, ao matar um vizinho e seu parente, que havia matado todos os seus servos. Mais uma vez, foi banido com sua família para a ilha de Oxney, de onde foi novamente banido para a região da Groenlândia, e forçado a ficar lá por 3 anos, após novo homicídio (MEGACURIOSO.COM.BR, 2018).

A ilha ártica não era uma área fácil de habitar em uma época em que a comida não vinha embalada e não havia eletricidade, mas, ainda assim, o Viking deu um jeito de prosperar nesse território tão congelante, encontrando lugares propícios para a criação de gado.

Ele batizou o lugar de Groenlândia (que, em tradução literal, significa "terra verde") justamente para deixá-lo mais atrativo para novos moradores, e, assim que se livrou de seu banimento, voltou para a Islândia e convenceu 400 pessoas a irem para lá! Essa população chegou a 2,5 mil, número razoável naquele tempo (MEGACURIOSO.COM.BR, 2018).

Além de ter batizado o local, Erik Thorvaldsson o povoou, ato que o fez ficar consagrado como o primeiro grande desbravador de terras ou o "pai dos vikings".

A aproximação entre os dois personagens, o norueguês e o brasileiro, dá-se, justamente pelo viés do desejo de conquista de novas terras, em suas devidas proporções históricas. Ao comandar a invasão de um terreno privado contemporâneo, Wellington Moreira da Silva foi preso e teve de responder à justiça por seus atos.

Logo no início da ocupação, Eric, em longa entrevista para o veículo Youtube<sup>19</sup>, falava de seus planos para “Campo de Refugiados 1º. de Maio”. Seu depoimento é importante para a compreensão do modo como o novo território estava sendo articulado.

Em primeiro lugar, ele explica sobre a arrecadação de lonas e bambus para a montagem das barracas que servirão de abrigos. São, segundo as suas palavras, “obras emergenciais e precárias”. Alega que a polícia esteve lá, assim como uma representante do setor assistencial daquele município, mas que, enquanto o terreno abrigava gados e servia de espaço onde estava sendo construído um lixão, ninguém demonstrou interesse por ocupá-lo. “O que incomoda as autoridades é a presença do povo”, diz Eric e prossegue:

Nossa intenção aqui não é um modelo de reforma agrária; o que nós estamos fazendo aqui é um assentamento urbano, mas preservando área para se fazer um plantio, inclusive em sistema agroflorestal pela centropia, nas beiradas dos rios. São dois rios bem grandes e pretendemos colocar 30 ou 40 metros de hortas em variadas espécies. (...) Uma agroflorestal. (...) Ao invés de boi, haverá povo morando e o estabelecimento de uma cultura de além de morar, cuidar das hortas. (...) Preservar para toda a comunidade ao redor (Depoimento no Youtube)<sup>20</sup>.

O breve relato acima aponta uma tentativa organizada de assentamento urbano, com delimitações de espaços destinados ao aproveitamento coletivo, como reforçam os demais relatos a seguir.

Em reportagem publicada em 25/06/2021, “Acampamento com 4 mil famílias sem moradia reúne brasileiros e estrangeiros na Baixada Fluminense”, o Jornal Extra dá voz a membros de algumas famílias ali presentes, revelando histórias ao mesmo tempo próximas e bem diferentes:

O acampamento também abriga estrangeiros. A haitiana Guerda Bruuny, de 41 anos, veio para o Brasil há seis e sonha em conseguir uma casa na área. Ela tem uma barraca onde vende biscoitos e refrigerantes, mas diz que os produtos têm pouca saída.  
– Não vende nada. Meu marido e eu estamos desempregados. Só isso para ajudar, mas não vende.  
Famílias improvisam para cozinhar no acampamento.

---

<sup>19</sup> Disponível em:

<[https://www.youtube.com/results?search\\_query=entrevista+eric+vermelho+para+o+canal+intelig%C3%A0ncia](https://www.youtube.com/results?search_query=entrevista+eric+vermelho+para+o+canal+intelig%C3%A0ncia)>. <<https://www.youtube.com/watch?v=HBt3Niq3Lw8>>.

Ex-refugiada, a venezuelana Yeltiyx García, de 47 anos e que vive há cinco no Brasil, se emociona ao falar sobre o sonho de ter uma casa para reunir os familiares.

– Precisamos ter um lugar para ficar com a família. Quero ver meus filhos, poder reuni-los – conta.

Yeltiyx está no acampamento com duas filhas, quatro netos, o marido e o pai dos netos, todos desempregados. Ela diz que tem filhos espalhados por outros estados e anseia por esse reencontro.

A aposentada Aparecida dos Santos foi para o acampamento porque não consegue pagar aluguel.

Já a aposentada que morava de aluguel em Sepetiba, na Zona Oeste do Rio, Aparecida dos Santos, de 65 anos, ficou sabendo do acampamento por uma amiga que também está vivendo lá:

– Foi a necessidade que me trouxe para cá. Meu salário de aposentada não dá para pagar aluguel (ALEIXO [Entrevistas concedidas a], 25/06/2021).

Embora diferentes, as pessoas, inclusive de outras nacionalidades, possuem em comum o fato de viverem em condições de extrema precariedade social. Indo além, Madeira (07/06/2021) informa que “os acampados somam muitas mulheres, idosos, homossexuais e transgêneros, vivendo todos em barracas” e, portanto, passando por dificuldades, incluindo a falta de comida, “para desespero principalmente das mulheres, que ficaram sem ter o que dar aos filhos” (MADEIRA, 07/06/2021).

As políticas públicas vigentes preveem amparo a essas pessoas e a seus familiares. O próprio Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, no item 3.1 (Conceito e Base de Organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS) expressa as seguintes diretrizes quanto às famílias e aos seus direitos de territorialidade:

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. (...) O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social.

(...)

Vigilância Social: refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de

assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semirresidências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos (PNAS, 200, pp. 39-40).

A sucessão dos acontecimentos, com a retirada dos acampados do terreno, vai de encontro aos parâmetros contidos no PNAS, mas, ao mesmo tempo, está em consonância com a abrangência de legislações brasileiras que asseguram direitos iguais para as partes em litígio, ou seja, devido aos interesses políticos e econômicos acionados, ambas as possibilidades – expulsão das pessoas de uma propriedade privada sujeita a esbulho possessório ou manutenção do acampamento para o cidadão fazer valer o seu direito de moradia – eram passíveis de ter sua causa ganha na justiça, dependendo das circunstâncias.

No caso, porque os dois lados tinham direitos assegurados por lei, coube ao judiciário o papel de mediador, para definir de que forma o direito vai ser exercido pelas partes, sem esvaziar o direito de uma em detrimento do da outra. Assim, duas medidas foram adotadas: a reintegração da posse da terra pela Petrobras, por um lado, e o cadastramento das famílias pelo poder público, por outro, como forma de inscrevê-las em projetos sociais governamentais, como o “Minha casa, minha vida” ou o “Aluguel social”, por exemplo.

A rapidez com que a sentença foi lavrada a favor da empresa impõe algumas reflexões. Resolução ACNUR 45/149, de dezembro de 1990, chamou atenção para a ideia de que os refugiados não poderiam ter uma condição transitória. A autonegação como “Campo de Refugiados 1º. de Maio” tanto imprime um caráter político mais explícito ao movimento, como passa a impressão de que seu caráter transitório será revertido em favor da necessidade de acolhimento às pessoas em condição de vulnerabilidade. Eric, inclusive, falou sobre esse assunto ao explicar que a denominação de campo de refugiados é também porque os ocupantes estão fugindo da fome: “As pessoas não têm outra alternativa e se refugiar passa a ser a solução. Somos refugiados do genocídio da fome, da falta de moradia e de vacina” (MADEIRA, 07/06/2021).

Por ser um caso de difícil resolução, já que envolvia uma empresa estatal de grande porte e pessoas em condição de pobreza extrema, morando em barracas improvisadas, a justiça teve de contemplar ambos os lados, mas a verdade é que o

cadastro das famílias pouco ou nada adianta para romper com a cultura do genocídio.

Porque o Campo também fora ocupado por migrantes vindos de outros países, instaurou-se um impeditivo: os estrangeiros não possuem ainda o direito de pleitear moradia popular.

Casos como os do “Campo de Refugiados 1º. de Maio” ficam sob a salvaguarda do SUAS – Sistema Único da Assistência Social, uma vez que o órgão lida com os processos de desterritorialização das famílias gerada pelos movimentos migratórios.

A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos (PNAS, 2004, p. 36).

O SUAS foi desenvolvido visando a qualificar e a ampliar certos serviços de apoio ao brasileiro carente e ao migrante, bem como a programar estratégias de eficiência, seja em nível nacional, seja em nível micro, contextualizado, local e regional (PNAS, 2004). Na prática, contudo, seus estatutos podem deixar de ser cumpridos, com a violação dos direitos de crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, migrantes, em favorecimento de outros interesses políticos e econômicos.

Quando um processo de desterritorialização se impõe em meio ao caos habitacional e soluções fictícias são acionadas, Bauman (2017) alerta para o perigo de se legitimarem discursos políticos que prometem falsamente resolver graves e incontornáveis problemas, de modo a adiar soluções reais. Mas não para por aí: para o escritor polonês, existe uma ética da indiferença, uma humanidade que “finge não ver o que se passa a sua volta” (BAUMAN, 2017, p. 7) – comportamento dividido com aqueles que tratam certas “categorias”, como a dos migrantes e de certas identidades de gênero, por exemplo, como escórias ou lixos da humanidade. Bauman (2017) segue além e enxerga o problema como “um espectro que está assombrando as terras da democracia: o espectro dos opressores” (BAUMAN, 2017, p. 49). Mas, ao lado de suas constatações, ele também aponta “pistas”, aqui

corroboradas, quanto à libertação para os refugiados da terra: “A humanidade está em crise – e não existe outra saída para ela senão a solidariedade dos seres humanos” (BAUMAN, 2017, p. 24).

As palavras de Bauman sobre o perigo do “espectro dos opressores” incitam o relato sobre o porquê da escolha desse acampamento em particular, e não de outros já estabelecidos e com sua história devidamente registrada como acampamentos de refugiados tradicionalmente reconhecidos por órgãos intergovernamentais na literatura, cada qual com suas diferenças e suas demandas recursais diversas<sup>21</sup>.

A partir daqui cabe um parêntese:

Justo em uma etapa da pesquisa, após a qualificação e com as sugestões pertinentes recebidas pelas docentes da Banca, apareceu o cruzamento de rotas do destino com a oportunidade de acompanhar melhor, via Youtube (20/06/2021, às 14h), os debates fomentados pelos articuladores do movimento do “Campo de Refugiados 1º. de Maio” em prol da dignidade e da vitória sobre as interseccionalidades de vulnerabilidade, mesmo que, aparentemente, com poucas perspectivas de fecundar em frutos de equanimidade e de direção rumo ao terrestre.

O conteúdo do canal I.A.M. (Inteligência Acima da Mídia), criado no Paraná, em 2008, por Edmilson Magrão, procura preencher o vazio deixado pela grande mídia e promover um debate equilibrado sobre o que está acontecendo. Nas mídias sociais, o coletivo, ao atuar contra a grande mídia, tenta construir uma nova narrativa sobre os acontecimentos que permeiam a sociedade brasileira. O I.A.M, dessa maneira, visa a ser uma alternativa viável à transmissão de informações inerentes à situação graves agudas e crônicas no País.

Durante a *live*, enquanto os mediadores (Professora Gloria Ramos e o jornalista Miguel do Rosário) discursavam, expondo as características do campo e introduzindo um dos líderes do movimento (Eric), o vídeo aéreo apresentado era impressionante, com suas lentes voltadas à grande quantidade de barracas em condições precárias, quiçá sub-humanas. Uma das câmeras, em particular, chamava a atenção por conta de sua narrativa visual em 1ª. pessoa: o caminhar no campo dos refugiados pelos olhos de um dos representantes, uma única visão que me

---

<sup>21</sup> No site disponibilizado pela ONU (2016) – <https://storymaps.esri.com/stories/2016/refugee-camps/> – é possível ter acesso aos acampamentos reconhecidos de refugiados espalhados pelo globo, com as devidas informações correspondentes.

permitia imaginar como seria estar no campo de pesquisa, ao vivo, e sentir, através das percepções, qual o nível de diferenças, desigualdades e desconexões que poderiam advir da experiência *in loco*.

Ao lado das imagens de muitos dos migrantes presentes na *live*, houve o debate de alguns representantes políticos e da sociedade civil: o deputado Carlos Veras, do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco, o advogado Luís Cláudio, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Nova Iguaçu, a editora Rosa Sarkis, o cineasta Silvio Tendler e o diretor da CUTRJ, Sandro César.

Dentre as cenas entre o trajeto feito pelas barracas e coqueirais, algumas cenas tomaram corpo:

1. Crianças brincam descalças
2. Cozinha comunitária, com mães e crianças em meio a péssimas condições sanitárias;
3. Homem cortando lenha;
4. Homens construindo uma nova estrutura;
5. Bebê de colo, dormindo nos braços da mãe, na sombra de uma das barracas;
6. Criança soltando pipa;
7. Moça varrendo a escolinha;
8. Mulher da resistência, de nome Ana Paula, ex-moradora do bairro de Paciência discursa sobre as dificuldades vividas;
9. Área de banheiro químico, colada nas casas e perto da cozinha;
10. Idosa indo buscar água passando com dois baldes;
11. Pequena venda, indicando comércio que prospera;
12. Menina sorridente feliz, dando *high five* para o câmera;
13. Poço de água artesanal insalubre;
14. Fogão de barro feito no chão;
15. Terra sendo arada para plantio da agrofloresta.

A proposta de Eric Vermelho, o “viking tupiniquim de um quilombo moderno como refúgio verdadeiro”, não prosperou, pois, os acampados sofreram um processo de desterritorialização.

Ressalto que o acampamento ficava em local isolado, destinado à pastagem e sem nenhuma atividade econômica e comercial à volta por mais de duas décadas.

Alguns importantes comentários foram feitos por Eric durante a *live*: “Construímos uma comunidade que veio através da colaboração, através da abertura da própria consciência e da percepção generosa da solidariedade, possibilitando-nos construir a resistência”.

Sobre as dificuldades enfrentadas, Eric declarou ter pedido um gerador para acesso à energia elétrica, porque a polícia corta a luz, e acesso à água potável, pois ainda é usado poço artesanal, sendo a polícia responsável por impedir o carro pipa de usar o direito de ir e vir ao passar pela região.

Sobre os acampados, Eric diz que a maioria é formada por mulheres desempregadas, mães solteiras e mulheres em medida sócioprotetiva, gerando uma experiência nova quanto à convivência de uma comunidade alternativa, sem violência. “Então esse local aqui é feito a partir dos coletivos, do voluntariado, da auto-organização. Ela pode ser uma grande experiência, uma grande prova de que o próprio povo pode mostrar o seu caminho”.

Eric prossegue, falando da necessidade de as pessoas colaborarem de posse da oportunidade para que o povo seja um tanto mais feliz. Além disso, faz um alerta para interseccionalidades:

Os homofóbicos aqui são os principais enrustidos. Quem tá no armário aqui é a própria homofobia, porque nós temos um coletivo de trans e todas elas participam da organização do Acampamento ou na coleta ou na parte da cultura ou na parte da cozinha ou na parte de dividir as roupas dos objetos reais, cobertas que chegam de doação branca (ERIC, YOUTUBE, 2021<sup>22</sup>).

Introduzir este relato do diário de campo virtual é uma tarefa árdua; contudo, a experiência também passou pela gestão das ações por mim empreendidas e do tempo dedicado às etapas realizadas pela internet – constante rastreamento de todas as matérias jornalísticas relacionadas ao tema, monitoramento da evolução do Campo, análise das atividades desenvolvidas. Em um mês foram anotadas as seguintes observações:

Aumento do contingente de pessoas. A coleta de lixo era feita de modo seletivo, de acordo com sua qualidade e com o reaproveitamento do material descartado. Tratamento do terreno com base em sistemas agroflorestais que permitem mudanças significativas na forma de uso da terra, com a utilização de

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eWMfcpkblHgw>>.

sistemas produtivos sustentáveis de permacultura e bioconstrução na região. No início do projeto agroflorestal, não consegui saber se houve algo que chegou a brotar dali. Geração de emprego em uma fábrica de processamento do aipim, por meio da economia solidária e da organização popular. Escolinha de alfabetização em andamento. Ensino de dança, capoeira e Muay Thai.

Cabe desenvolver certa consciência pela forma da administração do biopoder sobre o território. Esses migrantes sofridos não poderiam ter maiores chances de sobrevivência, caso possuíssem suporte de suas vulnerabilidades por parte dos âmbitos intergovernamentais, federais, estaduais, municipais ou regionais. A execução da truculência judicial, sob formato policial, desabrigoando mais uma vez aqueles migrantes seria, de fato, a fórmula correta, humanizada, de lidar com esses aspectos mundanos de condição humana?

A ocupação, que foi autoorganizada em conjunto com o Movimento do Povo e com o apoio da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), diretório local do Partido dos Trabalhadores (PT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Central Única das Favelas (Cufa), entre outras organizações sociais e movimentos sindicais, não foi suficiente para manter viva ou digna a forma como se acolheu esses migrantes, na seara dos acampamentos de refugiados.

Enviaram-nos para uma escola pública, com poucos recursos para um conforto mínimo, fizeram todo o movimento de acordo com os trâmites judiciais dos superiores tribunais, passando por cima dos pressupostos do SUAS/PNAS e, ainda assim, foram ali jogados, sem a menos garantia de uma noção de bem-estar mínimo de dignidade humana.

Cabe questionar a hermenêutica utilizada pelos juristas ao debruçarem-se sob o caso. Pode-se argumentar sobre o debate eterno em torno dos aspectos constitucionais do País, que tratam do direito de propriedade e de sua limitação pela função social. Assim é que o terreno da estatal petroleira, deixado ao relento por mais de duas décadas, seria factível por demais como ponto de partida para outros aspectos que tendessem para o lado do favorecimento aos mais vulneráveis, em estado de risco.

### 5.2.2 Diferente, desigual e desconectado

Após conceituar cultura como aquela que abarca “o conjunto dos processos sociais de significação ou, de modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”, Canclini (2009, p. 41) esclarece que a dificuldade de estratificar significações deriva do fato de que a cultura “se produz, circula e se consome na história social”, apontando a peculiaridade de não aparecer “sempre da mesma maneira”. Essa ideia de Canclini subjaz em sua obra *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade* (2009), onde, a partir de suas investigações interdisciplinares (antropologia, sociologia, comunicação), contribui com reflexões acerca das possibilidades de minimizarem-se as desigualdades e produzirem-se recursos alternativos para a inclusão social e a vivência real de uma cidadania plena.

No seu Capítulo 2, de mesmo nome do livro, começa por discutir o fato de que as ciências sociais se acostumaram a dividir esses três objetos de estudo (*diferença, desigualdade e desconexão*); assim, questões imperialistas, comunicacionais, entre outras, eram tomadas em separado por diferentes áreas. Sua proposta é outra:

Naturalmente, não pretendo encontrar um observatório objetivo, mas achar pontos de interseção nos quais os cruzamentos de perspectivas controlem as refrações de cada posição. Por isso, partirei de duas reuniões internacionais em que interagiram variados modos de conceber o que é a diferença indígena na América Latina (CANCLINI, 2009, p. 56).

Após esse esclarecimento, o autor narra sua experiência com povos indígenas que participaram do colóquio *América Profunda*, ocorrido na Cidade do México (2003), quando líderes indígenas de 15 países se reuniram. Em suas tentativas de buscarem características em comum ou “um termo unificador”, devido às inúmeras diferenças, Canclini (2009, p. 57) levanta as seguintes perguntas: “Mas o que é mais decisivo: a desigualdade social ou as diferenças culturais? Definirem-se pelos referentes aos quais se opõem ou pelos ‘âmbitos de comunhão’?”

Diante do impasse, o autor conclui que há uma desigualdade manifestada em duas vertentes: a socioeconômica e a das práticas culturais, ambas herdadas

por “processos históricos de configuração social” (ibidem), mas sempre suscetíveis de mudarem em processos futuros, mesmo que tendam a ser absolutizáveis.

Para Canclini (2009, p. 58-59), não se pode “subtrair a importância das transformações produzidas pela colonização e pela modernização, assim como dos processos hibridizadores por interação com outras culturas, como ocorrem nas migrações...” Sobre esse exemplo, ele (2009, p. 60) enfatiza o quanto a inserção em sistemas nacionais e transnacionais de trocas promove a correção da desigualdade social e o quanto a falta de coincidência entre o pensamento indianista e suas práticas efetivas acabam por se tornarem ineficazes como ponto de partida, o que o levou a se concentrar nas demandas étnico-políticas, no reconhecimento das diversidades e no desejo de esses povos viverem em condições menos desiguais.

Diante de todas essas reflexões sobre os povos indígenas, Canclini, mais adiante, aborda um ponto muito caro a esta pesquisa:

Os indígenas não são diferentes apenas pela sua condição étnica, mas também porque a reestruturação neoliberal dos mercados agrava sua desigualdade e exclusão. Sabemos em quantos casos sua discriminação étnica adota formas comuns a outras condições de vulnerabilidade: são desempregados, pobres, migrantes, sem documentos, *homeless*, desconectados. Para milhões, o problema não é manter ‘campos sociais alternativos’, mas ser incluídos, chegar a se conectarem, sem que isso atropela sua diferença nem os condene à desigualdade. Em suma, ser cidadãos em sentido intercultural (CANCLINI, 2009, p. 66).

Algumas constatações são imprescindíveis:

O agravamento da desigualdade e da exclusão dá-se, na base, pela existência de um mercado estruturado em políticas neoliberais cujas diretrizes conduzem ao aumento da produtividade em detrimento dos direitos dos trabalhadores e a não intervenção de um Estado regulador. Dessa forma, pessoas “sem qualificações produtivas” ficam automaticamente alijadas da cadeia produtiva do trabalho, por não gerarem lucros ou riquezas. Mas como ser incluído no sistema societário e passar a ser conectado, sem que tais exigências sejam cumpridas a ponto de agravarem-se as desigualdades? Para isso, as políticas públicas que lidam com as diferenças precisam voltar-se aos direitos dos cidadãos “menos qualificados para o mercado”, pois, em essência, serão elas que produzirão instrumentos de garantia da vida e da dignidade. Mas, com isso, outras demandas são impostas nesse processo. Canclini (2009, p. 68) revela que muitos dos representantes indígenas se voltam para a modernização, não só enfrentando algumas de suas

injustiças como também afirmando suas diferenças e, sobretudo, apropriando-se de bens modernos e reutilizando-os com o fim de reduzir desigualdades.

Contudo, mudanças como estas só serão possíveis em conjunto, seja na comunidade de origem, seja em espaço bem mais amplo.

No caso do “Campo de Refugiados 1º. de Maio”, pode-se dizer que seu contingente foi duramente afetado pela multidimensionalidade de seu caráter diferente, desigual e desconectado: escala bem menor de número de pessoas; falta de acesso à ajuda humanitária pela ONU; a mistura entre locais/globais; o fato de terem sido novamente desterritorializados, sendo deslocados de maneira violenta e enviados a um CIEP não apto para o comportamento de tantas pessoas; falta de acesso à água potável, energia e outros bens de consumo essenciais; vulnerabilidade política de seus direitos humanos pelo crivo de refugiados da ONU; vulnerabilidade por fazer parte da estratificação social mais baixa da população do próprio país; finalmente, mas não menos importante, a questão da pandemia que afetou toda a dinâmica relacional entre as pessoas – todos os itens listados remetem a meios de promover-se uma clara desqualificação da produção subalterna.

Por outro lado, a organização do Campo exemplifica um movimento em busca de outro modo de organização social, embora se tenha mostrado mais de ordem simbólica, já que efêmera, com curta duração – de 1º. de maio a 1º. de julho de 2021. Essa temporalidade com dias e horas marcados tem-se mostrado, cada vez mais, como pertencente a um mundo onde, ao que tudo indica, as mudanças, além de inevitáveis, tornar-se-ão ainda mais relativas às aparências.

A relativa unificação globalizada dos mercados não se sente perturbada pela existência de diferentes e desiguais: uma prova é o enfraquecimento desses termos e sua substituição por estes outros, *inclusão ou exclusão*. (...) A sociedade, antes concebida em termos de estratos e níveis, ou distinguindo-se segundo identidades étnicas ou nacionais, agora é pensada com a metáfora da rede. Os incluídos são os que estão conectados; os outros são os excluídos, os que veem rompidos seus vínculos ao ficar sem trabalho, sem casa, se conexão. (...) No ‘mundo de conexões’ para diluir-se a condição de explorado, que antes se definia no âmbito do trabalho. (...) Agora, o mundo apresenta-se dividido entre os que têm domicílio fixo, documento de identidade, cartão de crédito, acesso à informação e dinheiro e, por outro lado, os que carecem de tais conexões (CANCLINI, 2009, p. 92).

Se for feito um contraponto entre o campo dos refugiados venezuelanos, em Pacaraima e Boa Vista-Roraima, e o de Itaguaí-RJ, serão visíveis as diferenças.

O primeiro, existente desde 2015, possui o aval do Governo Federal, com administração das Forças Armadas e da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Conta com o suporte direto do Exército Brasileiro que montou, inclusive, as barracas para o acolhimento das famílias e dos indivíduos. Além do ACNUR, a Unicef também se faz presente, com trabalho direcionado às crianças.

O segundo, com barracas montadas de sacos doados de lixo, ficou destinado às aplicações da lei e às diretrizes do Município, levando-os, mais uma vez, ao assentamento em um não lugar, caracterizado por ser um espaço de passagem.

Estudioso das relações entre o poder e o conhecimento como forças não excludentes e que atuam em conjunto, Michael Foucault enfatizava o uso de ambos como forma de controle social cujos instrumentos são as próprias instituições sociais. “Exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações, as utiliza [...]. Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 2006, p. 172).

A teoria de Canclini (2009) ajuda a entender o tipo de formação do “Campo de Refugiados 1º. de Maio” e a afirmá-la como única no planeta: a união de deslocados internos nacionais com migrantes internacionais de diversas nacionalidades, dentre elas a dos angolanos, chilenos, haitianos nigerianos, portugueses e venezuelanos. Pode-se afirmar que essa união entre o local e o global deu-se ainda que sem nenhum apoio do governo regional ou de órgão internacionais, tendo apenas como suporte alguns movimentos sociais nacionais. Dessa conjunção advém a dupla identidade de sua formação diferente, desigual e desconectada.

Outro ponto levantado por Canclini (2009, p. 92) é sobre a divisão entre “os que têm domicílio fixo, documento de identidade, cartão de crédito, acesso à informação e dinheiro” e “os que carecem de tais conexões” não apenas remete ao racismo e à intolerância, como também a um futuro com um contingente incalculável de desterritorializados em busca de um terrestre comum, sem fronteiras físicas e, com certeza, sem barreiras de espécie alguma, incluindo preconceitos, intolerâncias e desconexões.

Melhor ainda: um território onde todos terão seu lugar de fala, como apregoa Djamilia Ribeiro:

Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar? (...) E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays, podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço e legitimidade? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que ela fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes? (RIBEIRO, 2019, p. 77).

Se hoje o lugar de colonização restringe a ação dos subalternos, ao considerá-los incapazes de preencher as perspectivas de mercado, certamente as soluções futuras poderiam parecer um tanto desanimadoras se não fosse a marca de todos os seres: a condição humana que os impele irremediavelmente à expressão ou, em outras palavras, ao Verbo.

O “Campo de Refugiados 1º. de Maio” caracterizou-se por ser um aglomerado de pessoas oriundas de países e de estados brasileiros diferentes, cujas vidas também se encontravam em risco. Como observa Silva e Silva (2020), “ejetadas da natureza-universal da Modernidade e aterradas na natureza-processo do Terrestre, as novas classes sociais encontram sua composição na combinação particular de terrestres (...) que lhes possibilita a sobrevivência”. A luta daqueles acampados conservou-se somente por breve período, muito porque a capacidade de a Modernidade absorver formas individuais de sobrevivência, com combinação de “humanos, coisas, bichos, moinhos, bactérias, rios, fábricas, montanhas”, vem antecipada por uma “repolitização do pertencimento a um solo tentando manter-se totalmente no oposto dos velhos movimentos supremacistas” (SILVA E SILVA, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cenas 01 (Figura 11), 02 (Figura 12) e 03 (Figura 13):

Figura 11: A Grécia abriu um novo campo de detenção para migrantes, na ilha de Samos, perto da Turquia



Foto: Reuters.

Figura 12: Acampamento de retenção dos EUA em Cuba, a chamada prisão de Guantánamo.

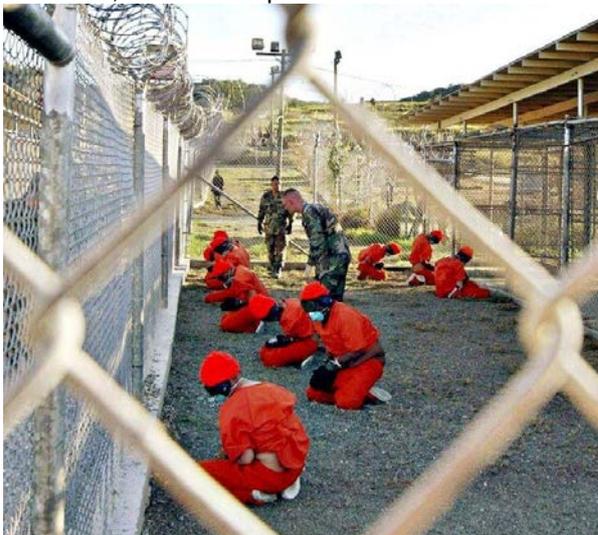


Foto: REUTERS. Gazeta do Povo, 30/01/2021.

Figura 13: Protesto de migrantes presos pelas autoridades australianas, na ilha Manus, em Nova Guiné, Pacífico.



Foto: Ashley Gilbertson, para The New York Times, 06/10/2021.

Cenas 04 (Figura 14) e 05 (Figura 15):

Figura 14: Barracas montadas pela empresa sueca Ikea, fotovoltaicas ao custo de 10 mil dólares cada uma, em Roraima.

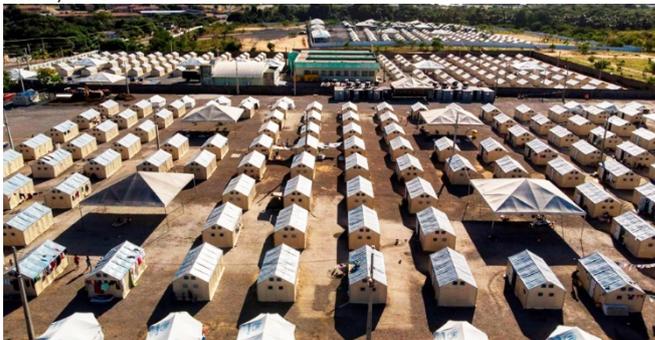


Foto: Fundação Banco do Brasil.  
<https://www.fbb.org.br/en/ra/tag/Opera%C3%A7%C3%A3o%20Acolhida>

Figura 15: Barracas feitas com sacos doados de lixo no acampamento de Itaguai.



Foto: Eric Vermelho e Leandro de Jesuítas.  
 Central Única dos Trabalhadores,  
 21/03/2021.

Cenas 06 (Figura 16) e 07 (Figura 17):

Figura 16: Crianças venezuelanas jogam bola no abrigo em Boa Vista.



Foto: Guto Moreto. Agência O Globo, 0/06/2018.

Figura 17: Truculência na esterritorialização.



Foto: Eric Vermelho e Leandro de Jesuítas.  
 Central Única dos Trabalhadores,  
 21/03/2021.

“O fazer viver ou deixar morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 215) tem nome e sobrenome: Política Pública Global e Local. Qualquer que seja o país para onde vá, o migrante depende do poder biopolítico que governa aquele território e imprime a ele o sentido de Nação.

Pensar e escrever esta pesquisa foi tarefa de muitas frentes. Ao dar início às leituras teóricas, não imaginei que a união dos temas migração, cultura e vulnerabilidade viria a desdobrar-se em muitos outros vieses igualmente interligados. Cada um dos três termos comportava a sua própria bagagem de conceitos, sendo a maioria dependente do processamento da análise.

Foram, portanto, levantados mecanismos que se influenciam nas experiências das trajetórias – crises internas, guerras, condições climáticas, relações internacionais, por exemplo – vivenciadas *ad eternum* na história da humanidade.

Alguns autores apontaram caminhos possíveis que, em geral são de longo prazo, pois que exigem agendas comuns e, sobretudo, mudanças de mentalidade, ou seja, a trajetória sentenciada pode ser diferente, considerando eu um dia os humanos vão desTERRAtorializar. Existem, paralelamente, meios de melhorarem-se as formas de acolhimento e de fluxo positivo quanto às situações operadas pela geopolítica global/local, já que, embora implique um tempo longo, a construção de um diálogo pode fundir-se num consenso; afinal, por mais diferente, desigual e desconectado que seja, o homem sempre carreará consigo a condição humana de finitude e de instinto de sobrevivência que o impele a buscar sempre melhores condições de vida.

Quando se trata da pessoa migrante, percebesse claramente que as fronteiras foram demarcadas muito além dos limites terrestres do Estado-nação, adentrando a esfera de identificação que separa, hierarquiza e segrega. No contato com o Outro, com a diferença, as supremacias se utilizam do jogo político internacional e das relações cotidianas para justificarem atos de exclusão injustificáveis.

Caracterizada por seu processo multidimensional, a migração passou a ser tema nos campos da cultura, da filosofia, política e da economia, com defensores e questionadores de ambos os lados: a favor e contra. Desde as primeiras décadas do século XXI, ganhou os debates internacionais pelos inúmeros desafios oriundos das grandes demandas de cidadãos do oriente, em guerra.

Os mecanismos de mercado não conseguiram absorver as novas mãos-de-obra que se apresentavam, ao optarem por manterem as vantagens dos países ricos; com isso, as desigualdades ampliaram-se no mundo, e o sentimento de vulnerabilidade reproduziu-se em escala geométrica, provocando ainda maior deterioração das condições de vida.

Olhar para as seis figuras aqui destacadas equivale a presenciar as desigualdades com que são tratados os seres humanos.

As cenas 01, 02 e 03 confirmam que o biopoder é exercido também pelos países de “primeiro mundo”, independentemente dos recursos econômicos que poderiam ser destinados à promoção dos mais vulneráveis. Tanto os Estados Unidos, que prendem supostos (não julgados) terroristas em Cuba, quanto a Austrália, que isolam em uma ilha os migrantes a quem consideram “sem valor”, como se fossem pessoas desqualificadas para a vida, deixam prevalecer o “deixar morrer” ou, pode-se dizer, “escondem para debaixo do tapete” pessoas que, em suas visões, incomodam o *status quo* a que estão habituados.

O contraste das cenas 04 e 06 com as 05 e 07 reflete diferença, desigualdade e desconexão entre os refugiados de Roraima e os acampados do “Campo de Refugiados 1º. de Maio”.

Se o assentamento é portador da chancela do Estado, como acontece no estado de Roraima (cenas 04 e 06), ele passa a ser um abrigo de acolhimento onde as pessoas são atendidas em sua dignidade. Tanto em Boa Vista quanto em Pacaraima há uma parceria formada – Exército brasileiro, SENAC, ACNUR, UNICEF – que trabalha em prol dos migrantes venezuelanos. Se abandonados pelo poder público e por órgão de reconhecimento, como a ONU, os deslocados (cenas 05 e 07) são rapidamente desterritorializados e abandonados à deriva. No caso de Itaguaí, após a reintegração de posse do terreno, as pessoas foram deslocadas para um não lugar (Ciep), porque provisório, de onde também foram retiradas logo depois, após os atos de violência policial e de queima total de pertences.

Por outro lado, quanto mais coeso for um grupo social, maior será a possibilidade de derrubarem-se as barreiras do preconceito entre culturas para deixar sobressaírem-se as práticas bem mais solidárias de interculturalidade, como num jogo de bola, “pelada”, entre jovens venezuelanos (cena 06).

Os esforços de reversão quanto às trajetórias sentenciadas dos migrantes já estão em processo em algumas localidades. Nesse sentido, a interculturalidade apresenta-se como um dos instrumentos capazes de remodelar as dinâmicas locais e de diluir os marcadores de vulnerabilidade.

Como finalizar esta pesquisa qualitativa de revisão de literatura narrativa sem voltar à pergunta que motivou meus passos iniciais rumo à jornada acadêmica aqui empreendida? Sua significação essencial remete a que “passaporte da vida”

seria preciso para o acesso ilimitado, universal e verdadeiro aos itinerários do vislumbrante e ameaçado planeta Terra. Qual seria a futura rota geopolítica de cooperação em massa necessária?

Descobri, durante as leituras de composição do texto, o depoimento de Karoli Hindriks<sup>23</sup> ao Youtube, quanto ao seu propósito de “tornar a imigração inteligente”. Para ela, é imperioso que se façam mudanças urgentes para que isso aconteça:

Cresci na Estónia sob a ocupação soviética, num país fechado por detrás do espesso muro da “cortina de ferro”. Nessa época, em que tudo, incluindo o pão, as meias e a roupa interior, era um luxo, eu não sonhava com o mundo aberto. Porque há muros tão grossos e fronteiras tão fechadas que até os sonhos e ideias não podem viajar. Mas, por ter vivido naquele nível de escuridão, comecei a pensar porque é que as fronteiras e o movimento entre países estavam feitos daquela maneira.

Segundo o Fórum Económico Mundial, o capital humano é a força motora do crescimento económico. Então, por que é que as barreiras para a mobilidade global são tão altas? Por que é que o processo é tão lento, tão terrível e tão assustador, tão tenebroso? (...)

Foi a ideia de que o movimento das pessoas entre fronteiras não devia ser tão difícil que despertou a minha inspiração para um futuro sem fricções, uma mobilidade sem fronteiras para todos, independentemente do local onde nasceram. Estamos a criar uma identidade digital universal para movimentos entre fronteiras. Uma identidade em que as pessoas possuem os seus dados e podem deslocar-se sem problemas para onde quiserem ir com o mínimo de incómodo. Uma identidade digital que permita aos indivíduos, dos profissionais altamente qualificados aos refugiados que procuram segurança, iniciar, acompanhar e obter a aprovação do seu processo de imigração sem ter de imprimir uma única folha de papel. Não estamos sozinhos nisto. Empresas e países de todo o mundo começaram a impulsionar tecnologia a fim de facilitar a complexidade da imigração. Ao fazer isso, estamos a expandir oportunidades através das fronteiras e, desse modo, a ajudar a criar um mundo mais rico. (...)

Mas sabem que mais? O problema começa com aquilo a que chamamos passaporte que apareceu como um documento de viagem exigido globalmente durante a I Guerra Mundial, um pouco depois de Henry Ford ter apresentado o primeiro automóvel acessível. (...). O passaporte moderno foi concebido por uma organização ocidental, depois da I Guerra Mundial. Tornou-se num objeto de liberdade para os privilegiados na sua maioria dos países ocidentais, mas um pesadelo para os outros. A ironia é que, atualmente, o passaporte já nem sequer ajuda essas economias ocidentais, porque, quando no passado, um bom passaporte podia indicar uma pessoa proveniente dum país ocidental, com um bom sistema educativo e, portanto, com aptidões úteis, em 2020, o Fórum Económico Mundial relatou que os três países de onde eram provenientes os migrantes com mais alto grau de escolaridade eram a Índia, a China e as Filipinas os quais, segundo o Índice Henley de Passaporte, de 2021, figuravam entre os passaportes com menos vistos do mundo, ficando, respetivamente, em 85.º lugar, 70.º e 77.º lugares entre 110 (HINDRIKS, 2021, YouTube).

---

<sup>23</sup> Youtube, julho de 2021. Plataforma do TEDMonterey. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/karoli\\_hindriks\\_why\\_the\\_passport\\_needs\\_an\\_upgrade?language=pt](https://www.ted.com/talks/karoli_hindriks_why_the_passport_needs_an_upgrade?language=pt)>.

Após essa exposição inicial, Hindriks (2021) conta o caso de uma mulher do Iémen divorciada, de nome Ibtehal, cuja empresa na Malásia queria transferi-la, com sua família (dois filhos, sendo a menina Tamara de 8 anos e o irmão mais novo, Kenan, de 6 anos) para seu escritório na Europa. Embora Ibtehal tenha obtido o visto em seu passaporte, seus filhos só o receberiam em um prazo mínimo de três meses, obrigando-a a viajar 10.000 km sozinha na ida e mais 10.000 km na volta, com as duas crianças. “Histórias destas não são a exceção. É uma reflexão muito rigorosa das experiências de imigração atuais e é exatamente o tipo do terrível problema que eu quero resolver” – diz Hindriks (2021).

Além do alerta do tratamento desumano que se dá ao migrante, a estoniana decifra como se deu o crescimento econômico de seu país: a inovação tecnológica.

Um dos segredos do êxito da Estônia na digitalização foi centrar-se em criar uma plataforma chamada X-Road, a espinha dorsal da Estônia digital. O segredo aqui foi identidade digital para cada indivíduo que permite que as bases de dados públicos e privados se possam interligar e funcionar na perfeição. Os estonianos podem fazer tudo “online”, exceto casar-se ou divorciar-se. Tudo, de pagar impostos a votar em eleições é feito “online” com segurança e leva o mesmo tempo que verificar a conta do Instagram. A digitalização poupa à Estônia um monte de papel tão alto como a Torre Eiffel, todos os meses. Por cima disso, segundo Siim Sikkut, o chefe do serviço de informações da Estônia, só a assinatura digital permite ao Estado poupar 2% do seu PIB, todos os anos. 2% do PIB correspondem a 1,7 bilhões de dólares. Com esse dinheiro, podíamos resolver a fome mundial não apenas uma vez, mas 56 vezes por ano. É muito dinheiro a ser desperdiçado porque os setores públicos não se adaptam às tecnologias existentes (HINDRIKS, 2021, YouTube).

Os números exibidos por Hindriks (2021) não deixam dúvida sobre a possibilidade de se fazer diferente. Com base nesses dados de economia, ela apresenta sua proposta de documento: uma segura e eficiente identificação digital universal, após o cadastro “só uma vez” de todos os utilizadores (passaporte, certificados de casamento e de escolaridade etc.).

O utilizador só precisa de introduzir os dados uma vez que depois ficam guardados para uso futuro. (...) Se pudermos ligar essa mesma identidade digital a sistemas governamentais a nível mundial, o nosso sistema pode funcionar como passaporte digital e, com o clique de um botão, criamos os pedidos de imigração, apresentados e acompanhados digitalmente. Imaginem nunca mais terem de preencher quaisquer impressos de imigração. Para que isso aconteça, precisamos que os sistemas de imigração facilitem uma simples integração, que nos permitam promover aplicações.

Hindriks (2021) lembra as “toneladas de papel” que seriam poupadas, além da redução drástica do trabalho burocrático envolvido ao relatar sua experiência alemã.

No ano passado, depois de uma pequena conferência digital com as autoridades da imigração em Berlim, a minha equipe conseguiu reduzir um processo de 90 dias a 2 dias. Pensem no que uma pessoa pode fazer em 88 dias. O vosso passaporte descreve-vos como residentes do vosso país. Nós dizemos que somos cidadãos do mundo. Um passaporte digital universal, um passaporte que ultrapasse fronteiras, levar-nos-á a um mundo em que atravessar fronteiras não seja uma perda de tempo nem desperdício de recursos. Pensem nesses 88 dias e como vida de verdade os podia preencher (YOUTUBE, 2022).

Integrante com a Letônia e a Lituânia dos Países Bálticos, a Estônia abre os olhos para o novo por colocar em prática um dos inúmeros caminhos que levam a inteligência humana a desbravar possibilidades de se unir em torno de soluções simples e promotoras de progresso social para todos.

Sobre o futuro climático e a cooperação em massa, os fenômenos provavelmente envolverão muitos embates em níveis socioculturais, econômicos e de inter/intranacionalidades e o investimento contínuo de esforços mais amplos de construção social. A cooperação em massa, objetivando um terrestre comum, ainda está por ser construída, levando-se em conta que as relações são estabelecidas, em geral, por meio de grupos menores. Mesmo com a internet facilitando a interação entre distantes, o mundo continua a apresentar-se como fragmentado.

Nesta conclusão, cabe ainda voltar ao neologismo aqui criado: a desTerritorialização. O termo apareceu quando eu quis unir o terrestre, de Harari, a condição humana, de Arendt, e o rumo a um novo terrestre, de Latour -- os principais eixos de minha pesquisa, pois que reverberam diretamente no entendimento das condições das pessoas migrantes. Todo o trabalho aqui empreendido não se liga à migração propriamente dita, mas às pessoas que se sujeitam ou estão sujeitas a ela. As pessoas, desde o início, foram meu principal objeto de análise.

Tomando-se em conta que História da Humanidade é feita de ciclos que se alternam, certamente a Terra passará pelo declínio/novo crescimento do sistema de estados, pelo encolhimento/prosperidade econômico-social, pelo alargamento/fechamento de fronteiras e, ao que tudo parece, por uma geografia menor e incapaz de ser duplicada, acarretando grande expropriação dos territórios. E essa perda da

propriedade privada é uma das motivações para o homem saia à procura de outros planetas onde habitar.

Concluindo, um pequeno “parágrafo-poema”, de Arendt, por elevar o homem a uma realidade acima da materialidade do cotidiano, o qual ele terá de transcender, para fazer jus ao progresso de um mundo mais equânime.

As condições da existência humana – a própria vida, a natalidade e a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e o planeta Terra – jamais podem ‘explicar’ o que somos ou responder a perguntas sobre o que somos, pela simples razão de que jamais nos condicionam de modo absoluto (ARENDR, 2000, p. 10).

## REFERÊNCIAS:

ABREU, Capistrano de. Capitánias hereditárias. In: *Capítulos da história colonial* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 32-39. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/kp484/pdf/abreu-9788579820717-05.pdf>>. Acesso em: abr/2021.

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. [2020a]. Global Trends Forced Displacement In 2019. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5ee200e37/unhcr-global-trends-2019.html>>. Acesso em: fev/2021.

\_\_\_\_\_. [2020b]. Cobertura jornalística humanitária: guia do ACNUR para profissionais e estudantes / Agência da ONU para refugiados – ACNUR; [coord.] Miguel Pachioni. – 1.ed. – São Paulo: ACNUR, 2020b. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/02/Guia-Jornalismo-Web-V3.pdf>>. Acesso em: mar./2021.

\_\_\_\_\_. Dados sobre refúgio. Relatório semestral de 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em: abr./2022.

ALEIXO, I. Acampamento com 4 mil famílias sem moradia reúne brasileiros e estrangeiros na Baixada Fluminense. **Jornal Extra**, 25/06/2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/acampamento-com-4-mil-familias-sem-moradia-reune-brasileiros-estrangeiros-na-baixada-fluminense-rv1-1-25076214.html>. Acesso em: nov./2021.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. [200x] Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4528062/mod\\_resource/content/1/Almeida\\_e\\_Baeninger\\_modalidades\\_migratorias\\_novos%20conceitos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4528062/mod_resource/content/1/Almeida_e_Baeninger_modalidades_migratorias_novos%20conceitos.pdf)

ANDRADE, Regina Gloria Nunes. *Personalidade e cultura: construções do imaginário*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ANDRADE, Regina Gloria Nunes; MACÊDO, Cibele Mariano Vaz de. (Org.). *Territórios sem fronteiras: o social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud/FAPERJ, 2014.

ANDRADE, Regina; MENDONÇA, Valeria; MOTA, Marcia; FIGUEIREDO, Adriano. *Refuged children enrolled in the Municipal Public Education*, in: *Bilingualism and procedures of Portuguese text comprehension*. Rio de Janeiro, apresentado no ISA IV, Porto Alegre, 2021.

ARENDDT, Hanna. *As origens do totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

\_\_\_\_\_. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ASENSIO, Ana. A Refugee Camp is a city. *ArchDaily*, 20/06/2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/391712/a-refugee-camp-is-a-city-world-refugee-day-2013>>. Acesso em: abril/2022.

AUGÉ, Marc. [1992]. *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus, 2005.

BAENINGER, Rosana (Org.). Migração internacional (Por Dentro do Estado de São Paulo), v. 9. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013. Disponível em: <[http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecaoosp/volume\\_09.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecaoosp/volume_09.pdf)>. Acesso em: maio 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

\_\_\_\_\_. Behind the world's crisis of humanity. [Entrevista concedida a] *Al Jazeera English*. Youtube, 2016.

\_\_\_\_\_. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BETTS, Alexander. Palestra no YouTube TED: Our refugee system is failing. Here's how we can fix it. Acesso em mar/2016.

BOSTROM, Nick. Analisando cenários de extinção humana e riscos relacionados. *Journal of Evolution and Technology*, Vol. 9, No. 1, 2002. Disponível em: <[www.existential-risk.org](http://www.existential-risk.org)>. Acesso em: dez./2021.

BRASIL. *Lei nº 3.353*, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm)>. Acesso em: maio/2021.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 6.815*, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm)>. Acesso em: jan./2021.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 1 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. *Lei nº. 7.716*, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

\_\_\_\_\_. *Lei nº. 9.474*, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm)>. Acesso em: jan./2021.

\_\_\_\_\_. *Lei nº. 13.445*, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm)>. Acesso em: jan./2021.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.684*, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 janeiro 2018.

BÓGUS, L.; FABIANO, M. L. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. *Ponto e Vírgula*, PUC-SP - N.º. 18 - Segundo Semestre de 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Acer/Videos/29806-Texto%20do%20Artigo-79242-1-10-20161001.pdf>>. Acesso em: jan./2022.

CAETANO, Larissa. Líder de ocupação de terreno da Petrobras em Itaguaí é preso. *G1.Globo.Com*, Rio de Janeiro, 02/07/2021 11h21. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/02/policia-lider-de-ocupacao-de-terreno-da-petrobras-em-itaguaei.ghtml>>. Acesso em: dez/2021.

CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento sem terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social. *XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas de interculturalidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2018, v. 34. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>>. Acesso em: jan/2022.

CONCEIÇÃO, Augusto Costa. *Etnopsiquiatria: histórico e evolução*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

COSTA, Alyne. Posfácio: Aqui quem fala é da Terra. In: Onde aterrar? Como se *orientar politicamente no antropoceno* (2020). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. *Rev. Estud. Fem.* 10 (1), Jan 2002. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em: jan./2022.

CUTTER, Susan E. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista crítica de Ciências Sociais*. Disponível em:

<<https://doi.org/10.4000/rccs.165>>.

DALAL, Roshen. *A compacta história do mundo*; tradução de Maurício Tamboni. – São Paulo: Universo dos Livros, 2016.

DAURE, Ivy; REVEYRAND-COULON, Odile. Transmissão cultural entre pais e filhos: uma das chaves do processo de imigração. *Psicologia Clínica*, 21, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/bMkhtLHXnQ47sXWpMfKZCvc/?lang=pt>>. Acesso em: ago./2021.

DEISTER, Jaqueline. RJ: em Itaguaí, reintegração de posse em terreno da Petrobras é marcada por confronto: organização do acampamento afirma que cerca de quatro mil famílias vivem na área desde maio. *Brasil de Fato*, Rio de Janeiro, 01 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/01/rj-em-itagua-i-reintegracao-de-posse-em-terreno-da-petrobras-e-marcada-por-confronto>. Acesso em: dez./2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. [2017a]. *Cascas*. São Paulo: 34, 2017a.

\_\_\_\_\_. [2017b]. As imagens não são apenas coisas para representar. [Entrevista concedida a] ENGLER, Verónica. *Instituto Humanitas Unisinos*, publicada por Página/12, em 19-06-2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/568830-as-imagens-nao-sao-apenas-coisas-para-representar-entrevista-com-georges-didi-huberman>>. Acesso em: maio/2021.

DURANT, Will. *A história da civilização I*. Nossa herança oriental. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.

FERNANDES, Rosângela. Em Itaguaí, famílias dão exemplo de resistência popular no Campo dos Refugiados. *CUT BRASIL*, 21 maio, 2021. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/em-itagua-i-familias-dao-exemplo-de-resistencia-popular-no-campo-dos-refugiados>>. Acesso em: abril/2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Patrícia. Angolano morre esfaqueado na Zona Leste de SP e 2 ficam feridos; imigrantes deixam suas casas em Itaquera por medo de xenofobia. *G1, O Globo*, 19/05/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/19/angolano-morre-esfaqueado-na-zona-leste-de-sp-e-2-ficam-feridos-imigrantes-deixam-suas-casas-em-itaquera-por-medo-de-xenofobia.ghtml>>. Acesso: jan./2022.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. *Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra*. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/ykySVmhYVqbS5xLY7TrtRmh/?format=pdf&lang=pt>>.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos & Escritos IV).

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2010.

FREIWALD, Carolyn. Palestra no YouTube: *The story of human migration: your life in a tooth*, do TEDxUniversityofMississippi, de maio de 2020.

FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG, Global Future and International Organization for Migration. *Tomorrow's World of Migration*. Geneva, Switzerland: FES, Global Future, IOM, 2017.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. LTC, 2008.

GOULÃO, José. As mudanças climáticas como arma de guerra. *AbrilAbril*, 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.abrilabril.pt/internacional/mudancas-climaticas-como-arma-de-guerra>>. Acesso em: ago./2021.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriay metodo/Conceptuales/19.pdf>>. Acesso em: abril/2021.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: fato concreto ou mito? [Entrevista concedida a] Teorema, em 22/10/2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_4VaGey-x1M](https://www.youtube.com/watch?v=_4VaGey-x1M)>. Acesso em: maio/2021.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: fato concreto ou mito? [Entrevista concedida a] Teorema, em 22/10/2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_4VaGey-x1M](https://www.youtube.com/watch?v=_4VaGey-x1M)>. Acesso em: maio/2021.

HAESBERT, Rogério; BRUCE, Glauco. *A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari*. GeoGrafia, Revista de Pós-Graduação em Geografia. Niterói: UFF, 2009.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Tradução Janaína Marcoantonio, 1ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

\_\_\_\_\_. *21 lições para o século 21*. Tradução Paulo Geiger; 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARROUK, Christele. Campos de refugiados: de assentamentos temporários a cidades permanentes. Traduzido por Vinicius Libardoni. *ArchDaily*, 07 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/940754/campos-de-refugiados-de-assentamentos-temporarios-a-cidades-permanentes>>.

HINDRIKS, Karoli. *Why\_the\_passport\_needs\_an\_upgrade?* Youtube, julho de 2021. Plataforma do TEDMonterey. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QuxF2IpOG3U>>.

IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IDOS. Dossier statistico immigrazione 2016. Roma: Fondazione Idos, 2016.

INSTITUTO Migrações e Direitos Humanos (IMDH). *Glossário*, 2014. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/imdh/glossario/>>. Acesso em: abr./2021.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a.

\_\_\_\_\_. Onde aterrar? *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n<sup>o</sup>. 14, pp 100-109, 2020b.

LEBUHN, Mitra. Picture this: how digital storytelling campaigns for refugees elicit empathy from a distant audience. In: \_\_\_\_\_ Thesis (Arts), presented to the

Department of International Studies, June 2018. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/162197084.pdf>>. Acesso em: jan./2022.

LIMA, Marcus Eugênio O.; PEREIRA, Marcos Emanuel. (Org.) *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA, 2004.

LIMA, Marcus Eugênio O.; VALA, Jorge. Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O monstro da automaticidade. In: LIMA, Marcus Eugênio O.; PEREIRA, Marcos Emanuel. (Org.) *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA, 2004.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de.; MIOTO Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*, v. 10, Florianópolis, fev./2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>>.

LUSSI, Carmem; MARINUCCI, Roberto. Vulnerabilidade dos migrantes. *Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios*, 19 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www.csem.org.br/artigo/vulnerabilidades-dos-migrantes/>>. Acesso em: jan./2022.

MACÊDO, Cibele M. Vaz de.; NUNES, Rosangela Brandão. A constituição do sujeito através da socialidade no território de Centro Cultural Cartola – Rio de Janeiro/RJ. In: ANDRADE, Regina Gloria Nunes; MACÊDO, Cibele Mariano Vaz de. (Org.) *Territórios sem fronteiras: o social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud/FAPERJ, 2014.

MADEIRA, Anderson. Ocupação 1º. de Maio em Itaguaí luta para não ser despejada. *Eu, Rio*, Rio de Janeiro, 07/06/2021. Disponível em: <<https://eurio.com.br/noticia/22623/ocupacao-1%C2%BA-de-maio-em-itagua-i-luta-para-nao-ser-despejada.html>>.

MAZZA, Débora. O direito humano à mobilidade: dois textos e dois contextos. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 23, nº. 44, p. 237-257, jun./2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1980-85852015000100237&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852015000100237&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: maio 2021.

MINAYO, Maria C. de Souza (ORG.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdo. *Ciência da Informação*, vol. 29, nº. 2, Brasília May/Aug., 2000. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-1965200000200010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1965200000200010)>. Acesso em: mar./2021.

MIRANDA, Suélen Cristina de O estudo das migrações a partir da psicologia social: uma perspectiva crítica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 19, n.º, 3, Setembro-Dezembro. Rio de Janeiro: UERJ, 2019, pp. 566-582.

MOYA, José. Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global. *Sociologias*, vol.20, n.º. 49. Porto Alegre, Sept./Dec. 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222018000300024&lng=en&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000300024&lng=en&tlng=pt)>. Acesso em: mar./2021.

MUSIAL, Denis Cezar; MARCOLINO-GALLI, Juliana Ferreira. Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. *O Social em Questão*, vol. 21, núm. 44, pp. 291-306. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: jan/2022.

MUSTAFA, N. *Eu não sou um número*: um conto de refugiado, YouTube, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R3r4gnSouqQ&t=116s>>.

NETO, Agripino Souza Coelho. (2020). Migrações, mobilidade da população (e do trabalho) e a covid-19: condicionantes e implicações. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7801>>. Acesso em: fev./2021.

OBERG, K. [1960]. Cultural shock: adjustment to new cultural environments. *Practical Anthropology*, os-7(4), 177–182. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/009182966000700405>>. Acesso em: mar./2021.

O GLOBO. Cameron promete deportar mais pessoas para acabar com 'enxame' de imigrantes. Porto de Calais teve mais uma noite de tensões, com centenas de clandestinos escoltados pela polícia francesa. 30/07/2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/cameron-promete-deportar-mais-pessoas-para-acabar-com-enxame-de-imigrantes-17014942>>. Acesso: ago./2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eudes Quintino de. O vulnerável e o Direito Penal. *Migalhas*, 2018. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/287100/o-vulneravel-e-o-direito-penal>>. Acesso em: jan/2022.

ONU News. [2019]. Número de migrantes internacionais no mundo chega a 272 milhões. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031>>.

\_\_\_\_\_. [2020]. Mais de 20 mil migrantes morreram em travessias no Mediterrâneo desde 2014. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706451>>.

ONU News. [2019]. Número de migrantes internacionais no mundo chega a 272 milhões. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031>>.

\_\_\_\_\_. [2020]. Mais de 20 mil migrantes morreram em travessias no Mediterrâneo desde 2014. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706451>>.

ORTIZ, Renato José Pinto. Estudos culturais. Tempo Social, vol.16, n<sup>o</sup>.1. São Paulo, jun./2004. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702004000100007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100007)>. Acesso em: fev./2021.

PAGNOTTA, Murillo; RESENDE Briseida Dogo. A controvérsia em torno da atribuição de cultura a animais não humanos: uma revisão crítica. *Estudos de Psicologia*, 18(4), outubro-dezembro/2013, 569-577. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n4/a04v18n4.pdf>>.

POLÍTICA Nacional Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005

PRESSE, France. Pandemia reduziu migração mundial em 30%, aponta ONU.

Houve 2 milhões de migrantes a menos entre 2019 e 2020, segundo relatório. *O Globo*, G1, 16/01/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/16/pandemia-reduziu-migracao-mundial-em-30-aponta-onu.ghtml>>.

REHBEIN, Mauro Pioli; CHATELARD, Daniela Scheinkman. Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. *Fractal: Rev. Psicol.*, vol.25, n<sup>o</sup>. 3, Rio de Janeiro, Sept./Dec., 2013.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. *Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários*. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

SILVA E SILVA, F. Rumo ao Terrestre! Habitar a Terra no novo regime climático. *Revista Rosa*, vol. 2, n<sup>o</sup>. 1, São Paulo, 4/09/2020. Disponível em: <<https://revistarosa.com, issn 2764-1333>>. Acesso em: abr./2022.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. *Refúgio em números*, 5<sup>a</sup> Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SPRANDEL, Marcia Anita. Algumas observações sobre fronteiras e migrações. *Cienc. Cult.*, v. 65, n<sup>o</sup>. 1, p. 24-26, São Paulo, Jan. 2013. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252013000100011&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: abr./2021.

STANTON, Gregory H. The Ten Stages of Genocide. Genocide Watch. 2016. Disponível em: <<http://genocidewatch.net/genocide-2/8-stages-of-genocide/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VICTOR, Cilene. *Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima: dos protocolos internacionais*. Líbero – São Paulo – v. 19, n. 37-A, p. 45-54, jul./dez. de 2016.

WEIZENMANN, Tiago; SANTOS, Rodrigo Luis dos; MÜHLEN, Caroline von. (Orgs.). *Migrações históricas e recentes*. Lajeado: Ed. da Univates, 2017.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Sites pesquisados:

AGÊNCIA O Globo, 04/06/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/conheca-rotina-de-venezuelanos-nos-campos-de-refugiados-em-boa-vista-rr-22742762>>. Acesso em: fev./2022.

AGENDA for humanity annual synthesis report. [2018]. Disponível em: [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Staying%20the%20course\\_AFH%20synthesis%20report%202018\\_singles\\_0.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Staying%20the%20course_AFH%20synthesis%20report%202018_singles_0.pdf)

CÁRITAS: <<http://www.caritas-rj.org.br/opares.html>>.

CENTRAL Única dos Trabalhadores, 21/03/2021. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/em-itaquai-familias-dao-exemplo-de-resistencia-popular-no-campo-dos-refugiados-10a7>>. Acesso em: jan./2022.

DECLARAÇÃO DE FRIBURGO. (2007). Disponível em: <<http://www.unifr.ch/iiedh/assets/files/declarations/port-declaration.pdf>>. Acesso em: jan., 2021.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. (1948) Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <[https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr\\_translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf)>. Acesso em: abr./2021.

EASO Annual General Report. [2017]. Disponível em: <[https://easo.europa.eu/sites/default/files/publications/Quantitative\\_assessment\\_of\\_asylum\\_related\\_migration\\_1.pdf](https://easo.europa.eu/sites/default/files/publications/Quantitative_assessment_of_asylum_related_migration_1.pdf)>. Acesso em: abr./2021.

GAZETA do Povo, 30/01/2021. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/eua-vacina-guantanamo/>>. Acesso em: fev./2022.

G1.GLOBO.COM. Grécia abre novo acampamento para migrantes em ilha em meio a endurecimento de política, em: 18/09/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/18/grecia-abre-novo-acampamento-para-migrantes-em-ilha-em-meio-a-endurecimento-de-politica.ghtml>>.

HUMANITARIAN Coalition. Disponível em: <<https://www.humanitariancoalition.ca/what-is-a-humanitarian-emergency>>. Acesso em: mar./2021.

MICHAELIS On-Line. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estereotipo>>. Acesso em: ago./2021.

NASA. Disponível em: <[https://www.nasa.gov/mission\\_pages/hubble/science/milky-way-collide.html](https://www.nasa.gov/mission_pages/hubble/science/milky-way-collide.html)>. Acesso em: fev./2022.

OIM Banco de dados: Disponível em: <<https://migrationdataportal.org/>>. Acesso em: abr./2021.

OIM Protocolo. Disponível em: <OIM\_Protocolo\_1.pdf (unodc.org)>. Acesso em: dez./2021.

SISTEMA Solar Nasa. Disponível em: <<https://solarsystem.nasa.gov/solar-system/sun/in-depth/>>. Acesso em: fev./2022.

SLAVEVOYAGES. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/>>. Acesso em: maio/2021.

THE New York Times, 06/10/2021. Australia to Shift All Offshore Processing of Migrants to Island Nation of Nauru - The New York Times (nytimes.com).

UNESCO, 2022. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/tentativelists/5168/>>. Acesso em: fev./2022.

UNODC. Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>>. Acesso em: jan/2021.